



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E**  
**CONTABILIDADE**

---

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E**  
**CONTROLADORIA – MESTRADO ACADÊMICO**

**BENEDITO MANOEL DO NASCIMENTO COSTA**

**ABRANGÊNCIA DOS RELATÓRIOS DE RESPONSABILIDADE**  
**SOCIAL CORPORATIVA DIVULGADOS POR EMPRESAS**  
**BRASILEIRAS**

**FORTALEZA**  
**2016**

BENEDITO MANOEL DO NASCIMENTO COSTA

ABRANGÊNCIA DOS RELATÓRIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL  
CORPORATIVA DIVULGADOS POR EMPRESAS BRASILEIRAS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração e Controladoria da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração e Controladoria. Área de concentração: Gestão Organizacional.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo

FORTALEZA  
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- C1a COSTA, BENEDITO MANOEL DO NASCIMENTO.  
ABRANGÊNCIA DOS RELATÓRIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA  
DIVULGADOS POR EMPRESAS BRASILEIRAS / BENEDITO MANOEL DO NASCIMENTO  
COSTA. – 2016.  
101 f. : il.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração,  
Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2016.  
Orientação: Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo.
1. Responsabilidade social corporativa. 2. Divulgação. 3. Abrangência da informação. 4. Prestação de  
contas. I. Título.

CDD 658

---

BENEDITO MANOEL DO NASCIMENTO COSTA

**ABRANGÊNCIA DOS RELATÓRIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL  
CORPORATIVA DIVULGADOS POR EMPRESAS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração e Controladoria da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração e Controladoria. Área de concentração: Gestão Organizacional.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo.

Aprovada em: 15/07/2016

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcelle Colares Oliveira (Membro interno)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima de Souza Freire (Membro externo)  
Universidade de Brasília (UnB)

FORTALEZA  
2016

Aos meus filhos Pedro Afonso e Maria Clara;  
aos meus pais Maura e Francisco Dias; a  
minha esposa Josinete e ao meu avô, José  
Evaristo (*in memoriam*). Dedico.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e toda glória, por ter guiado os meus passos para que eu pudesse cumprir essa jornada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo, um agradecimento especial pela orientação, pelo conhecimento transmitido, pelo incentivo à pesquisa e pelo exemplo de dedicação à academia.

Às professoras Dr.<sup>a</sup> Marcelle Colares Oliveira e Dr.<sup>a</sup> Fátima de Souza Freire, membros da banca, pelas contribuições oferecidas para a melhoria deste trabalho.

Aos professores do mestrado que contribuíram com minha formação acadêmica durante todo o curso, e que, direta ou indiretamente, ajudaram no desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas do curso, pelo compartilhamento de ideias, pela divisão das angústias e pelos momentos de descontração que ajudaram a superar as dificuldades, especialmente ao colega e amigo Paulo Henrique Leal.

A minha esposa Josinete Oliveira e meus filhos Pedro Afonso e Maria Calara que souberam suportar minhas ausências e sempre me deram apoio e compreensão.

Aos meus familiares, Francisco Dias, meu pai, e Maura Dias, minha mãe, por desde a infância terem me dado oportunidade para dedicar-me integralmente aos estudos e as minhas irmãs Nenê e Dalva, pelo incentivo e carinho.

A informação relevante faz com que a decisão do usuário seja alterada pela sua utilização, ou seja, o usuário toma uma decisão diferente da que teria tomado sem a informação. Assim, pode-se dizer que o valor da informação para o usuário é justamente a diferença entre o nível de utilidade esperada anterior e posterior ao *disclosure* contábil (MURCIA, 2009).

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é avaliar o nível de abrangência dos relatórios de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) de empresas brasileiras. A literatura sugere que a divulgação abrangente deve ser contextualizada, incorporando informações concretas de ações e desempenho social, além somente das intenções. Assim, um relatório abrangente requer três tipos de informação para cada item de RSC divulgado: visão e objetivos, ações gerenciais e indicadores de desempenho. Para avaliar o nível de abrangência dos relatórios de RSC, procedeu-se a uma análise de conteúdo de 265 relatórios de RSC de 98 empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa e que seguem as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) no período 2010-2013. Os resultados indicam que, apesar da ainda baixa abrangência do conteúdo dos relatórios de RSC, houve um aumento do grau de abrangência ao longo do período estudado. Além disto, há fatores que interferem no nível de abrangência dos relatórios de RSC divulgados. Empresas que têm buscado maior exposição de suas preocupações com aspectos sociais e de sustentabilidade, como as empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), apresentam níveis de abrangência mais elevados. Merece também menção que empresas de setores considerados como de mais elevado impacto ambiental apresentam mais alto nível de abrangência ambiental, bem como, que a existência de acionista majoritário influencia positivamente o nível de abrangência das informações divulgadas.

**Palavras-chave:** Responsabilidade social corporativa. Divulgação. Abrangência da informação. Prestação de contas.



## ABSTRACT

The objective of this study is to evaluate the level of comprehensiveness of corporate social responsibility (CSR) of Brazilian companies. The literature suggests that comprehensive disclosure must be contextualized, incorporating concrete information actions and social performance, and not only the intentions. Thus, a comprehensive report, as such, requires three types of information for each item of CSR disclosed: vision and objectives, management actions and performance indicators. To assess the level of coverage of RSC reports, we proceeded to a content analysis of 265 CSR reports of 98 Brazilian companies listed on the BM&FBovespa that followed the guidelines of the Global Reporting Initiative (GRI) in the period 2010-2013. The results indicate that, although still low completeness of the contents of CSR reports, there has been an increasing degree of comprehensiveness over the study period. In addition, there are factors that affect the level of coverage of CSR reports. Companies that have sought greater exposure of their concerns and social aspects of sustainability, such as the companies of the Corporate Sustainability Index (ISE), have higher coverage levels. It is also worth mentioning that companies in sectors considered to have higher environmental impact have the highest level of environmental coverage, as well as the existence of one major shareholder positively influences the level of completeness of CSR reports of Brazilian firm.

**Keywords:** Corporate social responsibility. Disclosure. Comprehensiveness of information. Accountability.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estrutura de codificação.....	53
Quadro 1- Indicadores de desempenho GRI.....	54
Quadro 2 - Indicadores essenciais de RSC.....	55
Quadro 3 – Exemplos de palavras ou termos chave identificadores dos tipos de informação de RSC.....	57
Quadro 4 - Definição e operacionalização das variáveis independentes.....	60
Gráfico 1 - Evolução dos tipos de informação no período 2010-2013.....	70

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Frequência de observações por setor de atividade .....	50
Tabela 2 - Número de informações divulgadas nos relatórios de RSC por área da GRI .....	61
Tabela 3 - Frequência de itens de RSC e o tipo de informação divulgada.....	62
Tabela 4 - Média dos tipos de informação de RSC .....	62
Tabela 5 - Tipo de informação por área da GRI.....	63
Tabela 6 - Tipos de informação por item de divulgação .....	64
Tabela 7 - Nível de abrangência dos relatórios de RSC medido pelos índices de abrangência NAR, NAR <sub>1</sub> e NAR <sub>2</sub> .....	67
Tabela 8 - Abrangência das informações de RSC por áreas das GRI .....	69
Tabela 9 - Nível de abrangência dos relatórios de RSC por ano.....	70
Tabela 10 - Nível de abrangência dos relatórios de RSC por biênio.....	71
Tabela 11 - Nível de abrangência dos relatórios por setor de atividade.....	72
Tabela 12 - Descrição da amostra de acordo com o potencial de impacto ambiental segundo a Lei nº 10.165/2000 .....	74
Tabela 13 - Comparação do nível de abrangência das informações de RSC entre empresas identificadas e não identificadas pela Lei nº 10.165/2000 .....	74
Tabela 14 - Nível de abrangência dos relatórios de acordo com o potencial de impacto ambiental segundo a Lei nº 10.165/2000.....	75
Tabela 15 - Comparação do nível de abrangência das informações ambientais entre empresas identificadas e não identificadas pela Lei nº 10.165/2000 .....	76
Tabela 16 - Comparativo entre o nível de abrangência dos relatórios das empresas listadas nos segmentos diferenciados e no segmento tradicional da BM&FBovespa .....	77
Tabela 17 - Nível de abrangência dos relatórios por segmento de listagem na BM&FBovespa .....	77
Tabela 18 - Nível de abrangência dos relatórios por tipo de propriedade.....	79
Tabela 19 - Nível de abrangências dos relatórios por tipo de controle acionário .....	80
Tabela 20 - Nível de abrangência dos relatórios considerando a participação ou não no ISE.	81
Tabela 21 - Regressão múltipla sem a variável nível de governança corporativa.....	82
Tabela 22 - Regressão múltipla incluindo a variável nível de governança corporativa .....	83

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento

APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais

BM&FBovespa – Bolsa de Mercadorias, Futuros e Valores de São Paulo

Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo

CERES - *Coalition for Environmentally Responsible Economies*

DJSI - *Dow Jones Sustainability Indexes*

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

EUA – Estados Unidos da América

GRI - *Global Reporting Initiative*

GVCes - Centro de Estudos em Sustentabilidade

FGV-EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IFAC – *International Federation of Accountants*

IFC - *International Finance Corporation*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IIRC - *International Integrated Reporting Council*

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

NAR – Nível de Abrangência dos Relatórios

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RI – Relato Integrado

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Contextualização .....	13
1.2 Problema de pesquisa .....	17
1.3 Objetivos do estudo .....	20
1.4 Justificativa.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 Responsabilidade Social Corporativa.....	23
2.2 <i>Disclosure</i> de Responsabilidade Social Corporativa.....	28
2.2.1 Relatório Global Reporting Initiative (GRI) .....	31
2.3 Hipóteses de pesquisa.....	33
2.3.1 Evolução da abrangência da divulgação de RSC no Brasil.....	33
2.3.2 Determinantes da abrangência dos relatórios de RSC.....	37
3 METODOLOGIA.....	48
3.1 Tipo de pesquisa quanto aos objetivos e à natureza dos dados .....	48
3.2 Tipo de pesquisa quanto à coleta de dados.....	49
3.3 Amostra .....	49
3.4 Análise e interpretação dos resultados.....	50
3.4.1 Abordagem qualitativa .....	51
3.4.2 Abordagem quantitativa .....	57
4 RESULTADOS .....	61
4.1 Análise do nível de abrangência dos relatórios de RSC divulgados por empresas brasileiras.....	61
4.2 Evolução do nível de abrangência dos relatórios de RSC.....	69
4.3 Análise dos fatores que afetam o nível de abrangência dos relatórios de RSC.....	72
4.3.1 Setor de atividade da empresa .....	72
4.3.2 Influência da Lei 10.165/2000 sobre a abrangência das informações de RSC.....	74

4.3.3	Nível de governança .....	76
4.3.4	Concentração de propriedade .....	78
4.3.5	Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) .....	81
4.3.6	Análise multivariada.....	82
5	CONCLUSÕES .....	85
	REFERÊNCIAS .....	89

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

As crises financeiras, sociais e ambientais que têm proliferado nas últimas décadas vêm influenciando o cotidiano da sociedade, aumentando a extensão do papel das empresas na direção de um comportamento ético, social e ambientalmente responsável. O papel social das organizações, bem como os efeitos oriundos das atividades empresariais sobre o meio ambiente são fatores que têm merecido crescente atenção por parte de diversos grupos de interesses, colocando a responsabilidade social corporativa (RSC) como importante fator para o sucesso empresarial (DONALDSON; PRESTON, 1995; ROBERTSON; NICHOLSON, 1996; BRAMMER; PAVELIN, 2004; BRANCO; RODRIGUES, 2008; ARCHEL *et al.*, 2009).

Grande parte das concepções de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) refere-se à capacidade da empresa de dar respostas às expectativas da sociedade ou dos *stakeholders*. Do ponto de vista das organizações, as ações de RSC têm como objetivo promover melhorias na sociedade e gerar benefícios organizacionais, indo além da filantropia e podendo trazer vantagem competitiva e aumentar o valor da firma (DONALDSON; PRESTON, 1995; ROBERTSON; NICHOLSON, 1996; MAIGNAN; FARRELL, 2004; BRANCO; RODRIGUES, 2008; ARCHEL *et al.*, 2009).

Com a abertura dos mercados internacionais e a conseqüente expansão do ambiente de negócios, as questões econômicas, políticas, sociais e culturais tornaram-se cada vez mais inter-relacionadas, fazendo com que os *stakeholders* passassem a dar maior atenção às ações praticadas pelas empresas, incluindo seu comportamento ético, social e ambientalmente responsável. Esta reciprocidade de influências no ambiente no qual as empresas atuam, possivelmente, as impele a alterarem seus comportamentos em relação à sociedade e ao meio ambiente (UNERMAN, 2000; DEEGAN, 2002; AMORIM; BRÁS, 2011).

Nessa perspectiva, a divulgação acerca da RSC torna-se imprescindível no processo de comunicação entre as empresas e a sociedade para que esta possa conhecer e avaliar o efeito das políticas e ações adotadas pela empresa na direção dos seus objetivos (BRAMMER; PAVELIN, 2004). Gestores usam a divulgação para informar mudanças reais no desempenho, para mudar percepções, para manipular interesses e para mudar as expectativas externas em relação ao desempenho da empresa (GRAY; KOUHY, LAVERS, 1995).

Decisões relativas à divulgação social podem ser apoiadas por regulamentos. No entanto, em muitos países, como é o caso do Brasil, a natureza dos relatórios de RSC ainda é predominantemente voluntária. No Brasil, não há obrigatoriedade na divulgação de relatórios de responsabilidade social, exceto para as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica, para as quais a elaboração do Relatório de Responsabilidade Socioambiental tornou-se obrigatória, a partir do exercício 2007, para divulgação em 2008 (ANEEL, 2006).

Recentemente, o Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 4.327/2014, art. 11, determinou que as instituições financeiras e demais instituições por ele autorizadas a funcionar devem formalizar uma Política de Responsabilidade Socioambiental e assegurar sua divulgação interna e externa (BACEN, 2014). Embora não determine a obrigatoriedade da divulgação de relatórios de RSC, esta norma poderá predispor tal obrigatoriedade, como forma de respaldar os princípios da transparência, da ética e da prestação de contas que emergem das suas diretrizes.

O caráter voluntário do *disclosure* de informações de RSC tem motivado a realização de estudos que procuram explicar as motivações das empresas para a divulgação das atividades de RSC, sob a ótica de diversas teorias, sendo as mais enfatizadas, a Teoria da Divulgação Voluntária (SUTANTOPUTRA, 2009; BOUTEN *et al.* 2011; SUFIAN; ZAHAN, 2013), a Teoria Institucional (AERTS; COMIER; MAGNAN, 2006; OTHMAN; DARUS; ARSHAD, 2011; OLIVEIRA *et al.*, 2012; YOUNG; THYIL, 2014; CAMPOPIANO; MASSIS, 2014), a Teoria da Legitimidade (WOODWARD; EDWARDS; BIRKIN, 1996; DEEGAN, 2002; HANIFA; COOKE, 2005; STADEN; HOOKS, 2007; BRANCO; RODRIGUES, 2008; REVERTE, 2009; BEUREN; BOFF, 2011; BOUTEN *et al.*, 2011; NIKOLAEVA; BICHO, 2011; AMRAN; LEE; DEVI, 2013) e a Teoria dos *Stakeholders* (FREEMAN; MCVEA, 2001; ROBERTS, 1992; CLARCKSON, 1995; FROOMAN, 1999; ELIJIDO-TEN, 2004; MAIGNAN; FERRELL, 2004; LIU; AMBUMOZHI, 2009; HUNG, 2011; OLIVEIRA *et al.*, 2014).

A Teoria da Divulgação baseia-se em modelos advindos da teoria econômica e tem por objetivo principal explicar o fenômeno da divulgação das informações financeiras (ROVER *et al.*, 2012). Considerando não existir uma teoria única e abrangente o suficiente para fundamentar o *disclosure* de informações, Verrecchia (2001) propõe três teorias relacionadas à divulgação: divulgação baseada em associação, divulgação baseada em julgamento (divulgação voluntária) e divulgação baseada em eficiência. A premissa central da



Teoria da Divulgação Voluntária consiste em que a entidade irá divulgar informações favoráveis, ao mesmo tempo em que omitirá informações desfavoráveis (VERRECHIA, 2001; DYE, 2001).

Numa outra vertente, a Teoria Institucional procura explicar as ações de responsabilidade social a partir das pressões do ambiente sobre a empresa. O conceito subjacente à Teoria Institucional é que as empresas são influenciadas por pressões de múltiplas fontes externas em função das quais procuram adaptar suas estruturas e procedimentos para responder às pressões ambientais (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

De acordo com a teoria institucional, as fontes de pressão externa são de natureza regulatória, normativa ou cognitiva (SCOTT, 1995). Pressões regulatórias são as regras, leis e estruturas políticas que regem a atividade; pressões normativas incluem as normas e valores que as organizações devem respeitar; pressões cognitivas referem-se às interações sociais entre as empresas e atores da comunidade visando uma aproximação estratégica e evitar incertezas (CAMPOPIANO; MASSIS, 2014).

Por sua vez, a Teoria da Legitimidade fornece uma perspectiva mais abrangente sobre a divulgação da RSC, reconhecendo que as empresas estão vinculadas por contratos sociais em que se comprometem com a realização de ações socialmente desejadas visando a legitimação de seus objetivos e outras recompensas e, em última instância, a garantia de sua continuidade (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; DEEGAN, 2002; REVERTE, 2009). Segundo Staden e Hooks (2007), a Teoria da Legitimidade pode ser aplicada a todas as divulgações voluntárias feitas por uma organização.

O relato de informações sobre RSC, normalmente, refere-se aos empregados, clientes, meio ambiente e interação com a comunidade e tem a intenção de transmitir significados social, político e econômico para um conjunto plural de destinatários, contribuindo com o gerenciamento do relacionamento da organização com seus públicos relevantes e para a criação de uma imagem positiva de suas atividades, mitigando potenciais problemas de legitimação (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998; DEGAN, 2002).

Finalmente, a Teoria dos *Stakeholders* refere-se à formulação e implementação, pelos administradores, de estratégias que satisfaçam todos os grupos que tenham interesses em jogo na empresa. A tese central que emerge da Teoria dos *Stakeholders* é que o sucesso de uma organização depende de quão bem ela gerencia as relações com grupos-chave, tais como clientes, funcionários, fornecedores, comunidades, financiadores, e outros que podem afetar a realização do seu propósito (FREEMAN; MCVEA, 2001; FREEMAN; PHILLIPS, 2002).

A partir das definições acima, pode-se perceber que estas teorias em vários aspectos se complementam. Assim, é possível que as empresas divulguem informações de responsabilidade social, principalmente para apresentar uma imagem socialmente responsável, visando legitimar os seus comportamentos perante os *stakeholders* e influenciar a percepção externa sobre sua reputação (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998; DEGAN, 2002; BRANCO; RODRIGUES, 2008).

O *disclosure* da RSC tem sido objeto de diversos estudos que, entre outros aspectos, procuram estabelecer a sua relevância como meio potencial pelo qual uma organização pode prestar contas da sua função social ou responder pelos impactos ambientais na sociedade (COWEN; FERRERI; PARKER, 1987; DYE, 2001; VERRECCHIA, 2001; DEEGAN, 2002; BRAMMER; PAVELIN, 2006; REVERTE *et al.*, 2009; SUTANTOPUTRA, 2009; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011; HOU; REBER, 2011; SUFIAN; ZAHAN, 2013; CAMPOPIANO; MASSI, 2014).

Muitos destes estudos concentram-se na análise de fatores contextuais organizacionais que potencialmente influenciam a natureza e extensão da divulgação, como tamanho da empresa, país de origem, setor de atividade, composição do conselho entre outros (BELKAOUI; KARPIK, 1989; PATTEN, 1991; HACKSTON; MILNE, 1996; REVERTE, 2009; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011; AMRAN; LEE; DEVI, 2013; CAMPOPIANO; MASSIS, 2014), no âmbito internacional.

No Brasil, com o intuito de investigar a divulgação das práticas socioambientais, realizaram-se estudos sob diferentes enfoques: como as empresas divulgam informações de caráter socioambiental (OLIVEIRA, 2005; SOUSA FILHO; WANDERLEY, 2007); características das informações (ROVER; BORBA; MURCIA, 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2012); fatores que determinam/influenciam a divulgação voluntária (CUNHA; RIBEIRO, 2008; ROVER *et al.*, 2012; GONÇALVES *et al.*, 2013; ORO; RENNER; BRAUN, 2013; GÓES; DE LUCA; VASCONCELOS, 2015); comparação de práticas de divulgação (OLIVEIRA; PONTE; OLIVIERA, 2013); nível de evidenciação (LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009); qualidade informacional dos relatórios de RSC (GALLON *et al.*, 2012). No entanto, abordagens que avaliem a medida em que essas informações refletem o senso de responsabilidade da empresa perante os seus públicos relevantes, geralmente, têm sido negligenciadas na literatura, sendo os estudos de Robertson e Nicholson (1996), Adams (2004), Vuontisjärvi (2006), Staden e Hooks (2007) e Bouten *et al.* (2011) algumas referências neste sentido.

Há um questionamento sobre a efetividade dos relatórios de RSC em satisfazer a demanda por informação e nível de responsabilidade real da empresa (ADAMS, 2004). Avançando neste questionamento, também se tem aludido que os relatórios de RSC têm maior conteúdo de divulgação de objetivos e intenções que o relacionado a ações efetivas e desempenho social (HOPWOOD, 2009). Neste sentido, tem-se aludido a necessidade de maior compreensibilidade, completude, ou abrangência do relatório no sentido de este incorporar informações concretas de ações e desempenho social, além somente das intenções (ADAMS, 2004; VAN STADEN; HOOKS, 2007; ROBERTSON; NICHOLSON, 1996; STADEN; HOOKS, 2007; BOUTEN *et al.*, 2011).

Embora a divulgação de uma declaração de política possa ser considerada melhor do que nenhuma divulgação as empresas não devem simplesmente afirmar seu compromisso com a responsabilidade social, mas também descrever a forma como esse compromisso está sendo cumprido (ROBERTSON; NICHOLSON, 1996; ADAMS, 2004; STADEN; HOOKS, 2007, BOUTEN *et al.*, 2011). Assim, sugere-se que, para prestar contas de sua responsabilidade social de modo efetivo, as empresas devem fornecer informações abrangentes que reflitam suas estratégias, progressos e contribuições a este respeito.

A informação abrangente, tal como interpretado neste estudo, exige uma contextualização, que envolva a divulgação de políticas, objetivos ou intenções da empresa que denotem o seu compromisso social, acrescida de ações gerenciais, que indiquem as medidas adotadas, os projetos ou atividades que a organização vem desenvolvendo na direção dessas políticas e objetivos e, ainda, de indicadores de desempenho que indiquem os avanços ou resultados alcançados em decorrência dessas políticas e ações. (ROBERTSON; NICHOLSON, 1996; STADEN; HOOKS, 2007; BOUTEN *et al.*, 2011).

## **1.2 Problema de pesquisa**

Os relatórios de RSC já percorreram um longo caminho desde que os primeiros foram emitidos, mas ainda há muitas deficiências na comparabilidade, consistência, confiabilidade e relevância das informações divulgadas. Embora as empresas estejam divulgando cada vez mais informações sobre responsabilidade social, é frequente na literatura o questionamento se os relatórios divulgados realmente fornecem informações objetivas que possibilitem uma avaliação confiável do seu desempenho social.

A questão que surge é até que ponto estes relatórios, de fato, apresentam a completude, ou abrangência, ou compreensibilidade, necessária para este processo de

avaliação externa (UNERMAN, 2000; ADAMS, 2004; ARCHEL; FERNANDÉZ; LARRINAGA, 2008; HOPWOOD, 2009; BOUTEN *et al.*, 2011; TSCHOPP; HUEFNER, 2014). Dentro deste questionamento, tem-se reclamado que os relatórios de RSC têm priorizado a divulgação conteúdo relativo a objetivos e intenções da organização, ficando a divulgação de ações efetivamente realizadas em segundo plano (HOPWOOD, 2009). Esta realidade poderia estar associada à reduzida ação efetiva e uma exacerbação de aspectos teóricos e de planos da empresa. Neste contexto, tem-se destacado a necessidade de divulgação de ações efetivas como também de números e indicadores capazes de fornecer informação efetiva a respeito da preocupação da organização com RSC e sustentabilidade. Estas informações de ações concretas, além de declarações de intenções, conferem ao relatório mais compreensibilidade, tornando-o mais completo, ou mais abrangente (ADAMS, 2004; VAN STADEN; HOOKS, 2007; ROBERTSON; NICHOLSON, 1996; STADEN; HOOKS, 2007; BOUTEN *et al.*, 2011).

Existe argumentos na literatura de que a constatação da divulgação de uma gama de itens pode não ser suficiente para garantir que uma organização fornece informações plenas que denotem a sua responsabilidade para com a sociedade e *stakeholders* (ADAMS, 2004; CHAPMAN; MILNE, 2004). Alguns estudiosos defendem que para demonstrar uma efetiva prestação de contas da responsabilidade social as divulgações das empresas devem apresentar uma declaração clara de valores, com objetivos correspondentes, metas de realização e indicação dos progressos alcançados (ROBERTSON; NICHOLSON, 1996; ADAMS, 2004; VUONTISJÄRVI; 2006).

Com base nesta argumentação, Bouten *et al.* (2011) sugerem que, para prestar contas da sua responsabilidade social de modo efetivo, as empresas devem divulgar informações abrangentes ou compreensivas. Na definição de Bouten *et al.* (2011), uma divulgação abrangente exige a apresentação de três tipos de informação para cada item de informação divulgado: (i) visão e objetivos (VO); (ii) abordagem gerencial (AG) e (ii) indicadores de desempenho socioambiental (ID).

A categoria visão e objetivos (VO) inclui informações que sinalizam que a empresa tem políticas, objetivos e/ou valores definidos com relação ao item que está sendo divulgado. Este tipo de declaração constitui-se num primeiro nível de divulgação que Robertson e Nicholson (1996) denominaram de “retórica geral”, visto que pode revelar apenas intenções que não representem necessariamente um esforço efetivo de RSC.

A categoria abordagem gerencial (AG), por sua vez, descreve as ações, atividades ou práticas adotadas pela empresa em relação a uma determinada questão, correspondendo a um segundo nível de divulgação definido por Robertson e Nicholson (1996) como “esforço específico”, já que compreende as iniciativas concretas de responsabilidade social vinculadas à empresa e seu ambiente operacional.

Por fim, os indicadores de desempenho socioambiental (ID) refletem os resultados reais das ações desenvolvidas, fornecendo medidas indicativas das conquistas, avanços ou retrocessos no desempenho da empresa em termos das questões associadas a RSC (BOUTEN *et al.*, 2011). Os indicadores são ferramentas utilizadas pelas organizações para monitorar determinados processos e servem para medir o grau de sucesso da implantação de uma estratégia em relação ao alcance de objetivos estabelecidos (CAMPOS; MELO, 2008).

No Brasil, os estudos relacionados à divulgação de informações sobre responsabilidade social das empresas concentram-se principalmente na análise do volume de informações divulgadas (OLIVEIRA, 2005; LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009) e/ou nos fatores ou características do ambiente organizacional que influenciam a divulgação de informações sociais ou ambientais (ROVER *et al.*, 2012; DA COSTA *et al.*, 2013; MACÊDO *et al.*, 2013; OLIVEIRA; PONTE JUNIOR; OLIVEIRA, 2013; RIBEIRO; CARMO; CARVALHO, 2013; ORO; RENNER; BRAWN, 2013).

Embora alguns estudos tenham buscado investigar aspectos associados à qualidade e ao nível das informações de RSC divulgadas pelas empresas (ROVER; BORBA; MURCIA, 2009; CONCEIÇÃO *et al.*, 2011; GALLON *et al.*, 2012), não se tem conhecimento de estudos, no Brasil, que tenham avaliado sistematicamente se os relatórios de RSC divulgados pelas empresas apresentam informações potencialmente capazes de demonstrar seu compromisso com a responsabilidade social e como este está sendo cumprido.

Conforme Adams e Evans (2004), não se pode ter certeza de que um relatório é completo no que diz respeito às preocupações das partes interessadas a menos que estas sejam consultadas. No entanto, é possível que a divulgação de informações contextualizadas que contemplem visão e objetivos, ações gerenciais e indicadores de desempenho socioambiental associados à RSC seja capaz de transmitir uma indicação mais clara da medida em que uma organização é responsável perante os *stakeholders*.

Por esse contexto, visando contribuir com novos conhecimentos a respeito da divulgação sobre RSC, procurou-se com o presente estudo a obtenção de resposta ao seguinte

questionamento: Qual o nível de abrangência das informações divulgadas nos Relatórios de RSC das empresas brasileiras?

### 1.3 Objetivos do estudo

Para responder ao problema de pesquisa apresentado, o trabalho tem como objetivo geral verificar se os relatórios de RSC divulgados por empresas brasileiras apresentam informações abrangentes que forneçam uma indicação do compromisso efetivo com as ações de responsabilidade social corporativa.

Tendo em vista o alcance do objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Verificar se as informações do *disclosure* voluntário das empresas contemplam visão e objetivos, abordagem gerencial e indicadores de desempenho socioambiental para cada item de RSC divulgado.
- 2) Determinar o nível de abrangência dos Relatórios de RSC das empresas brasileiras.
- 3) Comparar o nível de abrangência das informações divulgadas nos Relatórios de RSC consoante as categorias de informações Econômica, Ambiental, Direitos Humanos, Sociedade, Trabalho e Práticas de Trabalho Decente e Responsabilidade pelo Produto, contempladas pelas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).
- 4) Avaliar a evolução dos Relatórios de RSC divulgados pelas empresas brasileiras em relação à abrangência das informações.
- 5) Identificar fatores determinantes do nível de abrangência do *disclosure* de RSC em empresas brasileiras.

### 1.4 Justificativa

Os relatórios de RSC podem ser capazes de responder às preocupações mais amplas dos *stakeholders* evidenciando as principais prioridades e responsabilidades da empresa nessa área (CAMPOPIANO; MASSIS, 2014). Nesse sentido, a comunicação da organização com os diversos grupos de interessados precisa ser gerenciada para que os resultados esperados de suas iniciativas de RSC possam ser alcançados.

Embora os relatórios de RSC possam abranger muitos temas (por exemplo, funcionários, clientes, meio ambiente, comunidade, direitos humanos), a quantidade ou a extensão da divulgação podem não necessariamente informar os *stakeholders* sobre as atividades reais da empresa em termos de sua responsabilidade social. Investigar apenas o volume de divulgação de RSC pode ser potencialmente enganoso quando é a qualidade da divulgação que deve ser considerada mais importante (HACKSTON; MILNE, 1996; TOMS,

2002; ADAMS; EVANS, 2004; CHAPMAN; MILNE, 2004). A motivação para investigar a qualidade da divulgação de RSC provem do crescente debate sobre a falta de integridade e credibilidade das informações divulgadas e seus potenciais benefícios para comunicar seu efetivo compromisso com a RSC. Isso, porque, as empresas podem adotar estratégias de divulgação, essencialmente unilaterais e incompletas, projetadas simplesmente para sugerir uma imagem positiva da organização (ADAMS, 2004; HOPWOOD; 2009).

Como já foi relatado, alguns estudos, em âmbito nacional, investigaram a divulgação de informações sobre RSC, no entanto, existe uma lacuna no tocante a abordagens qualitativas voltadas para a avaliação da abrangência, compreensibilidade ou completude do conteúdo dos itens relatados e do seu potencial de prestação de contas aos *stakeholders*. Com o intuito de preencher esta lacuna, o presente estudo propõe-se a analisar o conteúdo dos relatórios de RSC de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, que seguem as diretrizes GRI, para explorar empiricamente se as informações do *disclosure* voluntário das empresas estão associadas à qualidade da divulgação, analisando múltiplas dimensões da informação, como a indicação de visão e objetivos, ações gerenciais e indicadores de desempenho socioambiental, indo além de medidas mais tradicionais como volume e/ou frequência de divulgação e procurando captar a abrangência dos relatórios quanto ao significado da informação e seu potencial de prestação de contas, bem como, o compromisso corporativo com a RSC.

O cenário brasileiro apresenta uma contabilidade influenciada por fatores institucionais e um mercado caracterizado por baixa transparência podendo acarretar alta variabilidade no *disclosure* social das empresas (MURCIA, 2009). A partir de uma perspectiva de responsabilização, os relatórios de sustentabilidade devem fornecer informações adequadas que permitam aos *stakeholders* fazerem uma estimativa confiável do desempenho da organização em termos de RSC.

Considerando-se que o estágio atual do conhecimento sobre a qualidade da divulgação sobre RSC parece ainda modesto e pouco consolidado, o estudo da abrangência das informações constantes dos relatórios de sustentabilidade das empresas torna-se relevante na medida em que pode fornecer uma compreensão mais aprofundada da qualidade das informações divulgadas, revelando o potencial desses relatórios como instrumento de prestação de contas da RSC das organizações.

O trabalho contribui para a crítica de relatórios de RSC, adicionando evidências empíricas da qualidade das informações divulgadas e, ainda, para o avanço dos estudos relacionados à divulgação das ações de RSC ao identificar tipos de informações que podem

melhor descrever as práticas de atuação social e de avaliação dos resultados destas ações, tendo em vista a eficácia da comunicação com os *stakeholders*.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Responsabilidade Social Corporativa

O campo da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) cresceu significativamente a partir da segunda metade do século passado, fomentando um longo debate que envolve a proliferação de diferentes teorias, abordagens e terminologias. Desempenho social corporativo, gestão de partes interessadas, cidadania corporativa e sustentabilidade corporativa são apenas alguns dos termos encontrados na literatura para descrever os fenômenos relacionados à responsabilidade das empresas perante a sociedade.

Durante décadas a discussão sobre RSC manteve-se restrita a um pequeno grupo de acadêmicos, emergindo para um contexto cada vez mais complexo e central, envolvendo parte das tomadas de decisões dos gestores de empresas na atualidade.

Trabalhos de Adolf A. Berle e E. Merrick Dodd publicados na *Harvard Law Review* na década de 1930 podem ser considerados como pioneiros no debate sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ao debaterem se a responsabilidade do gestor da empresa seria somente perante os acionistas ou toda a sociedade (COCHRAN, 2007). O livro *Social Responsibilities of the Businessman* de Howard R. Bowen em 1953 avança o tema ao conceber a RSC como obrigação da empresa de tomar decisões que sejam desejáveis em termos de objetivos e valores da sociedade (CARROLL, 1999; MAIGNAN; FERRELL, 2004).

O termo responsabilidade social corporativa foi cunhado pela primeira vez por Sethi (1975), expandiu-se com Carroll (1979) e depois foi refinado por Wartick e Cochran (1985). Basicamente, a ideia por trás da responsabilidade social das empresas tem sido o reconhecimento de que estas têm obrigações éticas e que devem responder de forma pragmática às pressões sociais (COCHRAN, 2007). A partir de 1970 as definições de RSC tornaram-se mais direcionadas e na década de 1990 passaram a integrar outros temas como a Teoria dos *Stakeholders*, ética empresarial, cidadania corporativa e performance social corporativa (CARROLL, 1999).

Muitas tentativas têm sido feitas no sentido de estabelecer uma melhor compreensão da RSC e estabelecer uma definição mais robusta. Possivelmente, a definição de Carroll (1999) tem sido a mais frequentemente adotada na literatura acadêmica. Para ele, a Responsabilidade Social Corporativa pode ser definida como a contribuição voluntária de uma empresa para o desenvolvimento sustentável, que vai além das exigências legais.

Embora haja divergências a respeito de como a RSC deve ser definida, Dahlsrud (2008) verifica que as definições existentes apresentam alto grau de convergência em torno de cinco dimensões: *stakeholders*, social, econômica, voluntariado e ambiental. Segundo Dahlsrud (2008), a falta de uma definição universalmente aceita é menos problemática do que parece à primeira vista e o desafio que se apresenta não é definir a RSC, mas compreender como esta é socialmente construída em um contexto específico.

A partir da perspectiva de como os fenômenos de interação entre as empresas e a sociedade estão focados, Garriga e Melé (2004) identificam que as abordagens mais relevantes de RSC estão focadas em aspectos econômicos, políticos, integração social e ética e classificam as teorias relacionadas à RSC em quatro grupos: teorias instrumentais, teorias políticas, teorias integrativas e teorias éticas.

As teorias instrumentais compreendem a RSC como uma ferramenta estratégica para a obtenção de lucros e a criação de riqueza, considerando apenas o aspecto econômico da interação entre as empresas e a sociedade (GARRIGA; MELÉ, 2004). Essa visão tem como principal embasamento a opinião de Friedman (1970), para quem a responsabilidade dos executivos corporativos referentes à sociedade é conduzir o negócio no sentido de maximizar o lucro para os acionistas titulares, dentro de regras básicas consagradas na ética e na lei do país. Sob esta ótica, qualquer investimento em demandas sociais só deverá ser feito se produzir um aumento de valor para o acionista.

As teorias e abordagens políticas da RSC concentram-se nas interações e conexões entre as empresas e a sociedade e no poder e posição dos negócios e sua inerente responsabilidade. Embora haja uma variedade de abordagens políticas, destaca-se a Teoria da Legitimidade, segundo a qual prevalece a noção de que existe um contrato social implícito entre as empresas e as comunidades em que estas estão inseridas. Este contrato social implica algumas obrigações das empresas para com a sociedade, fomentando a formalização de parcerias específicas voltadas para a melhoria da comunidade local, que se estende progressivamente a uma preocupação global (DONALDSON; DUNFEE, 1994; GARRIGA; MELÉ, 2004).

A legitimidade pode ser definida como a percepção generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de um sistema social, de modo que as empresas necessitam conciliar seus interesses com as expectativas externas tendo em vista a validação social que lhes dá a licença para operar (GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995; SUCHMAN, 1995; DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002; REVERTE, 2009). Assim, à

medida que ampliam-se as preocupações sociais e ambientais, é esperado que as empresas procurem dar respostas a essas preocupações como forma de legitimar suas operações.

As teorias integrativas embasam-se na ideia de que a existência, continuidade e crescimento econômico da empresa dependem da sociedade. Em consequência, a gestão empresarial deve levar em conta as demandas sociais e integrá-las de maneira que o negócio opere em conformidade com os valores sociais para alcançar alguma legitimidade e prestígio perante a sociedade. Assim, o conteúdo da RSC é limitado ao espaço de tempo e cada situação, dependendo dos valores da sociedade naquele momento (GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995; GARRIGA; MELÉ, 2004).

De acordo com Meyer e Rowan (1977), nas sociedades modernas, as organizações estão sempre voltadas para a incorporação de práticas definidas por regras de racionalização institucionalizadas pela sociedade. Eles esclarecem que estas regras institucionais funcionam como mitos que as organizações incorporam com o intuito de ganharem legitimidade, estabilidade e melhores perspectivas de sobrevivência. Esta interação da organização com seu ambiente na busca por legitimação é explicada pela Teoria Institucional a partir do conceito de isomorfismo (DIMAGGIO; POWELL, 1991), segundo o qual, as organizações passam a desenvolver um conjunto de ações semelhantes as observadas em outras organizações, que já tenham sido legitimadas e ajustadas ao ambiente institucional.

Segundo Di Maggio e Powell (1991), existem três mecanismos de adaptação institucional: (1) o isomorfismo mimético, resultante da padronização de respostas à incerteza, quando a organização adota modelos legitimados por outras organizações pertencentes ao seu ambiente específico; (2) o normativo, associado à profissionalização, disseminação de conhecimento e interpretação dos problemas em evidência nas organizações; e (3) o coercitivo, que deriva de pressões exercidas por organizações das quais a organização depende, bem como, das expectativas culturais do ambiente em que a organização atua.

O grupo de teorias ou abordagens éticas tem como base os princípios éticos que as empresas devem cumprir, independentemente dos efeitos econômicos que daí possam advir. Tais princípios expressam a coisa certa a fazer frente a necessidade de melhorar a sociedade (GARRIGA; MELÉ, 2004). As principais abordagens éticas englobam quatro correntes: teoria normativa dos *stakeholders*, desenvolvimento sustentável, direitos universais e abordagem do bem comum, sendo as duas primeiras as mais difundidas.

A abordagem dos *stakeholders* tem como ponto de partida a proposição de R. Edward Freeman (1984) de que os gerentes em vez de ter deveres fiduciários exclusivamente para

com os acionistas suportam também um relacionamento fiduciário com as partes interessadas, entendendo-se como tal, fornecedores, clientes, funcionários, acionistas e a comunidade local (GARRIGA; MELÉ, 2004).

Donaldson e Preston (1995) sugerem a existência de múltiplas definições de *stakeholders* que variam em grau de abrangência. Definições mais abrangentes consideram os *stakeholders* como todas as pessoas, grupos ou entidades que tenham relações ou interesses diretos ou indiretos nas atividades da empresa. Definições mais restritas, por seu turno, definem *stakeholders* como atores que contribuem para a viabilização da empresa, como empregados, gerentes, fornecedores, proprietários, acionistas e clientes, os quais alimentam expectativas em relação à organização.

Alguns estudiosos propõem que a Teoria dos *Stakeholders* se divide em dois ramos: normativo ou ético e instrumental ou gerencial (DEEGAN; UNERMAN, 2006; ALI; RIZWAN, 2013). A perspectiva normativa está relacionada com o dever de prestar contas, de modo que todos os *stakeholders* da empresa têm igual direito às informações de RSC da empresa, independentemente de qualquer requisito de poder (GRAY; OWEN; ADAMS, 1996). Já a perspectiva gerencial leva em conta os interesses de um número limitado de *stakeholders* que tem um poder significativo para influenciar a organização.

Inumeráveis grupos podem ter participação no sucesso de uma corporação. De acordo com a abordagem dos *stakeholders*, é tarefa central dos gestores gerenciar e integrar as relações e interesses dos acionistas, empregados clientes, fornecedores, comunidade e outros grupos que podem afetar a empresa e entender como esta irá afetar os interesses desses grupos na realização dos seus objetivos a longo prazo (FREEMAN; MC VEA, 2001).

Em princípio, parece haver uma sobreposição entre a Teoria da Legitimidade e a Teoria dos *Stakeholders*. No entanto, embora ambas considerem que uma organização faz parte de um amplo sistema social, sendo impactada e impactando outros grupos dentro da sociedade, a Teoria da Legitimidade vê a sociedade em sua totalidade, enquanto a Teoria dos *Stakeholders* reconhece que alguns grupos dentro da sociedade são mais poderosos do que outros (WOODWARD; EDWARDS; BIRKIN, 1996; DEEGAN, 2002; REVERTE, 2009).

O conceito de desenvolvimento sustentável entrou em uso generalizado a partir de 1987 com a publicação do Relatório *Brutland* pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Este relatório afirmou que o desenvolvimento sustentável busca atender as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades. Inicialmente o

conceito de desenvolvimento sustentável incluiu apenas o fator ambiental, expandindo-se para incluir as dimensões econômica e social.

Não dissociando-se destas abordagens, sugere-se que os fundamentos teóricos que justificam o conceito de responsabilidade social das empresas, envolvem três abordagens distintas: abordagem ética ou normativa; abordagem social ou contratual; e abordagem gerencial ou estratégica (CARROLL, 1979; DONALDSON; PRESTON, 1995; FARIA; SAUERBRONN, 2008; FERRELL; FRAEDRICH; FERRELL, 2013). A abordagem ética, centrada em valores e julgamentos morais, argumenta que a RSC está diretamente associada à estrutura decisória interna da empresa ou à forma como os homens de negócio dirigem as organizações. Por sua vez, a abordagem social ou contratual, caracterizada por um enfoque sociopolítico, defende a existência de um contrato social entre empresas e sociedade que regula os interesses de diferentes grupos com os quais a empresa interage. Já a corrente gerencial ou estratégica, de caráter nitidamente utilitário, considera a RSC como uma ferramenta de gestão capaz de melhorar o desempenho social e ético das empresas com o intuito de obter vantagens de mercado, tratando as questões sociais como variáveis a serem consideradas no âmbito da gestão estratégica (FARIA; SAUERBRONN, 2008).

No final da década de 1970, Carroll (1979) propôs um modelo piramidal de RSC que abriga quatro categoriais de obrigações sociais: obrigações econômicas, obrigações legais, obrigações éticas e obrigações filantrópicas. A categoria associada a obrigações econômicas propõe que a empresa deve atuar para ser lucrativa; a categoria legal impõe à empresa a adequação de suas ações à legislação vigente no tocante às relações com governo, consumidores, fornecedores e demais *stakeholders*; a categoria ética pressupõe que a empresa deve atuar num nível de responsabilidade acima das obrigações legais no que se refere ao atendimento às demandas da sociedade, preocupando-se com danos à ética e à moral ao executar suas ações; e a categoria filantrópica abriga iniciativas da empresa voltadas para o enfrentamento de problemas da sociedade, de maneira voluntária (CARROLL, 1979; FEDATO, 2005).

A pirâmide da RSC deve ser considerada como uma metáfora para ilustrar que a responsabilidade social total da empresa é composta por elementos distintos que, quando tomados em conjunto, compõem o todo, significando que, as empresas não devem cumprir este modelo de forma sequencial. Assim, cada obrigação é para ser cumprida em todos os momentos, ou seja, a empresa socialmente responsável deve esforçar-se para obter lucro, obedecer à lei, ser ética e ser uma boa cidadã corporativa (CARROLL; BUCHHOLTZ, 2008).

Para alguns estudiosos, a crescente preocupação da sociedade com as questões sociais e ambientais coloca em cheque o paradigma da busca do desenvolvimento econômico a qualquer custo, fazendo com que as empresas passem a incorporar a preocupação social em sua estratégia, buscando uma maior aproximação com a sociedade (CLARCKSON, 1995; COUTINHO; MACEDO-SOARES, 2002; CRISÓSTOMO; PRUDÊNCIO; FORTE, 2015).

## 2.2 *Disclosure* de Responsabilidade Social Corporativa

O *disclosure* social e ambiental normalmente compreende as informações relativas as atividades de uma empresa no que diz respeito ao meio ambiente, comunidade, funcionários e questões de consumo, estando abrangidas dentro destas rubricas questões mais específicas como uso de energia, igualdade de oportunidades, comércio justo, governança e afins (GRAY *et al.*, 2001; CARROLL; BUCHHOLTZ, 2008; FREEMAN *et al.*, 2010).

Estudos empíricos sugerem que as empresas divulgam informações de RSC por diferentes motivos: para legitimar suas operações, exibindo uma imagem positiva perante uma ampla gama de *stakeholders* (DEEGAN; RAMKIN, 1996; ARCHEL *et al.*, 2009; REVERTE, 2009); para responder às expectativas dos *stakeholders* e contribuir para o bem-estar da sociedade (MORSING; SCHULTZ, 2006; REYNOLDS; YUTHAS, 2008); como estratégia de comunicação para dar respostas às pressões institucionais (YOUNG; MARAIS, 2012).

Em muitos países, como é o caso do Brasil, a divulgação de relatórios de RSC ainda é predominantemente voluntária, assim como não há uma estruturação formal para os mesmos (COWEN; FERRERI; PARKER, 1987; CONCEIÇÃO *et al.*, 2011; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011). No entanto, mesmo diante da não obrigatoriedade, as empresas têm buscado fazer esta divulgação.

A literatura enfatiza que o relato voluntário de informações sociais e ambientais ajuda a resolver alguns problemas de legitimidade da organização uma vez que ajuda a manter boas relações com os públicos relevantes (DEEGAN; RAMKIN, 1996; NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998; ARCHEL *et al.*, 2009; REVERTE, 2009). Por este entendimento, as empresas devem contribuir particularmente para a ampliação do *disclosure* relativo à RSC, uma vez que a comunicação pode ser considerada como pré-requisito para a manutenção da imagem institucional junto às partes interessadas (CONCEIÇÃO *et al.*, 2011).

Sob o enfoque da legitimidade, as empresas procuram ajustar suas atividades para ganhar aprovação dos *stakeholders*, de modo que, o *disclosure* de RSC visa a busca por parte das organizações de serem percebidas como legítimas segundo as crenças e valores do

ambiente ao qual pertencem ou de onde extraem os recursos necessários à sua continuidade (GRAY; KOUHY; LAVRES, 1995; PEREIRA; BRUNI; DIAS FILHO, 2010).

Michelon, Pilonato e Ricceri (2015) relatam que a Teoria da Legitimidade comporta duas abordagens distintas: abordagem substantiva e abordagem simbólica. Sob a abordagem substantiva, a divulgação reflete mudanças concretas em ações que são utilizadas para alinhar estratégias organizacionais e normas sociais. Sob a abordagem simbólica, práticas de divulgação surgem para influenciar positivamente a percepção dos *stakeholders*, podendo levar a crença errônea de que a empresa está comprometida com as expectativas da sociedade.

Há na literatura sugestões de que a busca pela legitimação de atitudes relacionadas à RSC pode ser motivada pela necessidade de informar mudanças relevantes quanto ao desempenho e atividade da organização na área; alterar percepções de *stakeholders*; tentar desviar a atenção dos problemas em evidência, discutindo outras questões; e tentar ajustar conceitos e opiniões sobre valores sociais e normas para alinhá-los com seus interesses (GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995; CRISÓSTOMO; PRUDÊNCIO; FORTE, 2015).

Este debate sugere que a divulgação de RSC pode ser vista apenas como uma impressão simbólica que a empresa constrói de si mesma com o intuito de controlar e resguardar a sua posição política ou econômica perante o mundo exterior (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998). Por outro lado, se as empresas estão alinhadas com uma abordagem substantiva de RSC, é possível que suas práticas de divulgação estejam associadas com uma maior abrangência, compreensibilidade e completude, refletindo o compromisso corporativo com a responsabilidade social.

Sob o enfoque da Teoria dos *Stakeholders*, a divulgação pode ser considerada como uma ferramenta utilizada pelos gestores para administrar as necessidades informacionais de diferentes grupos que manifestam algum tipo de interesse pelas operações da empresa, como funcionários, acionistas, investidores, consumidores, governos e organizações não-governamentais, entre outros. Por essa ótica, a divulgação social pode ser vista como parte do diálogo entre a empresa e seus *stakeholders*, refletindo explicitamente as questões de poder dos grupos interessados nas atividades da empresa e o poder desses grupos de coagir a organização ao atendimento de suas expectativas (ROBERTS, 1992; REVERTE, 2009).

Para Meyer e Rowan (1977), o isomorfismo institucional pode ser capaz de promover o sucesso e sobrevivência das organizações, criando condições para que a linguagem organizacional se desenvolva. Sob este prisma, não basta às organizações apenas conformarem-se às regras do seu ambiente institucional. Será necessário que evidenciem esta conformidade aos *stakeholders*

para que estes possam avaliar suas ações e, conseqüentemente, conferir-lhes a almejada legitimidade.

Tratando-se do *disclosure* de RSC, de modo específico, estudos sugerem que as organizações tendem a engajarem-se no gerenciamento de impressões organizacionais, buscando suprir os seus *stakeholders* de informações que retratem ações reais ou fictícias que promovam a imagem da empresa, reforcem a sua reputação e, em última instância, lhes assegure a legitimidade (GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995; ADAMS, 2004; LIU; ANBUMOZHI, 2009).

Existem diferentes formas de divulgação de informações sobre a RSC. Primeiro, as empresas podem integrar os aspectos relacionados com a responsabilidade social nos seus demonstrativos econômicos, financeiros e sociais, destacando-se entre eles, a demonstração do valor adicionado (DVA) e o relatório da administração. Em segundo lugar, as empresas podem fornecer relatórios especiais ou separados (além de seus relatórios anuais), conhecidos como relatórios de sustentabilidade (GAMERSCHLAG; MOLLER; VERBEETEN, 2011; CRISÓSTOMO; PRUDÊNCIO; FORTE, 2015).

As empresas também podem fornecer informações sobre questões relacionadas com a RSC através de diversos relatórios corporativos, por exemplo, através de relatórios separados de capitais financeiros, ambientais, sociais e humanos. Finalmente, as empresas podem utilizar outros meios de comunicação como comunicados de imprensa e *websites* para divulgar informações relacionadas com RSC (GAMERSCHLAG; MOLLER; VERBEETEN, 2011).

Diversos estudos empíricos mostram que as empresas normalmente publicam quantidade substancial de informações sobre RSC em relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade, sendo estes dois veículos os mais utilizados pelos estudiosos da divulgação da RSC (VUONTISJÄRVI, 2006; CLARKSON; RICHARDSON; VASVARI, 2008; LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009; ROVER; MURCIA, 2009; BRANCO; RODRIGUES, 2008; SUTANTOPUTRA, 2009; BOUTEN *et al.*, 2011; ALNAIMI; HOSSAIN; MOMIN, 2012; GALLON *et al.*, 2012; OLIVEIRA *et al.*, 2012; NOVELINI; FREGONESI, 2013; OLIVEIRA; PONTE JUNIOR; OLIVERIA, 2013; AMRAN; LEE; DEVI, 2013; FEIJOO; ROMERO; RUIZ, 2014; TSCHOPP; HUEFNER, 2014).

Embora não haja consenso sobre o conteúdo e a estrutura adequada a um relatório de RSC, diversos modelos com indicadores de RSC foram criados, entre os quais se destacam o modelo proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) através do *Global Compact*, a série *AccountAbility's AA1000* e o modelo proposto pela *Global Reporting Initiative (GRI)*,



em âmbito internacional (TSCHOPP; HUEFNER, 2014). No Brasil, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) propôs um modelo para divulgação de RSC, em 1996, que serviu como repositório de informação social para as empresas interessadas em matéria de RSE (CRISÓSTOMO; FREIRE; VASCONCELOS, 2010; CORRÊA *et al.*, 2012). A utilização do modelo IBASE entrou em declínio, especificamente a partir do ano 2004, concomitantemente com a ascensão do modelo GRI o qual tornou-se a principal referência para divulgação de informações sociais no Brasil (TRIBESS-ONO; PANUCCI-FILHO, 2013).

No ano de 2014 teve início o processo de implementação de um novo formato para os relatos corporativos, denominado de Relato Integrado (RI). O Relato integrado é fruto de uma coalizão internacional viabilizada pela *International Federation of Accountants* (IFAC) em parceria com o GRI, cuja estrutura conceitual foi desenvolvida por um grupo de trabalho criado como o objetivo de desenvolver uma nova forma para os relatos corporativos, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) (ZARO, 2015). O Relato Integrado visa oferecer uma visão sobre o ambiente externo que afeta uma organização; sobre os recursos usados e afetados pela organização, sejam eles financeiros, manufaturados, intelectuais, humanos, sociais e de relacionamento e naturais; e, sobre como uma organização interage com o ambiente externo e com os capitais para gerar valor no curto, médio e longo prazo (ESTRUTURA INTERNACIONAL PARA RELATO INTEGRADO, 2014). O RI permite que informações financeiras e não financeiras sejam apresentadas em um único documento, sendo possível que venha substituir integralmente as diretrizes GRI.

### **2.2.1 Relatório Global Reporting Initiative (GRI)**

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1997 pela união da organização não-governamental *Coalition for Environmental and Responsible Economies* (CERES) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), voltada para desenvolver modelos estruturados de relatórios de sustentabilidade como forma de harmonizar a prestação de contas do desempenho social, econômico e ambiental das empresas, tendo em vista a melhoria do seu processo de análise (MONEVA; ARCHEL; CORREA, 2006; NIKOLAEVA; BICHO, 2011; CORRÊA *et al.*, 2012; CRISÓSTOMO; PRUDÊNCIO; FORTE, 2015).

As Diretrizes GRI para Relatório de Sustentabilidade (diretrizes GRI) oferecem princípios, indicadores e um manual de implementação para subsidiar a elaboração de

qualquer tipo de documento que exija a divulgação de informações sobre a forma de gestão das organizações, seu desempenho ambiental, social e econômico e impactos nessas áreas.

O processo de elaboração das Diretrizes GRI envolve um grupo de trabalho constituído de multi-*stakeholders* que inclui representantes de empresas, sociedade civil, empregados, investidores e contadores que procuram de forma consensual desenvolver orientações que aproximem os interesses dos diversos grupos.

A GRI emitiu o primeiro esboço de diretrizes para relatórios de sustentabilidade em junho de 2000. Para atender sugestões dos diversos *stakeholders*, as Diretrizes GRI foram sendo revisadas ao longo dos anos. Em 2002, foi lançada uma segunda versão, a G2; em 2006 foi lançada a versão G3; em 2011 a versão G3.1; e, em 2013, foi lançada a versão atual, G4, que teve seu processo de implementação consolidado somente em 2015 (GRI, 2013). Tendo-se em vista que os relatórios analisados neste estudo referem-se ao período 2010-2013, adotou-se a versão G3 para evitar possíveis disparidades na análise de conteúdo.

Tomando por base o conceito de desenvolvimento sustentável *triple bottom line*, segundo o qual os resultados de uma organização devem ser medidos em termos econômicos, sociais e ambientais, as diretrizes GRI contemplam seis categorias de informações: Econômica; Ambiental; Direitos Humanos; Sociedade; Trabalho e Práticas de Trabalho Decente; e Responsabilidade pelo Produto. Cada uma dessas seis categorias é subdividida em subcategorias, chamadas de “aspectos”. Cada aspecto tem um ou mais indicadores, que fornecem apoio quanto ao conteúdo da informação a ser relatada. Para cada indicador são fornecidos protocolos que dão detalhes específicos sobre como apresentar um relatório sobre esse indicador (GRI, 2013).

De acordo com as Diretrizes GRI, indicadores de desempenho “são informações qualitativas ou quantitativas sobre consequências ou resultados associados à organização que sejam comparáveis e demonstrem mudança ao longo do tempo” (GRI, 2013, p. 40).

As Diretrizes GRI enfocam que as informações nos relatórios devem cobrir indicadores que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou possam influenciar de forma substancial as avaliações e decisões dos *stakeholders* (GRI, 2006).

A GRI divide os indicadores em essenciais e adicionais. São considerados indicadores essenciais aqueles identificados como de interesse da maioria dos *stakeholders* e considerados relevantes, com base nos princípios de relatórios da GRI. Por sua vez, os indicadores adicionais referem-se a práticas emergentes ou que tratam de temas que podem não ser

relevantes para a maioria das organizações (GRI, 2013). Em face dessas considerações, a análise deste estudo recaiu somente sobre os indicadores essenciais, por serem aplicáveis à maioria das organizações.

As diretrizes GRI são disponibilizadas no *site* da GRI e podem ser livremente aplicadas por todos os tipos de empresas. Por meio de uma abordagem padronizada para divulgar e estimular a demanda por informações de sustentabilidade, as Diretrizes GRI tornaram-se o mais conhecido referencial para divulgação voluntária acerca da RSC em todo o mundo (BROWN; JONG; LEVY, 2009; SUTANTOPUTRA, 2009; BOUTEN *et al.*, 2011; NIKOLAEVA; BICHO, 2011).

Embora reconhecida como líder internacional na padronização de relatórios de sustentabilidade, estudos recentes questionam a influência do uso das diretrizes GRI sobre a qualidade da divulgação ao mostrar que o uso de modelos de relatórios GRI pode aumentar o volume de divulgações sem que isso necessariamente represente um indicativo do desempenho social e ambiental em termos substantivos ou até mesmo que o uso das diretrizes GRI não está associado com a quantidade ou qualidade da divulgação (DE VILLERS; ALEXANDER, 2014). Não obstante, Everaert *et al.* (2009), sugerem que as orientações da GRI são capazes de capturar o conteúdo e a extensão das divulgações da sustentabilidade das empresas.

Além disso, outros estudos mostram que as empresas que seguem as diretrizes GRI apresentam nível de qualidade das informações divulgadas superior ao das empresas que não seguem essas diretrizes ou que os relatórios que seguem o modelo GRI fornecem informações mais equilibradas, comparáveis e precisas (MAHONEY *et al.*, 2013; MICHELON; PILONATO; RICCERI, 2015), sinalizando que as diretrizes GRI podem contribuir para uma melhor indicação do compromisso das empresas com a prestação de contas de suas ações de RSC.

## **2.3 Hipóteses de pesquisa**

### ***2.3.1 Evolução da abrangência da divulgação de RSC no Brasil***

Práticas de divulgação de informações sociais e ambientais têm sido propostas por estudiosos de contabilidade social como um mecanismo pelo qual as empresas exercitam seus deveres de prestação de contas, fornecendo aos *stakeholders* informações relacionadas aos seus impactos sociais e ambientais (GRAY; KOUHY; LAVRES, 1995; BOUTEN *et al.*, 2011). Nesse sentido, os relatórios divulgados devem fornecer informações abrangentes que

permitam aos *stakeholders* fazerem uma estimativa confiável da responsabilidade social da organização.

Alguns estudos consideram que para ser considerada abrangente, uma divulgação tem que ser contextualizada e contemplar, simultaneamente, três tipos de informação: visão e objetivos, abordagem gerencial e indicador de desempenho (ROBERTSON; NICHOLSON, 1996; ADAMS, 2004; VUONTISJÄRVI, 2006; BOUTEN *et al.*, 2011). Em favor dessa concepção, é possível argumentar-se que informações não contextualizadas são tipicamente vagas e podem não representar, necessariamente, um esforço da empresa na direção da responsabilidade social. Isso, porque, políticas formais podem não estar refletidas em comportamentos ou programas que denotem o desempenho social das empresas. Por sua vez, projetos e ações típicas de RSC, bem como indicadores de desempenho, podem ser decorrentes de fatores conjunturais como leis, regulamentos, mudanças e ajustes nas operações de negócios, não sendo reflexo de decisões de RSC (WOOD, 1991), que, segundo Freeman e McVea (2001), consistem na soma das obrigações da empresa para com um conjunto específico de *stakeholders*.

Não obstante, de acordo com Wood (1991), podem existir nas empresas programas institucionalizados que denotam alto desempenho social sem qualquer apoio de política formal. Desse modo, divulgações de políticas, metas e/ ou objetivos, acompanhadas de ações ou de indicadores de desempenho a elas associados, bem como, a divulgação de indicadores associados a políticas ou a programas e ações pode fornecer alguma medida da RSC da organização. Em face dessas considerações, acredita-se que a divulgação simultânea de um mínimo de dois tipos de informações pode potencialmente responder às necessidades informacionais dos *stakeholders* no tocante à responsabilidade social das organizações.

Alguns estudos têm questionado se os relatórios de RSC podem ser considerados instrumentos eficazes de prestação de contas aos *stakeholders*, fornecendo uma visão justa do desempenho da RSC de uma empresa (DEEGAN; RANKIN, 1996; ADAMS, 2004; VUONTISJÄRVI, 2006; ARCHEL; FERNANDÉZ; LARRINAGA, 2008; HOPWOOD, 2009; BOUTEN *et al.*, 2011). Entretanto, são raros os estudos que examinaram especificamente se os relatórios de RSC fornecem informações abrangentes que possibilitem aos *stakeholders* fazerem uma avaliação segura acerca dos esforços de RSC empreendidos pelas organizações. Exemplos de estudos dessa natureza foram realizados no Reino Unido (ROBERTSON; NICHOLSON, 1996; ADAMS, 2004) e na Bélgica (VUONTISJÄRVI, 2006; BOUTEN *et al.*, 2011). Estes estudos verificaram que os relatórios de responsabilidade

social não demonstram um alto nível abrangência, havendo uma predominância de retórica corporativa em detrimento da divulgação de ações específicas e de indicadores de desempenho relativos à RSC.

No Brasil, alguns estudos evidenciaram que a maioria das informações ambientais divulgadas pelas empresas é de caráter descritivo e qualitativo (NOSSA, 2002; ROVER; BORBA; MURCIA, 2009; NOVELINI; FREGONESI, 2013). Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) mostram que informações quantitativas não monetárias são os tipos mais expressivos de divulgação presente nos relatórios de sustentabilidade, seguido de informações do tipo puramente qualitativas.

Até o início da década de 1990 as organizações estavam mais preocupadas em agradar *stakeholders* internos. Entretanto, o aumento do investimento social responsável verificado na década de 1980 na Europa e nos Estados Unidos aumentou a necessidade de inclusão de informações sociais e ambientais nos relatórios anuais das empresas, provocando mudanças no foco da divulgação de RSC que passou a dar maior atenção para grupos de *stakeholders* externos, em decorrência da influência e poder dos diferentes grupos de interesse (DUFFTY *et al.* 2013; TSCHOPP; HUEFNER, 2014).

No Brasil, não se tem conhecimento de estudos que tenham investigado especificamente a percepção de grupos de *stakeholders* acerca das suas necessidades informacionais nem do modo como avaliam os relatórios de RSC divulgados pelas empresas. No âmbito internacional, De Villiers e Staden (2010) fizeram um levantamento para avaliar as exigências de divulgações ambientais corporativas por acionistas individuais na Austrália, no Reino Unido e nos EUA. Eles observaram que os entrevistados exigem a divulgação de uma visão geral dos riscos e impactos ambientais, da política ambiental, do desempenho em relação às metas ambientais mensuráveis e informações sobre uma série de custos ambientais.

Apesar das diferenças entre os países, que responderam ao inquérito, eles verificaram que em todos os três países são exigidas divulgações dos mesmos tipos de informações sobre o ambiente corporativo, pelas mesmas razões, indicando um amplo apoio à necessidade de informação ambiental para reduzir a assimetria de informação entre acionistas e administradores. Este resultado aponta para a perspectiva de que resultados semelhantes possam ser encontrados em outros países.

Além disso, algumas instituições como a ONU, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial e Bolsas de Valores de alguns países desempenharam importante papel na difusão de relatórios de RSC (TSCHOPP;

HUEFNER, 2014). Em 2010, a Bolsa de Johannesburgo, na África do Sul, passou a adotar a publicação de relatórios de sustentabilidade ou integrados como critério de listagem. Tal procedimento também é obrigatório para companhias listadas na França, na Dinamarca, na Índia, na Indonésia, na Malásia e para empresas de controle estatal na Suécia (KPMG, 2013).

Seguindo a tendência internacional, em dezembro de 2011, a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) emitiu Comunicado Externo recomendando que as empresas listadas indiquem, no Formulário de Referência se publicam Relatório de Sustentabilidade ou documento similar e onde está disponível. Em caso negativo, devem explicar por que não o fazem (BM&FBOVESPA, 2011). Como resultado dessa medida, conhecida como “Relate ou Explique”, verificou-se um aumento de 45,31% para 66,29% na adesão das empresas à iniciativa de divulgação de relatórios de sustentabilidade entre maio de 2012 e junho de 2013 (KPMG, 2013).

Pesquisa Internacional da KPMG (2013) sobre relatórios de responsabilidade corporativa mostra que o índice de publicação de relatórios de RSC, entre as 250 maiores empresas do mundo (G250) apresentava-se em torno de 93%, demonstrando que a publicação de relatórios dessa natureza está praticamente consolidada entre estas empresas. O estudo também mostrou que a avaliação externa dos dados publicados nesses relatórios também é uma tendência, visto que, mais de metade das empresas investem em asseguarção. No Brasil, o percentual de relatórios de RSC submetidos a avaliação externa é de 56%, enquanto a média global é de 38% (KPMG, 2013).

A evolução da abrangência das informações divulgadas nos relatórios de RSC pode não seguir um caminho linear com a quantidade de informações divulgadas, contudo, é pertinente a proposição de que comportamentos semelhantes sejam observados com relação à qualidade da informação, haja vista que as organizações empresariais estão interessadas em legitimar-se perante a sociedade e seus *stakeholders*.

Alguns estudos analisaram a evolução dos níveis de relatórios de sustentabilidade divulgados por empresas aderentes às diretrizes GRI. Os resultados indicam uma crescente adesão de organizações às diretrizes GRI, bem como da submissão dos relatórios à avaliação externa (CORRÊA *et al.*, 2012; CRISÓSTOMO; PRUDENTE; FORTE, 2015). Essa preocupação com a asseguarção pode refletir-se na qualidade da divulgação, considerando-se que esta tem por fim conferir credibilidade à informação. Face as considerações apresentadas e seguindo a linha de pensamento que considera a divulgação da responsabilidade social como instrumento de legitimidade organizacional formula-se a hipótese seguinte:

**Hipótese 1:** Tem ocorrido um avanço no nível de abrangência dos relatórios de RSC divulgados pelas empresas brasileiras.

### ***2.3.2 Determinantes da abrangência dos relatórios de RSC***

Embora não haja consenso sobre os motivos por que as empresas se envolvem em atividades de RSC e sua divulgação, um número crescente de empresas divulgam voluntariamente informações sobre atividades dessa natureza em seus relatórios anuais.

Embasando-se na Teoria da Legitimidade, Staden e Hooks (2007) sugerem que a divulgação voluntária pode seguir uma abordagem reativa ou proativa para alcançar a legitimidade. A ótica da abordagem reativa é de que as empresas publicam informações em reação a algum evento ou crise enfrentada pela própria empresa ou pelo setor de atividade. Já a abordagem proativa projeta divulgações para evitar preocupações futuras quanto à legitimidade.

Já que as empresas se envolvem em atividades de RSC e sua divulgação por diferentes motivações, as investigações nesse sentido têm produzido um corpo muito diversificado na literatura acadêmica, que envolve diferentes perspectivas teóricas e análise de fatores ou características das empresas que podem afetar ou influenciar o *disclosure* de informações sociais.

Estudos empíricos têm encontrado associação entre características corporativas diversas e a divulgação de RSC. Entre as características mais comuns analisadas destacam-se tamanho da firma, setor de atividade, indicadores de desempenho econômico e financeiro, característica do conselho, fatores de governança, estrutura de propriedade, país de origem, fatores culturais e exposição na mídia (HANIFA; COOKE, 2005; BRAMMER; PAVELIN, 2008; BRANCO; RODRIGUES, 2008; CUNHA; RIBEIRO, 2008; REVERTE, 2009; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011; ALNAIMI; HOSSAIN, MOMIN, 2012; CRISÓSTOMO; SOUZA; PARENTE, 2012; ROVER *et al.*, 2012; SUFIAN; ZAHAN, 2013; JIZI *et al.*, 2013; AMRAN; LEE; DEVI, 2013; ROVER; SANTOS, 2014).

Os estudos que avaliam os fatores determinantes da divulgação da RSC normalmente estão voltados para análises baseadas na quantidade de informações divulgadas, não se tendo encontrado estudos que tenham buscado relacionar a completude, compreensibilidade ou abrangência das informações a essas características.

A evolução da abrangência das informações divulgadas nos relatórios de RSC pode não seguir um caminho linear com a quantidade de informações divulgadas, contudo, é

pertinente a proposição de que comportamentos semelhantes sejam observados com relação à qualidade da informação, haja vista que as organizações empresariais estão interessadas em legitimar-se perante seus *stakeholders* e a sociedade.

Em suma, espera-se que características organizacionais como setor de atuação, sensibilidade ambiental, nível de governança corporativa, concentração de propriedade, inclusão no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), tamanho da firma e rentabilidade possam exercer influência sobre o nível de abrangência das informações de RSC divulgadas pelas empresas.

### *Setor de atuação*

A Teoria dos *Stakeholders* postula que o comportamento de uma organização pode ser compreendido a partir da natureza dos seus diversos *stakeholders*, das normas definidas ou adotadas como certas ou erradas pelos *stakeholders* e/ou da influência relativa dos *stakeholders* sobre as decisões organizacionais (MAIGNAN; FERRELL, 2004).

Depreende-se da literatura de RSC que diferentes grupos exigem das empresas diferentes práticas operacionais, fazendo com que as reações corporativas tendam a variar quanto às políticas, processos e objetivos que afetam os diferentes públicos com os quais as empresas se relacionam (DONALDSON; PRESTON, 1995; ADAMS; HILL; ROBERTS, 1998).

É possível, por exemplo, que empresas cujas atividades econômicas modificam o ambiente, tais como a indústria extrativa, sejam mais propensas a divulgarem informações sobre os seus impactos ambientais do que empresas de outros setores (DIERKES; PRESTON, 1977). De modo análogo, pode ser que empresas orientadas para o consumidor apresentem uma maior preocupação em demonstrar sua responsabilidade social perante a comunidade uma vez que esta é susceptível de reforçar a imagem corporativa e influenciar as vendas (COWEN; FERRERI; PARKER, 1987). Assim, o tipo de divulgação pode receber tratamento diferente por parte das corporações, como forma de dar resposta a diferentes pressões (COWEN; FERRERI; PARKER, 1987).

Além disso, vários estudos anteriores (PATTEN, 1991; GRAY *et al.*, 2001; AMRAN; LEE; DEVI, 2013; GAO; HERAVI; XIÃO, 2005; HANIFA; COOKE, 2005; HOLDER-WEBB *et al.*, 2009; MURCIA, 2009; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011; ROVER; SANTOS, 2014) verificaram que divulgações corporativas estão associadas com a atividade da empresa, sendo possível sugerir-se que o setor de atividade da empresa pode exercer influência



sobre o *disclosure* de RSC. Com base nos argumentos apresentados este estudo avalia a hipótese que:

**Hipótese 2:** O setor de atuação da empresa influencia o nível de abrangência das informações de RSC divulgadas.

### *Sensibilidade Ambiental*

A crescente preocupação da sociedade com as questões ambientais demanda para as empresas uma postura cada dia mais voltada para a eliminação ou redução dos impactos de suas atividades sobre o meio ambiente, resultando em pressões significativas, no que se refere à gestão, não só ambiental, mas também de outros aspectos de responsabilidade social, especialmente sobre empresas pertencentes a setores de atividades ambientalmente sensíveis. Setores de atividades ambientalmente sensíveis são aqueles mais suscetíveis de críticas em termos de RSC por causa de suas operações que envolvem maior risco de impacto ambiental (REVERTE 2009; PEREIRA; BRUNI; DIAS FILHO, 2010).

No Brasil, a Lei nº 10.165/2000, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, classificou as atividades econômicas por potencial de impacto ambiental. O Anexo VIII da referida Lei categoriza as atividades econômicas em três níveis; pequeno, médio e alto impacto ambiental. No entanto, vale ressaltar que a Lei não afeta todas as empresas, visto que um conjunto de setores não está classificado em qualquer desses níveis. Para a classificação das atividades como ambientalmente sensíveis ou não, este estudo considera como ambientalmente sensíveis as atividades definidas como potencialmente poluidoras pela Lei 10.165/2000 (identificadas pela Lei) e as atividades não abrangidas pela lei como não ambientalmente sensíveis (não identificadas pela Lei).

Conforme Meyer e Rowan (1997), as organizações são fortemente condicionadas pelas características gerais dos ambientes institucionais. Possivelmente, empresas de setores ambientalmente sensíveis têm maior probabilidade de terem sua conduta questionada em decorrência dos possíveis efeitos negativos de suas operações e como tal, buscam, na divulgação da RSC uma salvaguarda para legitimar suas operações. Em vista disso, pode-se esperar que os setores impactados pela Lei 10.165/2000 estejam mais sujeitos às pressões institucionais e como tal devem dar maior ênfase as suas ações de RSC, comparativamente aos demais setores não abrangidos pela Lei.

Bouten *et al.* (2011) encontraram que o nível de abrangência dos relatórios divulgados pelas empresas belgas é significativamente maior nas empresas integrantes de setores

ambientalmente sensíveis do que nas empresas de setores não-sensíveis. Diversos estudos empíricos que mostram que empresas de setores ambientalmente sensíveis sofrem mais pressão por parte de grupos ambientais e, conseqüentemente, divulgam mais informações de RSC de natureza ambiental (HACKSTON; MILNE, 1996; BRAMMER; PAVELIN, 2008; REVERTE, 2009; PEREIRA; BRUNI; DIAS FILHO, 2010; CRISÓSTOMO; SOUZA; PARENTE, 2012; SILVA, 2014).

O isomorfismo institucional explica que organizações que enfrentam as mesmas condições ambientais tendem a tornarem-se mais homogêneas em relação umas às outras (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Este processo origina-se do entendimento de que a incorporação de estrutura, cultura e procedimentos supostamente legitimados no ambiente exterior pode reduzir a incerteza e a as chances de fracasso, promovendo a legitimidade organizacional.

Por esse conceito, é possível que empresas com condições contextuais aparentemente semelhantes, determinadas pela Lei 10.165/2000, tenham mais intensa preocupação em legitimar suas iniciativas de RSC do que as empresas de outros setores, já que travam um relacionamento mais estreito com o meio e, como tal, são mais pressionadas pelos *stakeholders*. Em vista dos argumentos apresentados, formulou-se a hipótese que:

**Hipótese 3:** Os relatórios de RSC divulgados por empresas de setores de atividade econômica considerados com potencial de impacto ambiental segundo a Lei nº 10.165/2000 apresentam nível de abrangência superior em comparação com os relatórios de empresas de setores não considerados pela lei.

### *Governança corporativa*

A governança corporativa pode ser definida como um grupo de mecanismos utilizados para mitigar os conflitos de agência; conflitos estes decorrentes da separação da gestão e da propriedade (JENSEN; MECKLING, 1976). No Brasil, a governança corporativa tomou forma a partir de 1994, quando foi fundado o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). De acordo com o IBGC (2015), a governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais *stakeholders*.

As boas práticas de governança corporativa visam a preservação e otimização do valor econômico da organização em longo prazo, facilitando o acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua continuidade e para o bem comum (IBGC,

2015). Assim, a estrutura da governança corporativa leva em conta todos os interesses que afetam a viabilidade, a competência e caráter moral de uma empresa incluindo a legitimidade do poder empresarial (HANIFFA; COOKE, 2005).

A adoção dos princípios básicos da governança corporativa deve resultar em um clima de confiança tanto internamente quanto nas relações com terceiros. O IBGC (2015) apresenta como princípios básicos da governança corporativa a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilização. Em consistência com o princípio da transparência, as informações disponibilizadas pelas organizações devem ir além das imposições legais ou regulamentares e, ainda, contemplar, além do desempenho econômico-financeiro, os demais fatores que norteiam a ação gerencial, podendo-se incluir entre estas as informações relativas a responsabilidade social da organização.

Com o intuito de contribuir para a aplicabilidade das práticas de governança corporativa, a BM&FBovespa criou, no ano 2000, classificações especiais para as empresas listadas, de acordo com as práticas de governança corporativa adotadas: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Cada um destes níveis tem exigências diferentes, que vão além do que é exigido pela legislação societária brasileira. A adesão a estas práticas é voluntária e a distinção entre os níveis dá-se em função do grau de compromisso assumido pela organização.

As companhias classificadas no Nível 1 devem apresentar melhores práticas de *disclosure* e promover a dispersão do controle acionário, assegurando que um mínimo de 25% das ações esteja em circulação no mercado (*free float*). Já as companhias listadas no Nível 2 comprometem-se a cumprir as exigências estabelecidas para o Nível 1 e a adotarem práticas adicionais relativas aos direitos dos acionistas minoritários e ao conselho de administração. O Novo Mercado, por sua vez, exige os mais elevados níveis de governança corporativa, diferenciando-se, basicamente, do Nível 2 pela exigência de emissão exclusiva de ações com direito a voto. Para fazer parte deste segmento, a empresa compromete-se a utilizar um conjunto de regras societárias mais exigentes que as impostas pela legislação brasileira, denominado boas práticas de governança corporativa, com o intuito de aumentar os direitos dos acionistas e melhorar a qualidade das informações prestadas aos usuários externos (BM&FBOVESPA, 2015).

A adoção de boas práticas de governança corporativa visa o monitoramento da administração por parte dos investidores externos com o objetivo de reduzir o grau de assimetria informacional gerada pelo conflito de agência (CUNHA; RIBEIRO, 2008), sendo o

*disclosure* considerado um dos pilares da governança corporativa (BRAGA; OLIVEIRA; SALOTTI, 2009).

De acordo com Murcia e Santos (2009), em países com fraco arcabouço institucional, como o Brasil, as empresas oferecem baixa proteção aos acionistas e, como tal, buscam mecanismos adicionais para demonstrar aos investidores que são confiáveis. Um dos mecanismos utilizados pelas empresas tem sido a adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa, visto que a listagem nestes níveis representa comprometimento com a adoção de medidas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira, que ampliam os direitos dos acionistas, além da adoção de uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente.

É recorrente na literatura o entendimento de que fatores característicos de governança corporativa influenciam o *disclosure* de RSC (AKHTARUDDIN *et al.*, 2009; JO; HARJOTO, 2012; AMRAN; LEE; DEVI, 2013; JIZI *et al.*, 2013). Alguns estudos que analisaram fatores que contribuem para a explicação do *disclosure* voluntário de natureza social das empresas brasileiras verificaram que este tipo de divulgação está relacionado com o nível de governança corporativa da BM&FBovespa no qual a empresa está inserida (CUNHA; RIBEIRO, 2006; MURCIA; SANTOS, 2009).

Por esse contexto, pode ser que empresas que apresentam maior compromisso com as práticas de governança corporativa tendam também a serem mais comprometidas com às questões relativas à RSC, visto que têm uma maior preocupação em conceber estratégias voltadas para o atendimento às demandas dos diversos *stakeholders*. A partir dessas considerações, formula-se a hipótese que:

**Hipótese 4:** A participação da empresa em um dos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa influencia positivamente o nível de abrangência das informações sobre RSC.

#### *Concentração de propriedade*

O termo estrutura de propriedade está relacionado com a distribuição da propriedade entre os acionistas. A literatura tem sugerido que a estrutura de propriedade pode afetar decisões importantes ao nível da empresa visto que os proprietários-chave podem ir além da decisão de investir ou não investir, interferindo nas decisões estratégicas da empresa, inclusive sobre os investimentos sociais (OH; CHANG; MARTYNOV, 2011; CRISÓSTOMO; LÓPEZ-ITURRIAGA; VALLELADO, 2014).

O grau em que a propriedade das ações de uma empresa é concentrada nas mãos de poucos investidores ou dispersa entre muitos pode influenciar a política de divulgação da empresa, uma vez que, quando a propriedade é dispersa, acionistas têm pouca autoridade direta sobre os gestores, tendo maior necessidade de monitorar suas atividades (ROBERTS, 1992; BRAMMER; PAVELIN, 2006; GAMERSCHLAG; MOLLER; VERBEETEN, 2011).

A pesquisa tem sugerido que empresas sem acionista controlador tendem a apresentar melhor qualidade da governança corporativa (LA PORTA *et al.*, 1999; ROSSETTI; ANDRADE, 2012). Por sua vez, melhor qualidade da governança corporativa é proposta como capaz de melhorar a qualidade de *disclosure* (ENG; MAK, 2003; MOHD GHAZALI, 2007; JIZI *et al.*, 2013; MALLIN; MICHELON; RAGGI, 2013). Esta realidade sugere que empresas com propriedade dispersa divulgam mais informações sobre RSC do que empresas com propriedade concentrada a fim de reduzir as assimetrias de informação entre a organização e seus acionistas como a literatura tem sugerido (CHAU; GRAY, 2002; HANIFFA; COOKE, 2002; BRAMMER; PAVELIN, 2008; REVERTE, 2009; SUFIAN; ZAHAN, 2013; ROVER; SANTOS, 2014). Assim, formula-se a hipótese que:

**Hipótese 5:** Existe uma relação inversa entre a concentração de propriedade e o nível de abrangência da divulgação da RSC.

#### *Presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)*

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é uma ferramenta para avaliação da performance das empresas listadas na Bovespa em termos de sustentabilidade corporativa, eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (BM&FBOVESPA, 2015), lançado em 2005 pela BM&FBovespa, em conjunto com várias instituições: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), *International Finance Corporation* (IFC), Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente.

O ISE foi o quarto índice de ações criado no mundo, nos moldes de seus antecessores, o *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI), criado em 1999, em Nova Iorque; o *FTSE4Good*, de Londres, criado em 2001; e o JSE de Joanesburgo, África do Sul, lançado em 2003 (MARCONDES; BACARJI, 2010). Esses indicadores têm por objetivo refletir o compromisso das empresas com o desenvolvimento sustentável e com a responsabilidade

social além de promover a criação de um ambiente de investimento compatível com as demandas da sociedade e com as boas práticas de governança no meio empresarial brasileiro (BM&FBOVESPA, 2015).

Para fazer parte da carteira do ISE, as ações devem atender cumulativamente aos seguintes critérios: a) estar entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade, ocupem as 200 primeiras posições; b) ter presença em pregão de 50% no período de vigência das três carteiras anteriores; c) não ser classificada como “*Penny Stock*”; d) atender aos critérios de sustentabilidade e ser selecionado pelo Conselho Deliberativo do ISE (BM&FBOVESPA, 2015).

Serão excluídas da carteira do ISE as ações que: a) deixarem de atender a qualquer um dos critérios de inclusão; b) durante a vigência da carteira passem a ser listadas em situação especial; c) forem de emissão de uma empresa cujo desempenho de sustentabilidade tenha sido significativamente alterado em função de algum acontecimento ocorrido durante a vigência da carteira (BM&FBOVESPA, 2015).

A metodologia para avaliação do desempenho em sustentabilidade das companhias emissoras das 200 ações mais negociadas na BM&FBovespa tem por base um questionário definido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), o qual tem por base o conceito do *Triple Bottom Line* que envolve a avaliação de elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros de forma integrada (GARRIGA; MELE, 2004; DAHLSTRUD, 2008; CRISÓSTOMO; OLIVEIRA, 2015), sendo acrescentado a esse conceito indicadores que avaliam características gerais da organização, a natureza dos produtos, práticas de governança corporativa e mudanças climáticas (BM&FBOVESPA, 2015).

O questionário é respondido voluntariamente pelas empresas, cabendo ao Conselho Deliberativo do ISE selecionar àquelas que comporão a carteira do índice, observando o limite máximo de 40 empresas. A avaliação das empresas baseia-se numa análise quantitativa que leva em conta a pontuação obtida por meio de questões de múltipla escolha com o mesmo peso para todas as dimensões. Além disso, há também uma análise qualitativa com base na verificação de documentos comprobatórios fornecidos pela empresa no final do período de investigação (CRISÓSTOMO; OLIVIERA, 2016; BM&FBOVESPA, 2015).

De acordo com a BM&FBovespa (2015), a participação no ISE amplia o conhecimento sobre o compromisso das empresas com o desenvolvimento sustentável, com a equidade, com a

transparência e prestação de contas, alinhando os interesses de acionistas e investidores aos dos demais públicos como fornecedores, comunidade, clientes e consumidores. Entende-se com isso, que a participação no ISE pode melhorar a imagem da empresa perante os diversos *stakeholders*, garantindo, em última instância, a licença social para operar, conforme propõe a Teoria da Legitimidade. Em estudo realizado por Bouten e Evereat (2015), entrevistados declaram que a inclusão em índice de sustentabilidade gera oportunidades de mercado por meio da demanda de investidores institucionais. A literatura sobre responsabilidade socioambiental apresenta alguns estudos que fornecem a indicação de que a listagem da empresa em um índice de sustentabilidade pode ser um fator determinante para um maior nível de *disclosure* de informações sociais (MURCIA *et al.*, 2008; NASCIMENTO; KROENKE; BEZERRA, 2009; MURCIA; SOUZA; SANTOS, 2010; MICHELON, 2011; MACHADO *et al.*, 2012).

Estas considerações apontam para a possibilidade de que as empresas integrantes da carteira do ISE manifestam uma maior preocupação com as demandas da sociedade contemporânea como forma de assegurar a valorização da sua imagem institucional e, como tal, divulgam informações de RSC de modo mais completo e abrangente. A partir desta abordagem, formula-se a hipótese que:

**Hipótese 6:** O nível de abrangência das informações de RSC divulgadas por empresas pertencentes ao ISE é superior ao das empresas não pertencentes a este indicador.

#### *Tamanho da empresa*

O tamanho da empresa tem sido sugerido em vários estudos como um dos fatores correlacionados como com o nível de atividade de RSC. Estes estudos postulam que empresas maiores tendem a ser mais visíveis para o público e normalmente estão sujeitas a maiores pressões políticas e regulamentares de grupos de interesses externos. Além disso, podem ter mais acionistas interessados em atividades de RSC e, ainda, serem mais propensas ao uso de canais formais de divulgação para comunicar resultados de empreendimentos sociais para as partes interessadas (COWEN; FERRERI; PARKER, 1987; MEEK; ROBERTS; GRAY, 1995; BRANCO; RODRIGUES, 2008).

No relacionamento com as organizações, o ambiente impõe normas e valores que acabam sendo institucionalizadas no contexto organizacional, passando a ter um *status* de regra no pensamento e na ação social, sem, necessariamente, haver um requisito técnico para tal (MEYER; ROWAN, 1983).

Grande número de estudos internacionais que investigaram os determinantes da divulgação voluntária de atividades de RSC concluíram que o tamanho da empresa exerce

influência significativa sobre esse tipo de divulgação (COWEN; FERRERI; PARKER, 1987; BELKAOUI; KARPIK, 1989; GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995; AMRAN; LEE; DEVI, 2013; GAO; HERAVI; XIÃO, 2005; BRAMMER; PAVELIN, 2008; BRANCO; RODRIGUES, 2008; AKHTARUDDIN *et al.*, 2009; REVERTE, 2009; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011; ALNAIMI; HOSSAIN; MOMIN, 2012; JIZI *et al.*, 2013). No Brasil, alguns estudos também identificaram influência do tamanho da empresa em relação à divulgação social e/ou ambiental (CUNHA; RIBEIRO, 2008; MURCIA *et al.*, 2008; CONCEIÇÃO *et al.*, 2011; ROVER *et al.*, 2012).

Alguns estudiosos do tema argumentam que para reduzir potenciais custos políticos, grandes empresas divulgam mais informações com o intuito de demonstrar que suas ações são legítimas e coerentes com a boa cidadania corporativa (BRAMMER; PAVELIN, 2006; BRAMMER; PAVELIN, 2008; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011). Os argumentos aqui apresentados conduzem a hipótese de que:

**Hipótese 7:** Existe uma relação positiva entre o tamanho da empresa e o nível de abrangência da divulgação de RSC.

### *Rentabilidade*

O investimento em RSC e sua divulgação pode refletir uma abordagem de gestão adaptativa para lidar com um ambiente dinâmico e multidimensional para enfrentar as pressões sociais e responder às necessidades da sociedade. Alguns autores apontam a possibilidade de empresas lucrativas serem mais afetadas pelos potenciais custos políticos e, em consequência, terem maior necessidade de explicar que operam (explícita ou implícitamente) dentro das normas da sociedade, podendo ser mais interessante uma resposta via divulgação de sua RSC (COWEN; FERRERI; PARKER, 1987; FIELDS; LYS; VINCENT, 2001; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011).

Há argumentos de que investimentos relacionados a RSC podem representar desvios de recursos dos acionistas e da finalidade principal da empresa, podendo contribuir para desvantagens econômicas, de modo que, decisões de investimento em RSC podem ser motivadas por excesso de rentabilidade, uma vez que, apenas nessa situação, seria possível para uma empresa justificar despesas de RSC perante seus acionistas e credores (CRISÓSTOMO; FREIRE; VASCONCELOS, 2010).

Existem divergências na literatura quanto a influência de fatores financeiros sobre a divulgação de RSC. Estudos empíricos anteriores nem sempre confirmaram uma relação



positiva entre divulgação de responsabilidade social e rentabilidade (HACKSTON; MILNE, 1996; BRAMMER; PAVELIN, 2008; BRANCO; RODRIGUES, 2008; REVERTE, 2009). Por outro lado, alguns estudos mostram a existência de uma relação positiva entre a divulgação de responsabilidade social e rentabilidade (BELKAOUI; KARPIK, 1989; ROBERTS, 1992; COWEN; FERRERI; PARKER, 1987; JIZI *et al.*, 2013). Em função dessas considerações, formula-se a hipótese seguinte.

**Hipótese 8:** Existe uma relação positiva entre a lucratividade da empresa e o nível de abrangência da divulgação da RSC.

### 3 METODOLOGIA

Método pode ser definido como o procedimento ou caminho para alcançar determinado fim. A pesquisa tem como objetivo a resolução de um problema e o método serve de guia para o estudo do referido problema, orientando o pesquisador na elaboração e organização de procedimentos (RUDIO, 2009).

Na sequência, apresentam-se os delineamentos que justificam as várias atividades e etapas da investigação, tais como a tipologia de pesquisa, definição da amostra, fontes de coleta de dados e descrição de técnicas e procedimentos utilizados na coleta e análise dos dados.

#### 3.1 Tipo de pesquisa quanto aos objetivos e à natureza dos dados

De acordo com Gil (2008) a pesquisa social comporta três tipologias, quanto aos objetivos: pesquisas exploratórias, pesquisas descritivas e pesquisas explicativas. Para ele, as pesquisas exploratórias têm como principal objeto o esclarecimento, modificação e desenvolvimento de conceitos ou a constituição de hipóteses; as descritivas têm por objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, descobrir associações entre variáveis para estudar as características de determinados grupos; por fim, as explicativas concentram-se na identificação de fatores determinantes da ocorrência de fenômenos.

Ainda conforme Gil (2008), pesquisas que tem por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população inserem-se no grupo das pesquisas descritivas. O presente estudo classifica-se como descritivo e explicativo uma vez que tem por objetivo analisar o nível de abrangência das informações sobre responsabilidade social, apresentadas nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas, captando as atitudes das empresas em relação ao *disclosure* voluntário de informações, bem como, a identificação de fatores determinantes da abrangência do seu *disclosure* voluntário.

Quanto à natureza dos dados, a pesquisa classifica-se como quali-quantitativa. Creswell (2003) identifica três usos possíveis para métodos mistos: triangulação, sequenciamento e transformação. O primeiro busca aumentar a validade das conclusões do estudo. O segundo consiste em utilizar um método antes do outro como estratégia de desenho da pesquisa, podendo ser utilizado em situações em que pouco fora pesquisado sobre o objeto de interesse. Por fim, o método transformativo envolve a coleta conjunta de dados qualitativos e quantitativos no desenho da pesquisa.

Este estudo se insere na segunda perspectiva, já que se vale da técnica de análise de conteúdo com o objetivo de analisar o que foi observado pelo pesquisador e em seguida faz uso de procedimentos estatísticos para avaliar o nível de abrangência dos relatórios analisados e sua evolução ao longo do tempo, bem como, para identificar os fatores determinantes do nível de abrangência do *disclosure* voluntário de RSC.

Esse tipo de procedimento é encontrado em diversos estudos empíricos o que confere sua validade para análise de fenômenos típicos da administração (BRANCO; RODRIGUES, 2008; LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009; SAID; ZAINUDDIN; HARON, 2009; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011; AMRAM; LEE; DEVI, 2013; JIZI *et al.*, 2013).

### **3.2 Tipo de pesquisa quanto à coleta de dados**

Para medir o nível de abrangência da divulgação sobre responsabilidade social das empresas foram coletados dados por meio de pesquisa documental. A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (MINAYO, 2013). No contexto de um procedimento de pesquisa, são considerados documentos, as fontes primárias ou secundárias elaboradas por terceiros para atender a finalidades distintas e, que são exploradas, e não criadas, pelo pesquisador (CELLARD, 2008).

A pesquisa documental é amplamente utilizada no contexto dos estudos organizacionais com o intuito de identificar informações factuais que fornecem elementos para a elucidação de questões e verificação de hipóteses (HACKSTON; MILNE, 1996; BRANCO; RODRIGUES, 2008; AKHTARUDDIN *et al.*, 2009; LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009; SAID; ZAINUDDIN; HARON, 2009; BOUTEN *et al.*, 2011; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011; ALNAIMI; HOSSAIN; MOMIN, 2012; AMRAM; LEE; DEVI, 2013; JIZI *et al.*, 2013; NOVELINI; FREGONESI, 2013).

Neste estudo, foram analisados os relatórios de sustentabilidade elaborados sob a responsabilidade das empresas e disponibilizados no site da GRI, os quais destinam-se à comunicação de suas iniciativas de responsabilidade social perante os *stakeholders* e a sociedade.

### **3.3 Amostra**

A amostra utilizada neste estudo foi constituída por 265 observações anuais de 98 empresas listadas na BM&FBovespa que publicaram Relatórios de Responsabilidade Social

segundo as diretrizes GRI no período 2010-2013. Foram incluídas na amostra empresas cujos Relatórios de RSC estavam disponíveis para *download* no *site* da GRI até a data de 31 de junho de 2015.

A opção pelas empresas listadas na BM&FBovespa decorreu do fato que empresas de capital aberto normalmente adotam política de divulgação de informações mais ampla e abrangente (BRANCO; RODRIGUES, 2008; BOUTEN *et al.*, 2011), em função da necessidade de redução de assimetria informativa. Já a opção pelos relatórios de RSC que seguem as diretrizes GRI deu-se em função do reconhecimento mundial que estes vêm alcançando e do contínuo aumento de seu uso como ferramenta de comunicação do comportamento responsável das empresas perante os *stakeholders*, bem como, do formato estruturado de acordo com diretrizes princípios e indicadores que possibilitam uma análise mais adequada das informações acerca do desempenho da RSC em diversas dimensões (BROWN; JONG; LEVY, 2009; NIKOLAEVA; BICHO, 2011; FEIJOO; ROMERO; RUIZ, 2014).

A amostra foi agrupada em 10 categorias, de acordo com a classificação da base de dados Económica, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1- Frequência de observações por setor de atividade

	Frequência	Percentual
Alimentos e bebidas	11	4,2
Comércio	13	4,9
Construção	13	4,9
Energia Elétrica	74	27,9
Finanças e Seguros	33	12,5
Papel e Celulose	10	3,8
Química	10	3,8
Telecomunicações	11	4,2
Transporte Serviços	15	5,7
Outros	75	28,3
Total	265	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor

Os dados da Tabela 1 mostram que o setor de energia elétrica concentra o maior percentual de relatórios da amostra (27,9%), seguido do setor de finanças e seguros (12,5%).

### 3.4 Análise e interpretação dos resultados

A análise e interpretação de resultados têm como objetivo principal responder às questões de pesquisa. Conforme Gil (2008), a análise procura organizar e sumariar os dados, de forma a levar as respostas ao problema de pesquisa, enquanto a interpretação objetiva a procura do sentido mais amplo das respostas. Embora apresentem conceitos distintos, a análise e interpretação de dados constituem processos complementares. De acordo com Yin

(2010), a análise de dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou, do contrário, recombinar as evidências quantitativas e qualitativas, para tratar as proposições iniciais de um estudo.

Tendo em vista os objetivos propostos neste estudo e alinhando-se com estudos anteriores sobre divulgação (BRANCO; RODRIGUES, 2008; SAID; ZAINUDDIN; HARON, 2009; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011; JIZI *et al.*, 2013) os dados foram analisados mediante abordagem qualitativa e quantitativa, compreendendo duas etapas: análise qualitativa de conteúdo seguida de análise quantitativa com a adoção de procedimentos estatísticos de análises de médias e regressão linear.

### **3.4.1 Abordagem qualitativa**

A análise dos resultados foi conduzida inicialmente por meio da técnica de análise de conteúdo considerando-se que esta técnica fornece resultados válidos para a pesquisa social, sendo amplamente utilizada em pesquisas sobre divulgação de RSC (HACKSTON; MILNE, 1996; GRAY *et al.*, 2001; GUTHRIE; CUGANESAN; WARD, 2008; BRANCO; RODRIGUES, 2008; BOUTEN *et al.*, 2011; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011; ALNAIMI; HOSSAIN; MOMIN, 2012; CAMPOPIANO; MASSIS, 2014). A análise de conteúdo possibilita ao pesquisador avaliar a extensão dos vários itens de divulgação, fornecendo inferências válidas a partir dos dados de acordo com o seu contexto, além de ser uma técnica de pesquisa replicável (HACKSTON; MILNE, 1996).

A análise de conteúdo é definida por Bardin (1977) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, cuja base, reside na definição de categorias que sejam coerentes com os propósitos da pesquisa. A categorização consiste em operações de desmembramento do texto em unidades (categorias) que possibilitem atingir uma representação do conteúdo. Essas categorias são determinadas em função das necessidades das informações a serem verificadas e devem originar-se dos documentos objeto da análise, sendo a escolha das categorias procedimento essencial, porquanto fazem a ligação entre os objetivos da pesquisa e seus resultados (BARDIN, 1977).

Para obter uma indicação da abrangência das informações que acompanham cada item de divulgação em termos de visão e objetivos, abordagem gerencial e indicadores de desempenho socioambiental, este estudo tomou por base um quadro de análise de conteúdo desenvolvido por Bouten *et al.* (2011) para avaliar a abrangência das informações sobre responsabilidade social divulgadas no Relatório Anual de empresas belgas, com o intuito de

fornecer uma indicação da medida em que as organizações prestam contas de sua responsabilidade social perante os seus *stakeholders*.

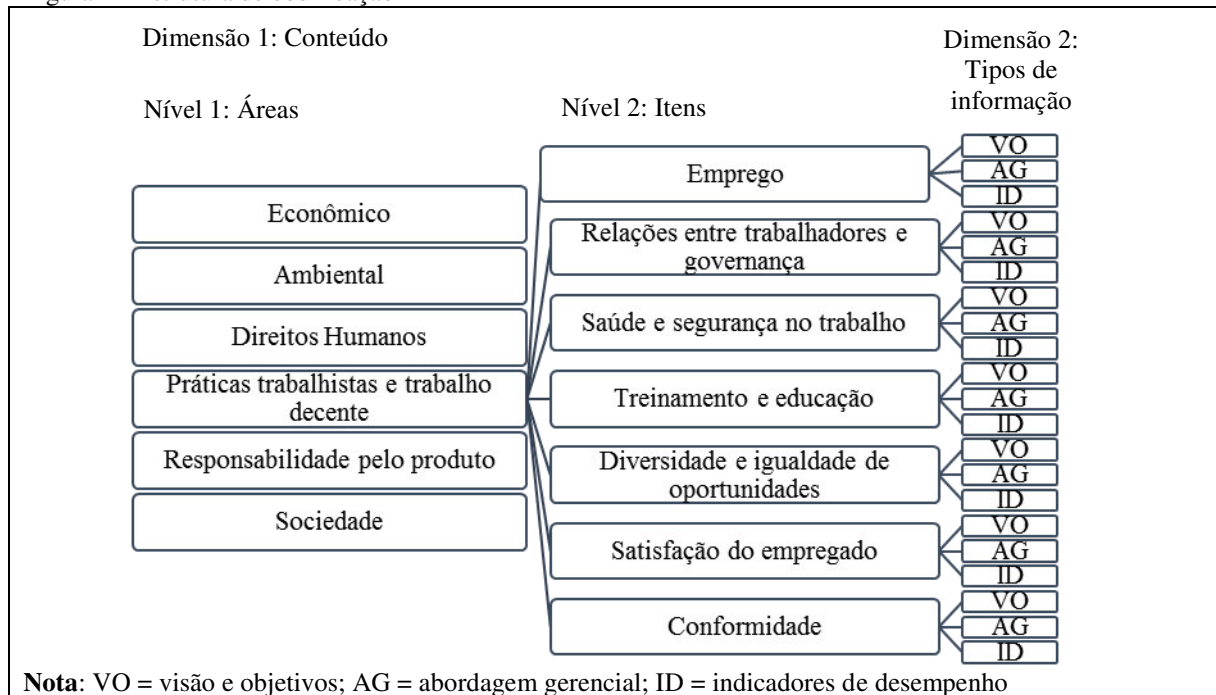
A técnica da análise de conteúdo exige uma estrutura de codificação baseada em regras precisas sobre as informações representativas das características do conteúdo de análise que seja confiável e facilite a interpretação dos dados (BARDIN, 1997). As Diretrizes GRI para Relatórios de Sustentabilidade apresentam-se como ponto de partida adequado para o desenvolvimento da estrutura de codificação, uma vez que apresentam uma estrutura global, têm aceitação internacional e foram elaboradas por vários especialistas após consulta aos diversos *stakeholders* (BOUTEN *et al.*, 2011). A estrutura de codificação para análise de conteúdo, neste trabalho, foi orientada pelas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI, versão G3.

Bouten *et al.* (2011) apresentam uma estrutura de codificação que tem a forma de uma árvore de decisão. Segundo Krippendorff (2013), estruturas de codificação na forma de árvore de decisão têm as seguintes vantagens: minimizam confusão de critérios; podem reduzir drasticamente grande número de alternativas; evitam que uma categoria seja definida em diferentes níveis de generalidade ou que se sobreponha em significados, aumentando a confiabilidade; e, quando a informação envolve várias dimensões de julgamento, possibilitam determinar cada dimensão separadamente.

Conforme ilustrado na Figura 1, a árvore de codificação utilizada neste trabalho consiste de duas dimensões: (i) o conteúdo e (ii) os tipos de informação. A dimensão “conteúdo” refere-se ao conteúdo da informação e compreende dois níveis de análise: (a) áreas e (b) itens. A área corresponde às categorias de desempenho de sustentabilidade definidas segundo as Diretrizes GRI. Os itens correspondem a indicadores específicos da GRI definidos para cada área.

A dimensão “tipos de informação” destina-se à verificação da abrangência da informação para cada item divulgado levando em conta a natureza da informação nele contida, examinando se esta contempla (a) visão e objetivos (VO); (b) abordagem gerencial (AG); e (c) indicadores de desempenho socioambiental (ID), considerados aspectos essenciais à efetividade da prestação de contas (ROBERTSON; NICHOLSON, 1996; VUONTISJÄRVI, 2006; BOUTEN *et al.*, 2011).

Figura 1 - Estrutura de codificação



Fonte: Adaptado de Bouten *et al.* (2011).

Alguns estudos que utilizam as diretrizes GRI como referência descartam totalmente a área econômica (GUTHRIE; CUGANESAN; WARD, 2008; BRANCO; RODRIGUES, 2008). Isso ocorre porque, conforme Bouten *et al.* (2011), informações sobre receitas, custos operacionais, remuneração de empregados e de membros do conselho de administração, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos e assistência financeira recebidas dos governos são totalmente cobertas pelas normas internacionais de Contabilidade Financeira (IFRS) e, conseqüentemente, não podem ser consideradas como voluntárias.

Neste estudo, em linha com Bouten *et al.* (2011), o item “Desempenho Econômico” foi estreitado e renomeado como “Impactos econômicos diretos”, para contemplar, informações importantes sobre impactos econômicos diretos não-financeiros sobre os *stakeholders*, como doações a instituições de caridade e riscos e oportunidades devido a questões sociais e ambientais.

O item “conformidade”, foi acrescentado para as áreas de “práticas trabalhistas e trabalho decente” e “direitos humanos”, devido à realidade que o número de violações da lei pode ser muito informativo e as empresas costumam fazer divulgações sobre ações voltadas para o cumprimento ou superação da lei (BOUTEN *et al.*, 2011).

Para a área de “práticas trabalhistas e trabalho decente”, foi introduzido o item “satisfação do empregado” em decorrência da dificuldade de associar este aspecto a um dos

itens existentes. Este ajuste também foi adotado por Branco e Rodrigues (2008) e Bouten *et al.* (2011). Seguindo raciocínio semelhante, o item “satisfação do cliente” foi adicionado à área “responsabilidade pelo produto”.

No Quadro 1 estão relacionados os itens de divulgação para cada categoria de RSC definida pelas Diretrizes GRI que serviram como referência para a análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade.

Quadro 1- Indicadores de desempenho GRI

<b>Áreas</b>	<b>Itens</b>
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impactos econômicos diretos</li> <li>• Presença no mercado</li> <li>• Impactos econômicos indiretos</li> </ul>
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Materiais</li> <li>• Energia</li> <li>• Água</li> <li>• Biodiversidade</li> <li>• Emissões de efluentes e resíduos</li> <li>• Produtos e serviços</li> <li>• Conformidade</li> </ul>
Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Práticas de investimento e direito de compra</li> <li>• Não-discriminação</li> <li>• Trabalho infantil</li> <li>• Trabalho forçado ou análogo ao escravo</li> <li>• Conformidade</li> </ul>
Práticas trabalhistas e trabalho decente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emprego</li> <li>• Relações entre trabalhadores e governança</li> <li>• Saúde e segurança no trabalho</li> <li>• Treinamento e educação</li> <li>• Diversidade e igualdade de oportunidades</li> <li>• Satisfação do empregado</li> <li>• Conformidade</li> </ul>
Responsabilidade pelo produto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde e segurança do cliente</li> <li>• Rotulagem de produtos e serviços</li> <li>• Comunicações de <i>marketing</i></li> <li>• Satisfação do cliente</li> <li>• Conformidade</li> </ul>
Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidade</li> <li>• Corrupção</li> <li>• Políticas públicas</li> <li>• Conformidade</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas diretrizes GRI versão 3.0 (GRI, 2006)

A técnica de análise de conteúdo requer a seleção de uma “unidade de análise” que pode ser caracterizada como um segmento específico de conteúdo que pode ser alocado a uma determinada categoria (GUTHRIE; CUGANESAN; WARD, 2008). As unidades preferenciais da análise em comunicação escrita tendem a ser palavras, frases, sentenças e páginas (GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995). Em sintonia com estudos anteriores sobre divulgação de responsabilidade social, o presente estudo fez uso da sentença como unidade de análise (GUTHRIE; CUGANESAN; WARD, 2008; HACKSTON; MILNE, 1996; BOUTEN *et al.*,



2011). O Quadro 2, desenvolvido a partir dos indicadores GRI, detalha as sentenças que serviram como roteiro para as decisões de codificação.

Quadro 2 - Indicadores essenciais de RSC

Área	Itens	Indicadores
Econômica	Impactos econômicos diretos	EC1 - Doações e outros investimentos na comunidade.
	Presença no mercado	EC6 - Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais.
		EC7 - Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local.
Impactos econômicos indiretos	EC8 - Impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos para benefício público.	
Ambiental	Materiais	EN1 - Uso de materiais.
		EN2 - Materiais usados provenientes de reciclagem.
	Energia	EN3 - Consumo de energia direta, discriminado por fonte de energia primária.
		EN4 - Consumo de energia indireta, discriminado por fonte primária.
	Água	EN8 - Consumo total de água, por fonte.
	Biodiversidade	EN11 - Indicação da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas.
		EN12 - Impactos significativos na biodiversidade.
	Emissões, efluentes e resíduos	EN16 - Emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso.
		EN17 - Emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.
		EN19 - Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.
		EN20 - NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.
		EN21 - Descarte total de água, por qualidade e destinação.
		EN22 - Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.
	Produtos e serviços	EN23 - Número e volume total de derramamentos significativos.
		EN26 - Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.
EN27 - Recuperação de produtos e suas embalagens.		
Conformidade	EN28 - Multas significativas e sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.	
Direitos Humanos	Práticas de investimento e de processos de compra	HR1 - Inclusão de cláusulas contratuais e/ou avaliação referente a direitos humanos em contratos de investimentos.
		HR2 - Avaliação de empresas contratadas e fornecedores críticos referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.
	Não-discriminação	HR4 - Casos de discriminação e medidas tomadas.
	Trabalho infantil	HR6 - Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.
	Trabalho forçado ou análogo ao Escravo	HR7 - Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.
Conformidade	Multas significativas e sanções não-monetárias resultantes de violação de Direitos Humanos.	
Práticas trabalhistas e trabalho decente	Emprego	LA1 - Situação de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.
		LA2 - Rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.
	Relações entre trabalhadores e governança	LA4 - Empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.
		LA5 - Notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.
Saúde e segurança no trabalho	LA7 - Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.	

		LA8 - Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.
	Treinamento e educação	LA10 - Treinamentos de funcionários, discriminados por categoria funcional.
	Diversidade e igualdade de oportunidades	LA13 - Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.
		LA14 - Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.
	Satisfação do empregado	Políticas ou ações voltadas para a qualidade de vida dos empregados e resultados de pesquisas de satisfação com empregados.
	Conformidade	Multas e indenizações resultantes de ações trabalhistas.
Responsabilidade pelo produto	Saúde e segurança do cliente	PR1 - Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e indicação de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.
	Rotulagem de serviços e produtos	PR3 - Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.
	Satisfação do cliente	PR5 - Informações e resultados de pesquisas de satisfação de clientes
	Comunicações de <i>marketing</i>	PR6 - Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
	Conformidade	PR8 - Reclamações relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.
PR9 - Multas significativas por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.		
Sociedade	Comunidade	SO1 - Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.
	Corrupção	SO2 - Avaliações de riscos relacionados a corrupção.
		SO3 - Procedimentos anticorrupção da organização.
		SO4 - Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
Políticas públicas	SO5 - Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	
Conformidade	SO8 - Multas significativas e sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.	

Fonte: Adaptado das Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da GRI (2006).

Para verificar a presença de um item e o tipo de informação de RSC por ele revelada, na leitura dos relatórios, procedeu-se inicialmente à busca pelo código de identificação do sumário de conteúdo da GRI (por exemplo, “EC1”, “EN26”, “SO1”), o qual fornece a indicação da localização dos itens no relatório. No entanto, como as diretrizes GRI não fornecem um “formulário padrão” para apresentação das informações, alguns relatórios não adotam essa codificação. Assim, em alguns casos foram utilizadas estruturas de frases e termos-chaves (por exemplo, “fornecedores locais”, “saúde e segurança”, “clima organizacional”, direitos humanos”) para localização dos itens nos relatórios.

A verificação de que um item identificado no relatório contempla informação do tipo visão e objetivos (VO) foi feita por meio de palavras ou termos chaves que denotam intenções, políticas, valores ou objetivos da empresa no contexto da RSC.

Para checar a associação de informações do tipo abordagem gerencial (AG) a determinado item foram utilizados termos indicativos de iniciativas, ações, projetos e programas efetivamente implementados pelas empresas.

A análise de conteúdo apresentada neste estudo considerou como indicador de desempenho socioambiental (ID) a informação que expõe os resultados ou metas econômicas, ambientais e sociais atingidas ou não pelas organizações passíveis de comparação. Desse modo, foram consideradas como informações do tipo ID, aquelas expressas em valores quantitativos (absolutos, relativos, gráficos) ou qualitativos que indicam progressos ou deficiências relativas ao desempenho da RSC da empresa (FIESP, 2003; GRI, 2006).

O Quadro 3 a seguir apresenta alguns exemplos de palavras ou termos chave identificadores dos tipos de informação (VO, AG e ID) associados aos itens de RSC utilizados na análise de conteúdo.

Quadro 3 – Exemplos de palavras ou termos chave identificadores dos tipos de informação de RSC

<b>Informação do tipo VO (Visão e objetivos)</b>	
<b>Item</b>	<b>Palavras ou termos chave</b>
Emissões de efluentes e resíduos	“A correta gestão dos resíduos gerados é um <i>compromisso</i> da [...]”
Não-discriminação	“O [...] tem como <i>premissa</i> promover o respeito à diversidade e inibir a ocorrência de casos de discriminação”.
Treinamento e educação	“O desenvolvimento e a qualificação de nossos colaboradores estão entre nossos <i>principais valores</i> ”.
Satisfação do cliente	“A satisfação dos clientes em todas as marcas e unidades é o principal foco dos serviços da companhia”.
<b>Informação do tipo AG (Ação gerencial)</b>	
Emissões de efluentes e resíduos	“Outra iniciativa de destaque é o <i>programa</i> de renovação de frota veicular [...] contribuindo para reduzir as emissões de GEE [...]”,
Presença no mercado	“US\$ 415 milhões foram liberados em financiamentos e crédito por meio do [...], o <i>programa</i> de desenvolvimento de fornecedores locais da [...]”.
Treinamento e educação	“Em 2013, <i>oferecemos</i> mais de 305 mil horas de treinamento [...]”
Comunidade	“O foco do investimento social privado continua sendo a inclusão social com ênfase na educação. Entre as <i>iniciativas desenvolvidas</i> em 2013, destacam-se: [...]”
<b>Informação do tipo ID (indicador de desempenho socioambiental)</b>	
Saúde e segurança no trabalho	“No ano, não foram registrados acidentes com colaboradores próprios. Com contratados, foram registrados seis acidentes sem afastamento. ”
Conformidade ambiental	“Não houve multas significativas resultantes de não conformidade com leis e regulamentos ambientais”.
Emprego	“Em 2013, obtivemos o menor índice de <i>turnover</i> dos últimos três anos – 7,8%, ante 9% em 2012”.
Presença no mercado	“Percentual de gastos com fornecedores do entorno em relação ao total de gastos com fornecedores: 2011 – 3,8%, 2012 – 4,0%, 2013 – 4,9%”.

Fonte: Elaborado pelo autor

### 3.4.2 Abordagem quantitativa

A análise de conteúdo é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu conteúdo social de maneira objetivada que pode, no entanto, ser usada para construir

índices (BAUER, 2002). Neste estudo, a análise de conteúdo viabilizou a identificação dos tipos de informações (VO, AG, ID) associados aos itens de RSC divulgados pelas empresas. Estes dados serviram de base para a construção de uma medida para o nível de abrangência dos relatórios (NAR), quanto ao seu potencial de prestação de contas aos *stakeholders*.

Este trabalho adota três diferentes métricas para avaliar o nível de abrangência dos relatórios de RSC das empresas. A primeira delas, definida por Bouten *et al.* (2011), considera apenas os itens cobertos pelos três tipos de informação (VO, AG e ID) na formulação do índice, conforme fórmula (1) a seguir.

$$NAR = \frac{\text{Número de itens para os quais todos os três tipos de informação (VO, AG, ID) são divulgados}}{\text{Número de itens apresentados pela empresa}} \quad (1)$$

O nível de abrangência dos relatórios definidos por essa métrica revela a medida em que uma empresa divulga todos os três tipos de informação para os itens que relata. Desse modo, se uma empresa divulgar um item de RSC e este contemplar os três tipos de informação o nível de abrangência do relatório será 1,0. Do mesmo modo, se uma empresa divulgar a totalidade dos itens considerados e todos eles contemplarem os três tipos de informação, o nível de abrangência do relatório também será igual a 1,0. Por outro lado, uma empresa pode divulgar informações sobre um elevado número de itens sem que isto se reflita no nível de abrangência do relatório, caso os itens divulgados não contemplem simultaneamente os três tipos de informação.

Levando-se em conta que a divulgação simultânea de um mínimo de dois tipos de informação já é capaz de suprir, em certo grau, demandas informacionais dos *stakeholders* (WOOD, 1991), o estudo propôs duas outras métricas alternativas para a análise do nível de abrangência dos relatórios, ambas incluindo itens cobertos por um mínimo de dois tipos de informação (VO, AG e ID).

A primeira medida alternativa contempla uma proporcionalidade dos tipos de informações divulgadas, atribuindo coeficiente 0,3 para os itens que apresentaram dois tipos de informação e 1,0 para os itens que apresentaram simultaneamente os três tipos de informação (VO, AG e ID), relativizadas pelo número total de itens (31 itens) considerados na análise de conteúdo. Assim, o nível de abrangência dos relatórios de RSC divulgados pelas empresas da amostra será obtido pela aplicação da fórmula (2):

$$NAR_1 = [(VOAG * 0,3) + (VOID * 0,3) + (AGID * 0,3) + (VOAGID * 1,0)] / NI \quad (2)$$

$NAR_1$  é o nível de abrangência do relatório.  $VOAG$  é o número de itens que contemplam informações somente dos tipos VO e AG.  $VOID$  é o número de itens que contemplam informações somente dos tipos VO e ID.  $AGID$  é o número de itens que contemplam informações somente dos tipos AG e ID.  $VOAGID$  é o número de itens que contemplam simultaneamente informações dos tipos VO, AG e ID e NI representa o número total de itens examinados.

Na segunda medida alternativa, foi considerado o somatório dos itens que contemplaram um mínimo de dois tipos de informações simultâneas, relativizado pelo número total de itens (31) considerados no estudo, conforme fórmula (3):

$$NAR_2 = (VOAG + VOID + AGID + VOAGID) / NI \quad (3)$$

$NAR_2$  é o nível de abrangência do relatório.  $VOAG$  é o número de itens que contemplam informações somente dos tipos VO e AG.  $VOID$  é o número de itens que contemplam informações somente dos tipos VO e ID.  $AGID$  é o número de itens que contemplam informações somente dos tipos AG e ID.  $VOAGID$  é o número de itens que contemplam simultaneamente informações dos tipos VO, AG e ID e NI representa o número total de itens examinados.

Para verificação das hipóteses de pesquisa foram realizados testes de comparação de médias do nível de abrangência dos relatórios e, adicionalmente, foram estimados modelos de regressão linear tendo o nível de abrangência dos relatórios (NAR) como variável dependente e um conjunto de fatores do ambiente organizacional como setor de atuação; sensibilidade ambiental; nível de governança corporativa; concentração de propriedade ; participação no ISE ; tamanho da empresa e rentabilidade, como variáveis independentes, potencialmente influenciadoras da abrangência da divulgação de RSC. Os modelos estimados estão apresentados nas equações (1) e (2), a seguir:

$$NAR_i = \beta_0 + \beta_1 D\_ISE_i + \beta_2 D\_MAJOR_i + \beta_3 D\_10165_i + \beta_4 D\_SET_i + \beta_5 TAM_i + \beta_6 ROA_i + \beta_7 ANO_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

$$NAR_i = \beta_0 + \beta_1 D\_ISE_i + \beta_2 D\_MAJOR_i + \beta_3 D\_10165_i + \beta_4 D\_SET_i + \beta_5 D\_SEGDIF_i + \beta_7 TAM_i + \beta_8 ROA_i + \beta_8 ANO_i + \varepsilon_i \quad (2)$$

Para um determinado relatório  $i$ ,  $NAR_i$  é o nível de abrangência do relatório;  $\beta_0$  é o intercepto; e,  $\varepsilon_i$  é o erro. As *proxies* para mensuração das variáveis independentes utilizadas no estudo estão descritas no Quadro 3.

Quadro 4 - Definição e operacionalização das variáveis independentes

Variável independente	Proxy	Fundamentação
Participação no ISE (D_ISE)	Variável <i>dummy</i> (“1”, quando a empresa integra a carteira do ISE e “0”, caso contrário).	Michelon (2007); Murcia <i>et al.</i> , (2008); Kroenke e Bezerra (2009); Murcia, Souza e Santos (2010); Machado <i>et al.</i> (2012)
Concentração de propriedade (D_MAJOR)	Variável <i>dummy</i> para existência de acionista majoritário, ou seja, o principal acionista detém 50% ou mais das ações ordinárias (“1”, caso a empresa tenha acionista majoritário e “0” caso a empresa não tenha acionista majoritário).	Chau e Gray (2002); Haniffa e Cooke (2002); Brammer e Pavelin (2008); Reverte (2009); Sufian e Zahan (2013); Rover e Santos (2014)
Sensibilidade ambiental (D_10165)	Variável <i>dummy</i> (“1” quando a empresa pertencer a setor de atividade classificado como de potencial poluidor e “0” quando a empresa pertencer a setor não classificado pela Lei.	Lei 10.165/2000; Hackston e Milne (1996); Brammer e Pavelin (2008); Reverte (2009); Pereira, Bruni e Dias Filho (2010); Crisóstomo, Souza, Parente (2012); Silva (2014)
Governança corporativa (D_SEGDIF)	Variável <i>dummy</i> (“1”, quando a empresa pertencer a um dos níveis diferenciados de governança e “0”, caso contrário).	Cunha e Ribeiro (2008); Braga, Oliveira e Salotti (2009); Murcia e Santos (2009); Rover e Santos (2014)
Tamanho da empresa (TAM)	Logaritmo natural do Ativo Total	Brammer e Pavelin (2004); Haniffa e Cooke (2005); Branco e Rodrigues (2008); Akhtaruddin <i>et al.</i> (2009); Jizi <i>et al.</i> (2013)
Rentabilidade (ROA)	Retorno sobre os ativos (ROA): Lucro Líquido/ Ativo Total.	Brammer e Pavelin (2008); Said, Zainuddin e Haron (2009); Crisóstomo, Freire e Vasconcelos (2010); Mahoney <i>et al.</i> (2013); Michelon, Pilonato e Ricceri (2015)
Setor de atuação (D_SET)	Variável <i>dummy</i> para cada setor (“1”, quando a empresa pertence ao setor e “0”, caso contrário).	Hackston e Milne (1996); Branco e Rodrigues (2008); Gamerschlag, Möller e Verbeeten (2011); Rover e Santos (2014)

Fonte: Elaborado pelo autor

## 4 RESULTADOS

A análise de conteúdo desenvolvida neste estudo visa não apenas revelar a medida com que uma empresa divulga informações abrangentes para os itens que relata, mas também, responder a uma variedade de questões de pesquisa que relacionem o nível de abrangência das informações de RSC divulgadas pelas empresas a fatores ou características do ambiente organizacional.

Esta seção descreve os resultados da análise de conteúdo aplicada aos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa que publicaram relatórios segundo as diretrizes GRI com o intuito de avaliar a abrangência das informações quanto ao potencial de comunicação da RSC das organizações para os *stakeholders*, bem como, da aplicação de técnicas de análises estatísticas para verificação das hipóteses relacionadas à evolução da abrangência das informações divulgadas e aos fatores determinantes do nível de abrangência do *disclosure* de RSC.

### 4.1 Análise do nível de abrangência dos relatórios de RSC divulgados por empresas brasileiras

Embora o foco da análise de conteúdo, neste estudo, esteja voltado para a avaliação da abrangência das informações contidas nos relatórios de RSC e não para a medição da presença ou ausência de itens de RSC, tal procedimento foi necessário, visto que, um nível de abrangência só pode ser definido quando a empresa divulga alguma informação de RSC, de modo que os resultados da análise de conteúdo incidiram sobre as empresas que as divulgam. A Tabela 2 apresenta uma quantificação das informações de RSC divulgadas nos relatórios de RSC divulgados por empresas brasileiras, consoante as áreas da GRI.

Tabela 2 - Número de informações divulgadas nos relatórios de RSC por área da GRI

Áreas da GRI	Número de relatórios que divulgam informações na área		Número de relatórios que não divulgam informações na área		Número total de relatórios analisados	
	N	%	N	%	N	%
	Econômica	232	87,5	33	12,5	265
Ambiental	259	97,7	6	2,3	265	100
Direitos humanos	246	92,8	19	7,2	265	100
Práticas trabalhistas e trabalho decente	263	99,2	2	0,8	265	100
Responsabilidade pelo produto	246	92,8	19	7,2	265	100
Sociedade	249	94,0	16	6,0	265	100

Fonte: Elaborada pelo autor

Observa-se pela Tabela 2 que a maioria dos relatórios (acima de 87%) fornece pelo menos um item de informação sobre práticas de RSC nas áreas definidas pela GRI. Sobressai-se o número de informações sobre práticas trabalhistas e trabalho decente (99,2%), seguido

das informações na área ambiental (97,7%). Na extremidade inferior encontram-se os relatórios que divulgam pelo menos um item na área econômica (87,5%). Observa-se não haver tendência de concentração de divulgação em áreas específicas de RSC nas empresas brasileiras, em contraste com os achados de Bouten *et al.* (2011) que mostram que as empresas belgas tendem a concentrar a divulgação da RSC nos aspectos trabalhistas (66,7%), sendo o percentual de divulgação nas demais áreas, inferior a 50% e a porcentagem de empresas que não divulgam informações de RSC em nenhuma das áreas igual a 26,5%.

Este estudo analisou os tipos de informação (visão e objetivos, abordagem gerencial, indicador de desempenho socioambiental) fornecidos por cada um dos itens de RSC divulgados nos relatórios analisados. A Tabela 3 apresenta a distribuição de frequência dos itens dos relatórios de todas as áreas, e o tipo de informação divulgada a respeito de cada um.

Tabela 3 - Frequência de itens de RSC e o tipo de informação divulgada

Tipos de informação	Itens cobertos		Itens não cobertos		Total de itens	
	N	%	N	%	N	%
Visão e objetivos (VO)	2835	53,3	2483	46,7	5318	100
Abordagem gerencial (AG)	3194	60,1	2124	39,9	5318	100
Indicador de desempenho socioambiental (ID)	4025	75,7	1293	24,3	5318	100

Fonte: Elaborada pelo autor

Os dados da Tabela 3 indicam que um total de 5.318 itens de informações de RSC foram divulgados nos 265 relatórios que compuseram a amostra. Desse total, 75,7% são cobertos por divulgação do tipo ID, enquanto 60,1% são cobertos por informação do tipo AG. Um número menor de itens (53,3%) é coberto por informações do tipo VO.

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva dos tipos de informação divulgada nos relatórios de RSC das empresas brasileiras.

Tabela 4 - Média dos tipos de informação de RSC

Tipo de informação (N=265)	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Mínimo	Máximo
Somente VO	1,3849	1,3353	0,9642	0,0000	6,0000
Somente AG	1,6453	1,5184	0,9229	0,0000	7,0000
Somente ID	4,4604	2,9502	0,6614	0,0000	15,0000
VO e AG	1,8491	1,6628	0,8993	0,0000	7,0000
VO e ID	2,1698	1,6576	0,7639	0,0000	8,0000
AG e ID	3,2642	2,3286	0,7134	0,0000	10,0000
VO, AG e ID	5,2943	4,4912	0,8483	0,0000	20,0000
Valor-p	0,000				

Nota: Comparação de médias ANOVA

Fonte: Elaborada pelo autor

As informações constantes da Tabela 4 mostram que os tipos de informação variam significativamente (Valor-p) entre os relatórios, conforme análise de variância (ANOVA), destacando-se as informações do tipo VO, AG e ID e as informações isoladas do tipo ID que



apresentam as maiores médias de cobertura entre os itens de RSC divulgados pelas empresas brasileiras.

Estes resultados contrastam com os achados de Bouten *et al.* (2011) que mostram que a maioria dos itens de RSC (75,0%) divulgadas pelas empresas belgas é coberta por informações do tipo AG e que as informações do tipo ID estão presentes em apenas 36,1% dos itens divulgados.

Um total de 5.318 itens de informações de RSC foram divulgados nos 265 relatórios das empresas da amostra. Na Tabela 5 são apresentados os tipos de informação com as quais esses itens são cobertos, segregados pelas áreas definidas pela GRI.

Tabela 5 - Tipo de informação por área da GRI

Item coberto por		Somente VO	Somente AG	Somente ID	VO e AG	VO e ID	AG e ID	VO, AG e ID	Total
Econômica	N	47	33	45	43	60	56	159	443
	%	10,6	7,4	10,2	9,7	13,5	12,6	35,9	100,0
Ambiental	N	50	91	337	83	86	330	369	1346
	%	3,7	6,8	25,0	6,2	6,4	24,5	27,4	100,0
Direitos humanos	N	106	88	149	107	82	90	164	786
	%	13,5	11,2	19,0	13,6	10,4	11,5	20,9	100,0
Práticas trabalhistas e trabalho decente	N	40	51	369	50	244	206	419	1379
	%	2,9	3,7	26,8	3,6	17,7	14,9	30,4	100,0
Responsabilidade pelo produto	N	55	73	159	91	68	114	151	711
	%	7,7	10,3	22,4	12,8	9,6	16,0	21,2	100,0
Sociedade	N	69	100	123	116	35	69	141	653
	%	10,6	15,3	18,8	17,8	5,4	10,6	21,6	100,0
Total	N	367	436	1182	490	575	865	1403	5318
	%	6,9	8,2	22,2	9,2	10,8	16,3	26,4	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor

Vê-se que apenas 26,4% dos itens divulgados apresentam os três tipos de informação que definem a informação abrangente (BOUTEN *et al.*, 2011), o que representa pouco mais de um quarto do total de itens divulgados. Os itens cobertos pela combinação de dois tipos de informação correspondem a 36,3%. No tocante às divulgações isoladas (cobertas por apenas um tipo de informação), as informações do tipo ID (22,2%) sobressaem-se em relação as informações dos tipos AG (8,2%) e VO (6,9%).

Esses números indicam que as divulgações isoladas informam as partes interessadas principalmente sobre indicadores de desempenho, contrastando com as impressões de que as empresas relatam muito mais sobre objetivos e intenções do que sobre ações (HOPWOOD, 2009), com os estudos que verificaram que a divulgação corporativa informa mais sobre intenções do que sobre ações concretas (Adams; Hill; Roberts, 1995; (ROBERTSON; NICHOLSON, 1996) e, também, com os achados de Bouten *et al.* (2011), segundo os quais, as empresas informam principalmente sobre ações específicas, sendo os indicadores de

desempenho os tipos de informações menos divulgadas. Considerando-se o número de itens de RSC divulgados para cada uma das áreas da GRI, em particular, percebe-se pela Tabela 5 que a área “econômica” apresenta a maior proporção de itens abrangentes (35,9%), enquanto as áreas “sociedade” (21,6%) e “responsabilidade pelo produto” (21,2%) apresentam os menores níveis. Quanto às informações isoladas, vê-se que as áreas “práticas trabalhistas e trabalho decente” e “ambiental” são as que apresentam maior frequência de itens cobertos apenas por divulgações ID (26,8% e 25,0%, respectivamente), bem como, as que divulgam menos itens cobertos por apenas informações do tipo VO (2,9% e 3,7%, respectivamente).

Analisando-se especificamente as divulgações abrangentes, segundo a definição de Bouten *et al.* (2011), vê-se pela Tabela 5 (coluna VO, AG e ID) que a área “econômica” apresenta o maior número de itens cobertos por informações abrangentes, 159 itens (35,9% dos 443 itens divulgados na área), seguido da área “práticas trabalhistas e trabalho decente” com 419 (30,4%) itens. A área “direitos humanos” conta 164 (20,9%) itens, representando a menor proporção de itens abrangentes divulgados pelas empresas.

Uma análise mais apurada dos tipos de informações divulgadas pela empresas é apresentada na Tabela 6, com o intuito de revelar os tipos de informações que acompanham cada um dos itens de divulgação de RSC considerados na análise de conteúdo.

Tabela 6 - Tipos de informação por item de divulgação

		Somente VO	Somente AG	Somente ID	VO e AG	VO e ID	AG e ID	VO, AG e ID	TOTAL
<b>Econômica</b>									
Impactos econômicos diretos	N	4	10	13	13	3	13	44	100
	%	4,0	10,0	13,0	13,0	3,0	13,0	44,0	100
Presença no mercado	N	36	2	20	11	54	5	46	174
	%	20,7	1,1	11,5	6,3	31,0	2,9	26,4	100
Impactos econômicos indiretos	N	7	21	12	19	3	38	69	169
	%	4,1	12,4	7,1	11,2	1,8	22,5	40,8	100
<b>Ambiental</b>									
Materiais	N	9	5	49	5	17	22	47	154
	%	5,8	3,2	31,8	3,2	11,0	14,3	30,5	100
Energia	N	6	5	69	2	21	63	67	233
	%	2,6	2,1	29,6	0,9	9,0	27,0	28,8	100
Água	N	3	8	74	4	23	60	58	230
	%	1,3	3,5	32,2	1,7	10,0	26,1	25,2	100
Biodiversidade	N	3	18	23	9	5	36	44	138
	%	2,2	13,0	16,7	6,5	3,6	26,1	31,9	100
Emissões, efluentes e resíduos	N	2	9	24	7	11	85	107	245
	%	0,8	3,7	9,8	2,9	4,5	34,7	43,7	100
Produtos e	N	8	46	1	56	4	44	39	198

serviços									
	%	4,0	23,2	0,5	28,3	2,0	22,2	19,7	100
Conformidade	N	19	0,0	97	0,0	5	20	7	148
	%	12,8	0,0	65,5	0,0	3,4	13,5	4,7	100
Direitos humanos									
Práticas de investimento e de processos de compras									
	N	20	21	23	20	25	16	55	180
	%	11,1	11,7	12,8	11,1	13,9	8,9	30,6	100
Não-discriminação									
	N	23	4	65	7	33	18	47	197
	%	11,7	2,0	33,0	3,6	16,8	9,1	23,9	100
Trabalho infantil									
	N	34	33	24	35	11	27	24	188
	%	18,1	17,6	12,8	18,6	5,9	14,4	12,8	100
Trabalho forçado ou análogo ao Escravo									
	N	28	27	26	43	12	27	37	200
	%	14,0	13,5	13,0	21,5	6,0	13,5	18,5	100
Conformidade	N	1	3	11	2	1	2	1	21
	%	4,8	14,3	52,4	9,5	4,8	9,5	4,8	100
Práticas trabalhistas e trabalho decente									
Emprego									
	N	3	2	72	3	92	25	59	256
	%	1,2	0,8	28,1	1,2	35,9	9,8	23,0	100
Relações entre trabalhadores e governança									
	N	3	3	99	2	50	19	37	213
	%	1,4	1,4	46,5	0,9	23,5	8,9	17,4	100
Saúde e segurança no trabalho									
	N	1	15	16	11	12	65	119	239
	%	0,4	6,3	6,7	4,6	5,0	27,2	49,8	100
Treinamento e educação									
	N	3	7	31	10	13	59	109	232
	%	1,3	3,0	13,4	4,3	5,6	25,4	47,0	100
Diversidade e igualdade de oportunidades									
	N	11	0	77	6	58	6	63	221
	%	5,0	0,0	34,8	2,7	26,2	2,7	28,5	100
Satisfação do empregado									
	N	13	20	22	15	19	21	29	139
	%	9,4	14,4	15,8	10,8	13,7	15,1	20,9	100
Conformidade	N	6	4	52	3	0	11	3	79
	%	7,6	5,1	65,8	3,8	0,0-	13,9	3,8	100
Responsabilidade pelo produto									
Saúde e segurança do cliente									
	N	8	21	11	27	4	19	42	132
	%	6,1	15,9	8,3	20,5	3,0	14,4	31,8	100
Rotulagem de serviços e produtos									
	N	5	20	8	15	2	19	22	91
	%	5,5	22,0	8,8	16,5	2,2	20,9	24,2	100
Satisfação do cliente									
	N	35	6	11	18	26	3	14	113
	%	31,0	5,3	9,7	15,9	23,0	2,7	12,4	100
Comunicações de marketing									
	N	7	25	29	30	22	44	49	206
	%	3,4	12,1	14,1	14,6	10,7	21,4	23,8	100

Conformidade	N	0	1	100	1	14	29	24	169
	%	0,0	0,6	59,2	0,6	8,3	17,2	14,2	100
<b>Sociedade</b>									
Comunidade	N	23	47	0	45	4	19	45	183
	%	12,6	25,7	0,0	24,6	2,2	10,4	24,6	100
Corrupção	N	17	5	24	19	26	36	76	203
	%	8,4	2,5	11,8	9,4	12,8	17,7	37,4	100
Políticas públicas	N	29	46	4	50	4	9	10	152
	%	19,1	30,3	2,6	32,9	2,6	5,9	6,6	100
Conformidade	N	0,0	2	95	2	1	5	10	115
	%	0,0	1,7	82,6	1,7	0,9	4,3	8,7	100

Fonte: Elaborada pelo autor

Analisando-se a Tabela 6 percebe-se que, na área econômica, as empresas divulgam mais informações abrangentes (BOUTEN *et al.*, 2011) sobre o item impactos econômicos diretos (44,0% dos relatórios), que avalia divulgações relativas a doações e outros investimentos na comunidade. Na área ambiental, destaca-se o item emissões, efluentes e resíduos (43,7%), seguido dos itens biodiversidade (31,9%) e materiais (30,5%).

Na área de direitos humanos, a maior proporção de divulgação abrangente refere-se ao item práticas de investimento e processos de compra (30,6%), que trata da inclusão de cláusulas relacionadas aos direitos humanos nos contratos de investimentos e com fornecedores e não-discriminação (23,9%). Na área de práticas trabalhistas destacam-se os itens saúde e segurança no trabalho (49,8%) e treinamento e educação (47,0%). Na área de responsabilidade pelo produto sobressai-se o item Saúde e segurança do cliente (31,8%). Por fim, o item corrupção, que avalia procedimentos e medidas adotadas pelas empresas na prevenção e respostas a casos de corrupção, apresentou a maior proporção de informações abrangentes (37,4%) na área relativa à sociedade. Em alguns aspectos, estes resultados assemelham-se aos encontrados por Bouten *et al.* (2011) que mostraram que os itens biodiversidade, saúde e segurança ocupacional e impactos econômicos diretos são os que apresentam maior frequência de informações abrangentes.

A principal contribuição da análise de conteúdo desenvolvida neste estudo é a avaliação do nível de abrangência dos relatórios de RSC, verificando se as empresas divulgam informações do tipo VO, AG e ID para cada item específico de RSC, de modo a comunicar os objetivos, intenções e ações específicas acerca de sua responsabilidade social.

O nível de abrangência dos relatórios revela a medida em que uma empresa divulga os tipos de informação para cada item que relata. Com base na argumentação apresentada na metodologia deste estudo, três diferentes métricas (NAR, NAR<sub>1</sub> e NAR<sub>2</sub>) foram utilizadas para determinar o nível de abrangência dos relatórios de RSC divulgados por empresas brasileiras, conforme apresentado na Tabela 7.

Tabela 7 - Nível de abrangência dos relatórios de RSC medido pelos índices de abrangência NAR, NAR<sub>1</sub> e NAR<sub>2</sub>

Nível de ocorrência das informações (x)	NAR		NAR <sub>1</sub>		NAR <sub>2</sub>	
	N	%	N	%	N	%
x=0	24	9,1	2	0,8	2	0,8
0<x≤0,1	43	16,2	42	15,8	14	5,3
0,1<x≤0,2	64	24,2	81	30,6	19	7,2
0,2<x≤0,3	43	16,2	59	22,3	39	14,7
0,3<x≤0,4	37	14,0	41	15,5	58	21,9
0,4<x≤0,5	22	8,3	22	8,3	53	20,0
x=0,5	6	2,3	0	0,0	0	0,0
0,5<x≤0,6	9	3,4	11	4,2	46	17,4
0,6<x≤0,7	13	4,9	7	2,6	20	7,5
0,7<x≤0,8	4	1,5	0	0,0	11	4,2
0,8<x≤0,9	0	0,0	0	0,0	3	1,1
x=1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	265	100,0	265	100,0	265	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor

A coluna A da Tabela 7 apresenta o nível de abrangência dos relatórios, considerando a medida em que uma empresa divulga simultaneamente os três tipos de informações (VO, AG e ID) para os itens que relata. Se o nível de abrangência do relatório de uma empresa é 0,5, por exemplo, significa que metade dos itens de RSC divulgados pela empresa tiveram os três tipos de informação apresentados. Por esta métrica, 9,1% dos relatórios analisados apresentam nível de abrangência igual a zero, porque não fornecem os três tipos de informação para pelo menos um item relatado. Apenas 6 relatórios (2,3%) apresentam nível de divulgação igual a 0,5, numa escala de 0 a 1. Verifica-se que 209 relatórios (78,9%) apresentam nível de divulgação maior que zero, porém inferior a 0,5, enquanto apenas 26 relatórios (9,8%) apresentam nível de divulgação superior a 0,5. Nenhuma empresa apresenta todos os tipos de informações para todos os itens que divulga, ressaltando-se que apenas 4 relatórios (1,5%) alcançaram o nível máximo de abrangência situado entre 0,7 (exclusive) e 0,8 (inclusive). Em geral, os dados revelam um baixo nível de abrangência dos relatórios, visto que, mais de 80% não apresentam simultaneamente os três tipos de informações requeridas para cada item divulgado.

Nas colunas B e C da Tabela 7 são apresentadas medidas alternativas do nível de abrangência dos relatórios, considerando como informação abrangente àquela que contempla um mínimo de dois dos três tipos de informações (VO, AG e ID) para cada item de RSC divulgado, com os itens divulgados relativizados pelo número total de itens (31) avaliados pelo estudo.

No primeiro caso foram atribuídos coeficientes de ponderação para os itens de divulgação. Os dados apresentados na Coluna B da Tabela 7 informam que 247 (93,2%) relatórios apresentam nível de abrangência inferior a 0,5, numa escala de 0 a 1. Apenas dois relatórios apresentam nível de abrangência igual a zero e nenhuma empresa alcançou o nível máximo de abrangência ( $NAR_1=1$ ), sendo que o maior nível de abrangência alcançado pelas empresas, situado entre 0,6 (exclusive) e 0,7 (inclusive), foi registrado em apenas sete relatórios.

Os dados da Coluna C da Tabela 7 indicam o nível de abrangência dos relatórios considerando um mínimo de dois tipos de informação (VO, AG e ID), sem ponderação. Como no caso anterior, verificou-se que apenas duas empresas apresentaram nível de abrangência igual a zero, significando que a quase totalidade das empresas apresenta pelo menos dois tipos de informação para cada item divulgado. Vê-se também que o nível máximo de abrangência calculado por essa medida, situado entre 0,8 (exclusive) e 0,9 (inclusive), foi alcançado por apenas 3 (1,1%) dos relatórios e ainda, que 185 (69,8%) relatórios apresentam nível de abrangência inferior a 0,5.

Independentemente da métrica utilizada, o nível de abrangência dos relatórios de RSC divulgados pelas empresas brasileiras é inferior a 0,5, significando que menos da metade dos itens divulgados não atendem aos requisitos que caracterizam uma informação abrangente nos termos do presente estudo.

Estes resultados corroboram com as concepções frequentes na literatura de que os relatórios de responsabilidade social não apresentam informações capazes de fornecer aos diversos *stakeholders* uma estimativa confiável do desempenho da organização em termos de sua responsabilidade social (DEEGAN; RANKIN, 1996; ARCHEL; FERNÁNDEZ; LARRINAGA, 2008; HOPWOOD, 2009; BOUTEN *et al.*, 2011).

Para avaliar se o nível de abrangência das informações difere entre as áreas da GRI, foi calculado o nível de abrangência para cada área, utilizando-se medidas análogas às definidas para o cálculo do NAR,  $NAR_1$  e  $NAR_2$ , conforme apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 - Abrangência das informações de RSC por áreas das GRI

Área GRI	N	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Mínimo	Máximo
<b>Painel A: NAR</b>						
Econômica	232	0,3348	0,3760	1,1231	0,0000	1,0000
Práticas trabalhistas e trabalho decente	263	0,3036	0,2651	0,8732	0,0000	1,0000
Ambiental	259	0,2752	0,2787	1,0127	0,0000	1,0000
Responsabilidade pelo produto	246	0,2119	0,2963	1,3983	0,0000	1,0000
Sociedade	249	0,2108	0,3022	1,4336	0,0000	1,0000
Direitos Humanos	246	0,2024	0,3213	1,5875	0,0000	1,0000
Valor-p		0,000				
<b>Painel B: NAR<sub>1</sub></b>						
Econômica	265	0,2600	0,2524	0,9708	0,0000	1,0000
Práticas trabalhistas e trabalho decente	265	0,3067	0,1966	0,6410	0,0000	0,9000
Ambiental	265	0,2796	0,2066	0,7389	0,0000	1,0000
Sociedade	265	0,1953	0,1991	1,0195	0,0000	0,8250
Direitos Humanos	265	0,1869	0,2111	1,1295	0,0000	0,8000
Responsabilidade pelo produto	265	0,1758	0,1683	0,9573	0,0000	0,8000
Valor-p		0,000				
<b>Painel C: NAR<sub>2</sub></b>						
Econômica	265	0,4000	0,3073	0,7683	0,0000	1,0000
Ambiental	265	0,4679	0,2432	0,5198	0,0000	1,0000
Direitos Humanos	265	0,3343	0,2904	0,8687	0,0000	1,0000
Práticas trabalhistas e trabalho decente	265	0,4954	0,2248	0,4538	0,0000	1,0000
Responsabilidade pelo produto	265	0,3200	0,2392	0,7475	0,0000	1,0000
Sociedade	265	0,3406	0,2688	0,7892	0,0000	1,0000
Valor-p		0,000				

**Nota:** Comparação de médias ANOVA

Fonte: Elaborada pelo autor

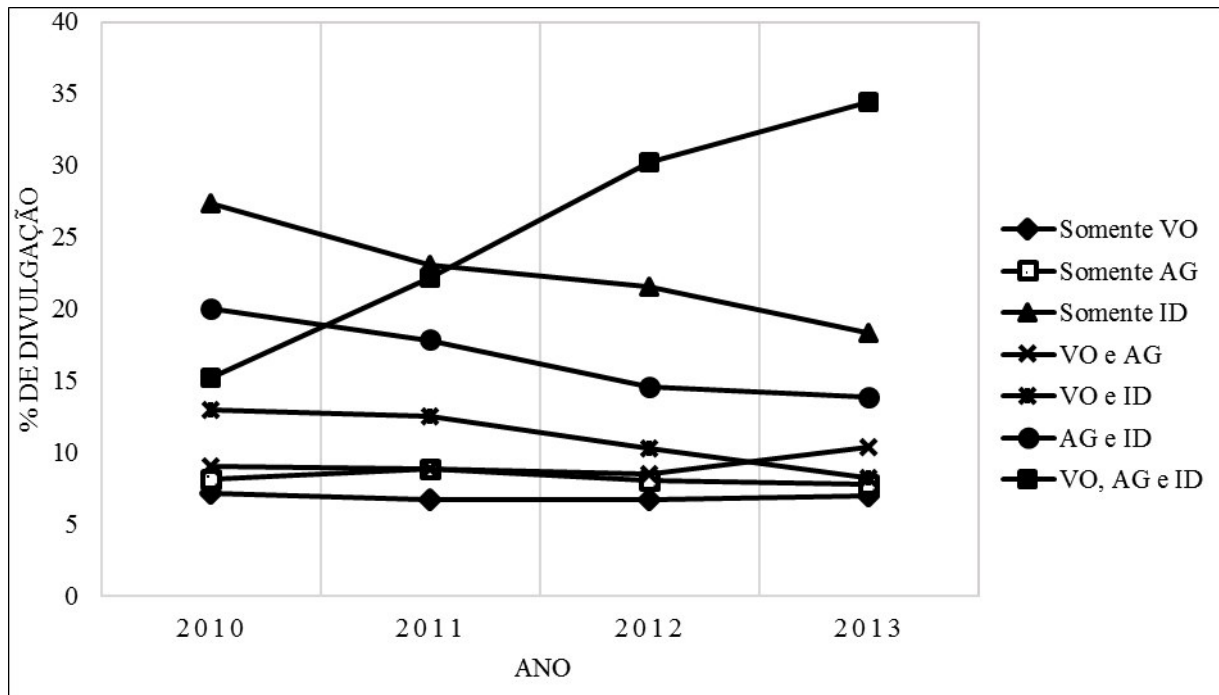
Verifica-se pela Tabela 8 que o nível médio de abrangência das informações divulgadas nos relatórios de RSC das empresas brasileiras apresenta variações entre as áreas de RSC definidas pela GRI, sendo as áreas econômica, práticas trabalhistas e trabalho decente e ambiental as que apresentam maior nível de abrangência de acordo com as três métricas utilizadas.

A análise de variância e demais informações estatísticas apresentadas na Tabela 8 dão suporte para a afirmação de que o nível de abrangência das informações varia significativamente entre as áreas da GRI (Valor-p = 0,000), indicando que há áreas de RSC mais propensas a uma maior abrangência de divulgação pelas empresas brasileiras, corroborando com os resultados encontrados por Bouten *et al.* (2011).

## 4.2 Evolução do nível de abrangência dos relatórios de RSC

O Gráfico 1 exhibe a evolução dos tipos de informação divulgados nos relatórios de RSC e suas combinações ao longo do período 2010-2013.

Gráfico 1 - Evolução dos tipos de informação no período 2010-2013



Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se pelo Gráfico 1 que a proporção de itens de RSC cobertos por informações do tipo VO, AG e ID cresceu progressivamente ao longo do período analisado. No ano de 2010, itens desta natureza representavam 15,2% do total dos itens divulgados, passando para 22,2% em 2011, 30,2% em 2012 e alcançando 34,4% em 2013. Em contrapartida, verifica-se uma redução na proporção de itens cobertos por informações isoladas ou cobertos pela combinação de dois tipos de informação. Esses dados mostram que a proporção de itens cobertos pelos três tipos de informação mais que duplicou durante o período.

Valores descritivos do nível de abrangência das informações de RSC, considerando as três diferentes métricas propostas neste estudo, são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 - Nível de abrangência dos relatórios de RSC por ano

Ano	N	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Mínimo	Máximo
<b>Painel A: NAR</b>						
2010	55	0,1480	0,1174	0,7932	0,0000	0,4500
2011	61	0,2147	0,1402	0,6530	0,0000	0,5769
2012	73	0,2758	0,1957	0,7096	0,0000	0,7407
2013	76	0,3220	0,2128	0,6609	0,0000	0,7619
Valor-p		0,000				
<b>Painel B: NAR<sub>1</sub></b>						
2010	55	0,1757	0,0920	0,5236	0,0161	0,4548
2011	61	0,2176	0,1193	0,5483	0,0290	0,5613
2012	73	0,2653	0,1656	0,6242	0,0000	0,6935
2013	76	0,2784	0,1634	0,5869	0,0000	0,6710
Valor-p		0,000				
<b>Painel C: NAR<sub>2</sub></b>						
2010	55	0,3789	0,1438	0,3795	0,0645	0,7419
2011	61	0,3934	0,1677	0,4263	0,0645	0,7742



2012	73	0,4194	0,1917	0,4571	0,0000	0,8065
2013	76	0,4219	0,1808	0,4285	0,0000	0,8065
Valor-p		0,439				

**Nota:** Comparação de médias ANOVA

Fonte: Elaborada pelo autor

Os dados estatísticos dispostos na Tabela 9 indicam que o nível de abrangência das informações de RSC divulgadas pelas empresas brasileiras aumentou ao longo do período 2010-2013. O teste ANOVA para comparação de médias mostrou um crescimento significativo, ao nível de um por cento, no nível de abrangência das informações divulgadas, quando avaliadas pelo NAR e NAR<sub>1</sub>.

De outro modo, vê-se que o avanço no nível de abrangência das informações divulgadas não se mostrou significativo quando analisado pelo NAR<sub>2</sub>. Isso possivelmente decorre da particularidade de que, por essa métrica, não há diferenciação entre os itens que combinam dois tipos de informação e os itens que apresentam os três tipos, de modo que reflete somente as variações decorrentes da divulgação de informações isoladas. O Teste *Tukey* para comparações múltiplas mostrou existir diferenças significativas entre as médias dos anos 2010-2012 e 2010-2013 para o NAR e NAR<sub>1</sub> e dos anos 2011-2013 para o NAR.

Além da comparação anual, o estudo comparou o nível de abrangência dos relatórios por biênio. Os dados estatísticos, relativos a esta comparação, estão dispostos na Tabela 10.

Tabela 10 - Nível de abrangência dos relatórios de RSC por biênio

Biênio	N	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Mínimo	Máximo
<b>Painel A: NAR</b>						
2010-2011	116	0,1831	0,1336	0,7297	0,0000	0,5769
2012-2013	149	0,2993	0,2052	0,6856	0,0000	0,7619
Valor-p		0,000				
<b>Painel B: NAR<sub>1</sub></b>						
2010-2011	116	0,1977	0,1088	0,5503	0,0161	0,5613
2012-2013	149	0,2720	0,1641	0,6033	0,0000	0,6935
Valor-p		0,000				
<b>Painel C: NAR<sub>2</sub></b>						
2010-2011	116	0,3865	0,1563	0,4044	0,0645	0,7742
2012-2013	149	0,4207	0,1856	0,4412	0,0000	0,8065
Valor-p		0,113				

**Nota:** Comparação de médias ANOVA

Fonte: Elaborada pelo autor

Os dados apresentados nos painéis A e B da Tabela 10 mostram que o nível de abrangência dos relatórios de RSC cresceu significativamente no biênio 2012-2013, conforme demonstrado pela ANOVA. É possível que este aumento tenha ocorrido em função do comunicado “Relate ou “Explique” emitido em 2011 pela BM&FBovespa. Embora não trate do conteúdo das informações a serem divulgadas, esta medida potencializa o papel dos relatórios de sustentabilidade como instrumento de divulgação, servindo como estímulo não

somente para a adesão de novas empresas à iniciativa de divulgação de relatórios de RSC, mas também para a melhoria da qualidade das informações divulgadas.

Os resultados apresentados dão suporte à confirmação da hipótese H1 de que o nível de abrangência das informações de RSC divulgadas pelas empresas brasileiras tem avançado ao longo dos anos. Não obstante, considera-se que os relatórios de RSC divulgados pelas empresas brasileiras ainda não podem ser considerados instrumentos eficientes de prestação de contas aos *stakeholders*, visto que o grau de abrangência dos relatórios ainda é inferior a 50%.

### 4.3 Análise dos fatores que afetam o nível de abrangência dos relatórios de RSC

Este estudo analisou um conjunto de fatores do ambiente das empresas que tem sido elencado como capazes de influenciar o *disclosure* de RSC. Para avaliar o efeito positivo desse fatores sobre o nível de abrangência dos relatórios de RSC divulgados por empresas brasileiras e contrastar as hipóteses levantadas pela pesquisa foram utilizados testes de comparação de média e modelos econométricos de regressão linear, tendo como variável independente o nível de abrangência dos relatórios (NAR), avaliado por três diferentes métricas (NAR, NAR<sub>1</sub> e NAR<sub>2</sub>), e o conjunto de variáveis independentes apresentadas no Quadro 3, na metodologia deste trabalho.

#### 4.3.1 Setor de atividade da empresa

Com relação ao setor de atuação a amostra é bastante heterogênea contemplando empresas de diversos setores, de modo que, para avaliar a potencial influência do setor de atividade da empresa sobre a abrangência da divulgação de RSC a amostra foi agrupada em 10 categorias, de acordo com a classificação da base de dados Económica, conforme apresentado na Tabela 1.

O setor de energia elétrica concentra o maior percentual de relatórios da amostra (27,9%), seguido do setor de finanças e seguros (12,5%). A Tabela 11 a seguir mostra as diferenças de médias do nível de abrangência dos relatórios de RSC para cada um dos setores.

Tabela 11 - Nível de abrangência dos relatórios por setor de atividade

Setor	N	Média	Desvio padrão	Coefficiente de Variação	Mínimo	Máximo
Painel A: NAR (N=265)						
Papel e Celulose	10	0,3171	0,2058	0,6488	0,0000	0,6818
Finanças e Seguros	33	0,3091	0,2040	0,6598	0,0000	0,7407
Energia Elétrica	74	0,2612	0,1668	0,6387	0,0000	0,6923
Construção	13	0,2608	0,1839	0,7051	0,0588	0,6786
Alimentos e bebidas	11	0,2598	0,1989	0,7657	0,0000	0,6087
Comércio	13	0,2515	0,1968	0,7823	0,0000	0,7200

Telecomunicações	11	0,2438	0,1716	0,7037	0,0000	0,5833
Outros	75	0,2163	0,2020	0,9337	0,0000	0,7619
Transporte Serviços	15	0,1899	0,1516	0,7982	0,0500	0,5000
Química	10	0,1862	0,1373	0,7376	0,0000	0,4286
Valor-p		0,340				
<b>Painel B: NAR<sub>1</sub> (N=265)</b>						
Papel e Celulose	10	0,3052	0,1303	0,0170	0,0903	0,5419
Finanças e Seguros	33	0,2815	0,1512	0,0229	0,0387	0,6935
Comércio	13	0,2774	0,1603	0,0257	0,0710	0,6290
Telecomunicações	11	0,2666	0,1160	0,0134	0,1194	0,5194
Energia Elétrica	74	0,2548	0,1265	0,0160	0,0161	0,6387
Construção	13	0,2278	0,1657	0,0275	0,0645	0,6710
Alimentos e bebidas	11	0,2135	0,1385	0,6488	0,0581	0,4806
Outros	75	0,2129	0,1663	0,0277	0,0000	0,6290
Transporte Serviços	15	0,1944	0,1309	0,0171	0,0710	0,5032
Química	10	0,1539	0,0997	0,0099	0,0290	0,3581
Valor-p		0,105				
<b>Painel C: NAR<sub>2</sub> (N=265)</b>						
Papel e Celulose	10	0,5000	0,1284	0,0165	0,3226	0,6774
Comércio	13	0,4913	0,1608	0,0259	0,1613	0,7419
Telecomunicações	11	0,4868	0,0929	0,0086	0,3226	0,6774
Finanças e Seguros	33	0,4428	0,1613	0,0260	0,1290	0,8065
Energia Elétrica	74	0,4324	0,1484	0,0220	0,0645	0,8065
Construção	13	0,3697	0,1705	0,0291	0,1613	0,8065
Outros	75	0,3656	0,2077	0,0431	0,0000	0,7742
Transporte Serviços	15	0,3527	0,1633	0,0267	0,1613	0,7742
Alimentos e bebidas	11	0,3460	0,1339	0,0179	0,1935	0,5484
Química	10	0,2839	0,1417	0,0201	0,0968	0,5161
Valor-p		0,004				

**Nota:** Comparação de médias ANOVA

Fonte: Elaborada pelo autor

Considerando-se as três medidas apresentadas na Tabela 11, vê-se que o setor “papel e celulose” é o que apresenta a maior média de relatórios abrangentes, enquanto o setor “químico” apresenta a menor média. A comparação de médias (ANOVA) pelo NAR e NAR<sub>1</sub> (Painéis A e B) não indicou diferença significativa no nível de abrangência dos relatórios entre os setores. Já a comparação pelo NAR<sub>2</sub>, (Painel C) indica haver diferenças significativas no nível de abrangência das informações entre os setores ao nível de um por cento. Entretanto o Teste *Tukey* para comparações múltiplas mostrou não haver diferenças significativas entre nenhum dos setores.

Os resultados apresentados, não fornecem suporte à aceitação da hipótese H2 de que o setor de atuação da empresa influencia o nível de abrangência das informações de RSC divulgadas, contrariando diversos estudos anteriores que identificaram que o setor de atuação exerce influência sobre o *disclosure* voluntário das empresas (PATTEN, 1991; GRAY *et al.*, 2001; HANIFA; COOKE, 2005; MURCIA, 2009) e mais especificamente que o setor de atuação tem impacto sobre a quantidade e o conteúdo da informação divulgada (GAO; HERAVI; XIÃO, 2005; HOLDER-WEBB *et al.*, 2009; GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011; ROVER; SANTOS, 2014).

### 4.3.2 Influência da Lei 10.165/2000 sobre a abrangência das informações de RSC

Este estudo considerou a hipótese de que os relatórios de RSC divulgados por empresas de setores de atividade econômica considerados com potencial de impacto ambiental segundo a Lei nº 10.165/2000 apresentam nível de abrangência superior ao das empresas dos setores não considerados pela lei. A Tabela 12 exibe o número observações (relatórios) e de empresas da amostra de acordo com a classificação definida pela referida Lei.

Tabela 12 - Descrição da amostra de acordo com o potencial de impacto ambiental segundo a Lei nº 10.165/2000

Potencial de impacto ambiental	Número de observações		Número de empresas	
	N	%	N	%
Pequeno impacto	0	0,0	0	0,0
Médio impacto	54	20,4	21	21,4
Alto impacto	35	13,2	12	12,2
Não identificado pela Lei	176	66,4	65	66,3
Total	265	100	98	100

Fonte: Elaborada pelo autor

Empresas de setores não considerados pela Lei nº 10.165/2000 representam 66,3% das empresas da amostra (66,4% das observações anuais), enquanto 33,6% são empresas de setores classificados pela Lei. Destas, 21,4% correspondem a empresas de médio potencial de impacto ambiental e 12,2% são de empresas consideradas de alto potencial de impacto ambiental, não tendo sido identificadas empresas pertencentes a setores considerados de pequeno potencial de impacto ambiental.

Com o intuito de verificar se a Lei 10.165/2000 exerce impacto positivo sobre a qualidade das informações de RSC divulgadas pelas empresas, foram realizadas comparações estatísticas entre os níveis de abrangência das informações divulgadas pelas empresas identificadas e não identificadas pela Lei. Os dados que suportam esta análise são apresentados na Tabela 13.

Tabela 13 - Comparação do nível de abrangência das informações de RSC entre empresas identificadas e não identificadas pela Lei nº 10.165/2000

Influência da Lei 10.165/2000	N	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Mínimo	Máximo
Painel A: NAR (N = 265)						
Identificada pela Lei	89	0,2532	0,1983	0,7829	0,0000	0,7619
Não identificada pela Lei	176	0,2460	0,1806	0,7339	0,0000	0,7407
Valor-p		0,767				
Painel B: NAR <sub>1</sub> (N = 265)						
Identificada pela Lei	89	0,2347	0,1582	0,6743	0,0000	0,6290
Não identificada pela Lei	176	0,2419	0,1414	0,5844	0,0000	0,6935
Valor-p		0,704				
Painel C: NAR <sub>2</sub> (N = 265)						
Identificada pela Lei	89	0,3914	0,1903	0,4861	0,0000	0,7742
Não identificada pela Lei	176	0,4129	0,1651	0,3997	0,0000	0,8065
Valor-p		0,343				

**Nota:** Comparação de médias ANOVA

Fonte: Elaborada pelo autor

Os dados comparativos apresentados na Tabela 13 indicam não haver diferenças significativas entre o nível de abrangência das informações de RSC divulgadas pelas empresas identificadas pela Lei 10.165/2000 e as demais empresas.

Uma análise mais apurada comparou o nível de abrangência das informações divulgadas pelas empresas pertencentes aos setores de baixo, médio e alto impacto ambiental, segundo a Lei 10.165/2000 e as empresas não identificadas pela lei, conforme Tabela 14.

Tabela 14 - Nível de abrangência dos relatórios de acordo com o potencial de impacto ambiental segundo a Lei nº 10.165/2000

Potencial de impacto ambiental	N	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Mínimo	Máximo
<b>Painel A: NAR (N = 265)</b>						
Não identificada pela Lei	176	0,2460	0,1806	0,7339	0,0000	0,7407
Médio impacto	54	0,2250	0,1851	0,8226	0,0000	0,7619
Alto impacto	35	0,2968	0,2124	0,7156	0,0000	0,7391
Valor-p		0,198				
<b>Painel B: NAR<sub>1</sub> (N = 265)</b>						
Não identificada pela Lei	176	0,2419	0,1414	0,5844	0,0000	0,6935
Médio impacto	54	0,2081	0,1354	0,6504	0,0000	0,5452
Alto impacto	35	0,2756	0,1827	0,6631	0,0290	0,6290
Valor-p		0,099				
<b>Painel C: NAR<sub>2</sub> (N = 265)</b>						
Não identificada pela Lei	176	0,4129	0,1651	0,3997	0,0000	0,8065
Médio impacto	54	0,3614	0,1668	0,4615	0,0000	0,7097
Alto impacto	35	0,4378	0,2162	0,4937	0,0968	0,7742
Valor-p		0,082				

**Nota:** Comparação de médias ANOVA

Fonte: Elaborada pelo autor

De acordo com as três métricas adotadas pelo estudo as empresas classificadas como de alto potencial de impacto ambiental são as que apresentam maior nível de abrangência em suas divulgações. No entanto, ao contrário do esperado, empresas não identificadas pela Lei 10.165/2000 apresentam nível de abrangência dos relatórios superior ao das empresas de médio potencial de impacto ambiental.

O resultado da comparação de médias apresentado no Painel A da Tabela 14 mostra não haver diferenças significativas no nível de abrangência das informações, enquanto as diferenças de médias obtidas pelo NAR<sub>1</sub> e NAR<sub>2</sub> (painéis B e C) mostram um nível de significância de dez por cento. Assim, ao nível de significância de cinco por cento, rejeita-se a hipótese H3 de que os relatórios de RSC divulgados por empresas de setores de atividade econômica considerados com potencial de impacto ambiental segundo a Lei nº 10.165/2000 apresentam nível de abrangência superior ao das empresas dos setores não considerados pela lei.

Cogitou-se que este resultado poderia ser decorrente do fato de que a Lei 10.165/2000 refere-se especificamente a área ambiental, podendo não exercer influência significativa sobre

as demais áreas de RSC definidas pelas diretrizes GRI. Uma análise comparativa entre o nível de abrangência das informações ambientais divulgadas pelas empresas dos setores impactados pela Lei e empresas dos demais setores é apresentada na Tabela 15.

Tabela 15 - Comparação do nível de abrangência das informações ambientais entre empresas identificadas e não identificadas pela Lei nº 10.165/2000

Influência da Lei 10165/2000	N	Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação	Mínimo	Máximo
<b>Painel A: NAR ambiental</b>						
Identificada pela Lei	88	0,3059	0,3015	0,9854	0,0000	1,0000
Não identificada pela Lei	171	0,2367	0,2444	1,0323	0,0000	1,0000
Valor-p		0,048				
<b>Painel B: NAR<sub>1</sub> ambiental</b>						
Identificada pela Lei	89	0,3161	0,2356	0,7455	0,0000	0,8571
Não identificada pela Lei	176	0,2612	0,1883	0,7209	0,0000	1,0000
Valor-p		0,041				
<b>Painel C: NAR<sub>2</sub> ambiental</b>						
Identificada pela Lei	89	0,4992	0,2531	0,5070	0,0000	1,0000
Não identificada pela Lei	176	0,4521	0,2371	0,5245	0,0000	1,0000
Valor-p		0,137				

**Nota:** Comparação de médias ANOVA

Fonte: Elaborada pelo autor

A comparação de médias apresentada na Tabela 15 mostra que, de fato os relatórios das empresas pertencentes a setores impactados pela Lei 10.165/2000 apresentam nível de abrangência mais elevado, denotando uma possível contribuição da Lei para a melhoria da abrangência das informações de natureza ambiental, embora tal efeito não se verifique em relação ao conjunto das áreas da RSC avaliadas neste trabalho. Este achado pode ser associado ao mecanismo isomórfico coercitivo da Teoria Institucional pelo qual as organizações se conformam às regulamentações governamentais e corroboram estudos anteriores que indicam que empresas pertencentes a setores de atividades ambientalmente sensíveis divulgam mais informações de RSC de natureza ambiental do que as empresas dos demais setores (GRAY *et al.*, 2001; BRAMMER; PAVELIN, 2008; REVERTE, 2009; PEREIRA;BRUNI; DIAS FILHO, 2010; CRISÓSTOMO; SOUZA; PARENTE, 2012; SILVA, 2014).

#### 4.3.3 Nível de governança

Entre os 265 relatórios que compõem a amostra analisada neste trabalho, 167 (64,3%) pertencem a empresas listadas em um dos níveis especiais de listagem da BM&FBovespa (Nível 1, Nível 2, Novo Mercado) e as 68 restantes (25,7%) pertencem ao segmento tradicional. A Tabela 16 apresenta um comparativo do nível de abrangência das informações de RSC divulgadas pelas empresas listadas em um dos segmentos diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa e as empresa listadas no segmento tradicional.

Tabela 16 - Comparativo entre o nível de abrangência dos relatórios das empresas listadas nos segmentos diferenciados e no segmento tradicional da BM&amp;FBovespa

Segmento de listagem	N	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Mínimo	Máximo
<b>Painel A: NAR (N = 265)</b>						
Tradicional	68	0,2418	0,1854	0,7668	0,0000	0,7391
Diferenciado	197	0,2507	0,1871	0,7461	0,0000	0,7619
Valor-p		0,734				
<b>Painel B: NAR<sub>1</sub> (N = 265)</b>						
Tradicional	68	0,2400	0,1445	0,6019	0,0161	0,6387
Diferenciado	197	0,2393	0,1482	0,6194	0,0000	0,6935
Valor-p		0,974				
<b>Painel C: NAR<sub>2</sub> (N = 265)</b>						
Tradicional	68	0,4213	0,1656	0,3931	0,0645	0,7742
Diferenciado	197	0,4004	0,1767	0,4415	0,0000	0,8065
Valor-p		0,394				

**Nota:** Comparação de médias ANOVA

Fonte: Elaborada pelo autor

A análise comparativa apresentada na Tabela 16 mostra não haver diferenças significativas entre o nível de abrangência das informações de RSC divulgadas pelas empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa e as empresas do segmento tradicional. Ao contrário do esperado, os dados dos painéis B e C mostram que a média de abrangência das informações divulgadas pelas empresas do nível tradicional é superior à das empresas listadas em um dos níveis diferenciados da BM&FBovespa.

A Tabela 17 apresenta uma comparação do nível de abrangência das informações divulgadas, incorporando cada um dos três níveis especiais de listagem e o nível tradicional. Como pode-se observar pelo Valor-p, não há diferenças significativas no nível de abrangência das informações entre os segmentos de listagem.

Tabela 17 - Nível de abrangência dos relatórios por segmento de listagem na BM&amp;FBovespa

Segmento de listagem	N	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Mínimo	Máximo
<b>Painel A: NAR (N=265)</b>						
Nível 1	60	0,2832	0,1938	0,6843	0,00000	0,7407
Nível 2	22	0,1936	0,1877	0,9697	0,00000	0,6500
Novo Mercado	115	0,2447	0,1817	0,7425	0,00000	0,7619
Tradicional	68	0,2418	0,1854	0,7668	0,00000	0,7391
Valor-p		0,249				
<b>Painel B: NAR<sub>1</sub> (N=265)</b>						
Nível 1	60	0,2711	0,1597	0,5891	0,00000	0,6935
Nível 2	22	0,1899	0,1259	0,6631	0,0290	0,5323
Novo Mercado	115	0,2322	0,1435	0,6181	0,00000	0,6710
Tradicional	68	0,2400	0,1445	0,6019	0,0161	0,6387
Valor-p		0,134				
<b>Painel C: NAR<sub>2</sub> (N=265)</b>						
Nível 1	60	0,4446	0,1902	0,4277	0,00000	0,8065
Nível 2	22	0,3402	0,1532	0,4503	0,0968	0,6452
Novo Mercado	115	0,3888	0,1697	0,4365	0,00000	0,8065
Tradicional	68	0,4213	0,1656	0,3931	0,0645	0,7742
Valor-p		0,050				

**Nota:** Comparação de médias ANOVA

Fonte: Elaborada pelo autor

A partir dos dados apresentados na Tabela 17 é possível perceber-se que a participação da empresa em um dos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa não influencia positivamente o nível de abrangência das informações sobre RSC, quando avaliado pelo NAR e pelo NAR<sub>1</sub>, conforme demonstrado pela ANOVA. A avaliação pelo NAR<sub>2</sub> mostra que o nível de abrangência dos relatórios varia significativamente entre os segmentos de listagem da BM&FBovespa. No entanto, vê-se que a média de abrangência das informações divulgadas pelas empresas do segmento tradicional é superior à das empresas do Nível 2 e do Novo Mercado.

Desse modo, os dados apresentados não suportam a aceitação da hipótese H4 de que as empresas listadas nos níveis de diferenciados de governança corporativa divulgam informações mais abrangentes que as empresas listadas no nível tradicional, indo de encontro a alguns estudos anteriores (CUNHA; RIBEIRO, 2006; MURCIA; SANTOS, 2009), que encontraram associação positiva entre os níveis de governança corporativa e o *disclosure* de RSC no Brasil.

Este resultado pode ser explicado à luz da *Teoria dos Stakeholders*, segundo a qual os administradores concentram-se na formulação e implementação de estratégias para gerenciar relações com *stakeholders* que podem afetar os propósitos da organização (FREEMAN; PHILLIPS, 2002). As regras de governança corporativa visam assegurar direitos e garantias específicas aos acionistas, bem como a divulgação de informações mais completas para controladores, gestores e participantes do mercado, com foco na avaliação e redução de riscos, de modo que, as empresas participantes dos níveis diferenciados esforçam-se para a melhoria da relação com os investidores, elevando o potencial de valorização dos seus ativos. É possível que as organizações considerem que as ações relativas à responsabilidade social não sejam suficientemente relevantes para afetar ou orientar as decisões dos investidores, fazendo com que empresas de diferentes segmentos de listagem não apresentem diferenças significativas no nível de abrangência das informações de RSC que divulgam.

#### **4.3.4 Concentração de propriedade**

Para avaliar a influência da distribuição da propriedade sobre o nível de abrangência das informações de RSC das empresas foi utilizada uma variável *dummy*, considerando-se como propriedade concentrada aquela cujo acionista majoritário detém 50% ou mais das ações ordinárias e como propriedade dispersa aquela que não tem acionista majoritário. Na amostra analisada, um total de 144 relatórios (54,3%) pertencem a empresas com propriedade



concentrada e 121 (45,7%) a empresas de propriedade dispersa. Os valores descritivos apresentados na Tabela 18 trazem uma comparação entre o nível de abrangência das informações divulgadas por empresas com propriedade dispersa e com propriedade concentrada.

Tabela 18 - Nível de abrangência dos relatórios por tipo de propriedade

Tipo de propriedade	N	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Mínimo	Máximo
<b>Painel A: NAR (N=265)</b>						
Dispersa	121	0,2149	0,1842	0,8569	0,0000	0,7619
Com acionista majoritário	144	0,2766	0,1841	0,6656	0,0000	0,7391
Valor-p	265	0,007				
<b>Painel B: NAR<sub>1</sub> (N=265)</b>						
Dispersa	121	0,2174	0,1500	0,6900	0,0000	0,6935
Com acionista majoritário	144	0,2581	0,1423	0,5514	0,0097	0,6387
Valor-p	265	0,024				
<b>Painel C: NAR<sub>2</sub> (N=265)</b>						
Dispersa	121	0,3780	0,1824	0,4826	0,0000	0,8065
Com acionista majoritário	144	0,4290	0,1634	0,3808	0,0323	0,8065
Valor-p	265	0,017				

**Nota:** Comparação de médias ANOVA

Fonte: Elaborada pelo autor

Os dados listados na Tabela 18 mostram que o nível de abrangência das informações de RSC divulgadas pelas empresas é significativamente maior entre as empresas cuja propriedade é constituída por acionista majoritário, com base nas três métricas (NAR, NAR<sub>1</sub>e NAR<sub>2</sub>) adotadas no estudo.

Apurou-se que 87,5% dos relatórios componentes da amostra pertencem a empresa cujo controle acionário pertence a até cinco controladores, sendo que, deste percentual, 54,3% concentra-se no primeiro controlador. Visando ampliar a compreensão acerca da potencial influência do controle da propriedade sobre o nível de abrangência da divulgação de RSC, foi realizada uma comparação do nível de abrangência dos relatórios considerando a concentração do controle acionário até o nível de cinco controladores, conforme mostra a Tabela 19.

Tabela 19 - Nível de abrangências dos relatórios por tipo de controle acionário

Controle acionário	N	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Mínimo	Máximo
<b>Painel A: NAR (N=265)</b>						
Um controlador	144	0,2766	0,1841	0,6656	0,0000	0,7391
Dois controladores	56	0,2386	0,1784	0,7480	0,0000	0,7619
Três controladores	13	0,1725	0,1998	1,1583	0,0000	0,6087
Quatro controladores	11	0,1880	0,1052	0,5593	0,0000	0,3929
Cinco Controladores	8	0,0539	0,0788	1,4631	0,0000	0,2000
Propriedade dispersa	33	0,2396	0,2089	0,8718	0,0000	0,6786
Valor-p		0,007				
<b>Painel B: NAR<sub>1</sub> (N=265)</b>						
Um controlador	144	0,2581	0,1423	0,5514	0,0097	0,6387
Dois controladores	56	0,2361	0,1456	0,6165	0,0161	0,6935
Três controladores	13	0,1685	0,1529	0,9076	0,0000	0,5194
Quatro controladores	11	0,2023	0,1161	0,5737	0,0484	0,4516
Cinco Controladores	8	0,0835	0,0599	0,7181	0,0000	0,1742
Propriedade dispersa	33	0,2422	0,1655	0,6832	0,0194	0,6710
Valor-p		0,009				
<b>Painel C: NAR<sub>2</sub> (N=265)</b>						
Um controlador	144	0,4290	0,1634	0,3808	0,0323	0,8065
Dois controladores	56	0,3986	0,1796	0,4506	0,0645	0,8065
Três controladores	13	0,3176	0,2065	0,6501	0,0000	0,6774
Quatro controladores	11	0,3548	0,1676	0,4724	0,0968	0,6774
Cinco Controladores	8	0,2137	0,1231	0,5758	0,0000	0,3548
Propriedade dispersa	33	0,4145	0,1754	0,4232	0,0645	0,8065
Valor-p		0,004				

**Nota:** Comparação de médias ANOVA

Fonte: Elaborada pelo autor

A análise de variância e demais dados constantes da Tabela 19 permitem avaliar que realmente a distribuição do controle acionário influencia significativamente o nível de abrangência dos relatórios, sendo que, de modo geral, quanto mais concentrada é a propriedade mais abrangente é a divulgação. Não obstante, percebe-se que a média do nível de abrangência dos relatórios das empresas que têm cinco controladores é menor do que o das empresas com propriedade dispersa. É possível que o baixo número de observações para a variável interfira no teste provocando esta aparente discrepância.

Os resultados apresentados contrariam a hipótese H5 segundo a qual existiria uma relação inversa entre a concentração de propriedade e o nível de abrangência da divulgação de RSC, bem como, diversos estudos empíricos anteriores que mostraram que empresas com menor concentração de propriedade apresentam índices mais elevados de divulgação de RSC (CHAU; GRAY, 2002; BRAMMER; PAVELIN, 2008; REVERTE, 2009; SUFIAN; ZAHAN, 2013; ROVER; SANTOS, 2014).

Este confronto sugere que a dispersão da propriedade pode promover uma maior divulgação de RSC, em termos quantitativos, que, no entanto, não se reflete no aumento da qualidade da informação divulgada. Pode ocorrer que as organizações não identifiquem nas reações dos investidores qualquer propensão ou pressão que justifique o fornecimento de

informações detalhadas acerca de suas ações de RSC, como preceitua a Teoria dos *Stakeholders*.

Por outro lado, quando a propriedade é relativamente concentrada, os seus detentores podem acreditar que as ações de RSC geram um efeito positivo sobre determinados grupos de interesse, como clientes, funcionários e mídia, por exemplo, contribuindo para a melhoria da imagem da organização. De acordo com a Teoria da Legitimidade, tal circunstância poderia acarretar uma maior preocupação no sentido de fornecer informações mais detalhadas e confiáveis.

#### 4.3.5 Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Neste trabalho foi considerada a hipótese de que os relatórios de RSC divulgados pelas empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa apresentam informações mais abrangentes do que os relatórios das empresas que não integram a carteira deste índice. A Tabela 20 traz um comparativo entre os tipos de informação presentes nos relatórios das empresas integrantes da carteira do ISE e das empresas não integrantes deste índice.

Tabela 20 - Nível de abrangência dos relatórios considerando a participação ou não no ISE

Participação no ISE	N	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação	Mínimo	Máximo
<b>Painel A: NAR (N=265)</b>						
Não-integrante do ISE	156	0,2093	0,1739	0,0139	0,0000	0,7391
Integrante do ISE	109	0,3045	0,1900	0,0182	0,0000	0,7619
Valor-p		0,000				
<b>Painel B: NAR<sub>1</sub> (N=265)</b>						
Não-integrante do ISE	156	0,2037	0,1394	0,0112	0,0000	0,6387
Integrante do ISE	109	0,2907	0,1430	0,0137	0,0000	0,6935
Valor-p		0,000				
<b>Painel C: NAR<sub>2</sub> (N=265)</b>						
Não-integrante do ISE	156	0,3648	0,1727	0,0138	0,0000	0,8065
Integrante do ISE	109	0,4643	0,1588	0,0152	0,0000	0,8065
Valor-p		0,000				

Fonte: Elaborada pelo autor

A análise comparativa do nível de abrangência das informações de RSC entre empresas integrantes da carteira do ISE e demais empresas, apresentada na Tabela 20, mostra que, de fato, as empresas integrantes desta carteira divulgam informações mais abrangentes que as demais empresas, conforme proposto na hipótese H6 desta pesquisa.

Este resultado era esperado pois o ISE representa uma carteira de empresas comprometidas com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial e como tal, é possível que utilizem a divulgação como um instrumento para gerenciar e manter sua legitimidade, mostrando que realmente produzem resultados socialmente adequados. Os

achados reforçam estudos anteriores que mostraram que as empresas listadas em um índice de sustentabilidade apresentam um maior nível de *disclosure* de informações sociais (MURCIA *et al.*, 2008; NASCIMENTO; KROENKE; BEZERRA, 2009; MURCIA; SOUZA; SANTOS, 2010; MICHELON, 2011; MACHADO *et al.*, 2012).

#### 4.3.6 Análise multivariada

Além da comparação de médias do nível de abrangência dos relatórios de RSC entre grupos de empresas, o trabalho faz uso de modelo econométrico de regressão linear múltipla para verificação do efeito conjunto do elenco de variáveis apontadas pela literatura e consideradas como capazes de influenciar o nível de abrangência das informações de RSC divulgadas pelas empresas.

O modelo tem como variável dependente o nível de abrangência dos relatórios avaliado por três diferentes métricas: NAR, NAR<sub>1</sub> e NAR<sub>2</sub>. Constituem variáveis independentes no modelo geral, setor de atividades da empresa, sensibilidade ambiental, nível de governança corporativa, concentração de propriedade, participação no ISE, tamanho da empresa e rentabilidade e ano de referência do relatório. A tabela 21 apresenta as estimações do modelo da equação (1).

Tabela 21 - Regressão múltipla sem a variável nível de governança corporativa

Variáveis	(i) Variável dependente: NAR		(ii) Variável dependente: NAR <sub>1</sub>		(iii) Variável dependente: NAR <sub>2</sub>	
	Coef.	Valor-p	Coef.	Valor-p	Coef.	Valor-p
D_ISE	0,0686	0,0070***	0,0702	0,0010***	0,0835	0,0010***
D_MAJOR	0,0795	0,0010***	0,0488	0,0060***	0,0503	0,0290**
D_10165	0,0610	0,1740	0,0273	0,4830	0,0380	0,4610
TAM	0,0215	0,0200**	0,0135	0,0980*	0,0095	0,3570
ROA	0,2014	0,0210**	0,1340	0,0840*	0,0905	0,3560
Constante	0,3560	0,0360**	0,1739	0,2130	0,0543	0,7550
N. Observ.	264		264		264	
F	7,54		6,13		5,32	
Valor-p	0		0		0	
R <sup>2</sup>	0,3086		0,2750		0,2098	

**Nota:** NAR=nível de abrangência dos relatórios; D\_ISE = integrante do ISE (*dummy*); D\_MAJOR=concentração de propriedade (*dummy*); D\_10165= (*dummy*) sensibilidade ambiental; TAM = tamanho; ROA= rentabilidade.

\* indica significância ao nível de 10%; \*\* indica significância ao nível de 5%; \*\*\* indica significância ao nível de 1%.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Tabela 21 apresenta um efeito positivo da participação no ISE (D\_ISE) e da concentração da propriedade (D\_MAJOR) sobre o nível de abrangência dos relatórios, demonstrado pelas três métricas utilizadas no estudo. Vê-se, também, que as variáveis tamanho da empresa (TAM) e rentabilidade (ROA), apresentaram efeito positivo sobre o nível de abrangência da divulgação, quando avaliados pelo NAR e NAR<sub>1</sub>. Por outro lado, os dados

mostram que a variável sensibilidade ambiental (D\_10165), que verificou a influência da Lei 10.165/2000 sobre o nível de abrangência dos relatórios, não se mostrou significativa em nenhuma das métricas utilizadas.

A Tabela 22 contém os resultados das estimações do modelo de equação (2) que incorpora uma variável representativa da participação da empresa em um dos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa (D\_SEGDIF).

Tabela 22 - Regressão múltipla incluindo a variável nível de governança corporativa

Variáveis	(i) Variável dependente: NAR		(ii) Variável dependente: NAR <sub>1</sub>		(iii) Variável dependente: NAR <sub>2</sub>	
	Coef.	Valor-p	Coef.	Valor-p	Coef.	Valor-p
D_ISE	0,0773	0,0060***	0,0835	0,0000***	0,1039	0,0000***
D_MAJOR	0,0765	0,0010***	0,0442	0,0160**	0,0433	0,0680**
D_SEGDIF	-0,0232	0,3800	-0,0353	0,1070	-0,0540	0,0490**
D_10165	0,0539	0,2520	0,0165	0,6880	0,0213	0,6900
TAM	0,0216	0,0190**	0,0136	0,0900*	0,0097	0,3370
ROA	0,1939	0,0250**	0,1226	0,1150	0,0730	0,4660
Constante	-0,3323	0,0510*	-0,1377	0,3160	0,1097	0,5180
N. Observ.	264		264		264	
F	7,27		5,95		5,1	
Valor-p	0		0		0	
R <sup>2</sup>	0,3105		0,2822		0,2219	

**Nota:** NAR=nível de abrangência dos relatórios; D\_ISE = integrante do ISE (*dummy*); D\_MAJOR=concentração de propriedade (*dummy*); D\_SEGDIF =nível de governança corporativa (*dummy*) D\_10165 = (*dummy*) sensibilidade ambiental; TAM = tamanho; ROA = rentabilidade.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados apresentados na Tabela 22 confirmam o efeito positivo da participação no ISE (D\_ISE) e da concentração da propriedade (D\_MAJOR) sobre o nível de abrangência dos relatórios, já indicado no modelo (1); bem como do tamanho da empresa (TAM), quando avaliado pelo NAR e NAR<sub>1</sub>, e, da rentabilidade (ROA) apenas par o NAR. Os dados do modelo também confirmam os resultados encontrados pela aplicação da equação (1) quanto a variável sensibilidade ambiental (D\_10165), que não se mostrou significante na avaliação por nenhuma das mediadas. Os resultados da estimação do modelo da equação (2) indicam uma influência negativa, porém não significativa, da participação da empresa em um dos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa (D\_SEGDIF) sobre o nível de abrangência dos relatórios divulgados pelas empresas, dando suporte para a não aceitação da nossa hipótese H3.

As variáveis *dummies* de ano e setor de atividades foram utilizadas nos dois modelos, equações (1) e (2), para indicar que estes também trataram o efeito temporal e setorial. Foi identificado que, de fato, ocorreu um avanço no nível de abrangência dos relatórios no período 2010-2013, ratificando os resultados da comparação de médias e fornecendo suporte à aceitação da nossa hipótese H1. Quanto ao setor de atividades, verificou-se não haver

influência significativa dos setores sobre o nível de abrangência dos relatórios, contrariando a nossa hipótese H2.

Os resultados detectados nas estimações ratificam os resultados da comparação de médias do nível de abrangência dos relatórios. De fato, os modelos confirmam que a propriedade concentrada e a participação no ISE afetam positivamente o nível de abrangência dos relatórios, fornecendo suporte para a não aceitação da hipótese H5, segundo a qual empresas como propriedade dispersa divulgariam informações mais abrangentes, e para aceitação da hipótese H6 de que o nível de abrangência das informações divulgadas pelas empresas integrantes do ISE é superior ao das demais empresas.

As estimações também confirmaram os resultados apurados na análise de média quanto a influência da Lei 10.165/2000, mostrando, pelas três medidas de avaliação, que a sensibilidade ambiental (D\_10165) não afeta o nível de abrangência dos relatórios, o que leva a não aceitação da hipótese H3 de que os Relatórios de RSC divulgados por empresas de setores de atividade econômica considerados com potencial de impacto ambiental segundo a Lei nº 10.165/2000 apresentariam nível de abrangência superior ao das empresas dos demais setores.

A análise da influência dos fatores Tamanho e Rentabilidade mostra divergências entre os resultados apresentados pelo NAR, NAR<sub>1</sub> e NAR<sub>2</sub>. O Tamanho (TAM) mostrou-se significativo, em ambos os modelos, quando avaliado pelo NAR e NAR<sub>1</sub>, confirmando-se parcialmente a hipótese H7 que propunha a existência de uma relação positiva entre o tamanho da empresa e o nível de abrangência da divulgação de RSC. Por sua vez, a Rentabilidade (ROA) mostrou-se significativo, ao nível de cinco por cento, nos dois modelos, apenas quando avaliado pelo NAR e uma baixa significância quando avaliado pelo NAR<sub>1</sub>, na equação (1). Desse modo, aceita-se parcialmente a hipótese H8, levando-se em conta apenas a avaliação pelo NAR.

## 5 CONCLUSÕES

O presente trabalho fez uma análise da abrangência das informações de RSC divulgadas nos relatórios de responsabilidade social divulgados por empresas brasileiras, tendo em vista o seu potencial como instrumento de prestação de contas aos *stakeholders*. A motivação para investigação da abrangência da divulgação voluntária de RSC emana do debate sobre a falta de integridade e credibilidade das informações divulgadas e sua capacidade de comunicar um efetivo compromisso das organizações com a responsabilidade social.

O estudo definiu como abrangente a divulgação contextualizada que contempla informações sobre visão e objetivos, ações gerenciais e indicadores de desempenho socioambiental associadas aos itens de RSC. Desta forma, um relatório mais abrangente é aquele que apresentar mais informação, ou seja, constitui-se um relatório mais completo e mais compreensivo. A abrangência dos relatórios foi analisada por meio da técnica de análise de conteúdo que resultou na definição de um índice indicativo do nível de abrangência dos relatórios, o qual foi utilizado para avaliação da abrangência da divulgação, bem como para a verificação das hipóteses levantadas pelo estudo. O nível de abrangência dos relatórios foi avaliado por três diferentes métricas. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, testes de comparação de média e análise de regressão.

A pesquisa utilizou 265 relatórios anuais de responsabilidade social corporativa, elaborados de acordo com as diretrizes GRI, de 98 empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa no período 2010-2013. Os resultados mostram que, de fato, há fatores que interferem no grau de abrangência dos relatórios de RSC da empresa brasileira. Além disto, observou-se também uma evolução significativa no grau de abrangência dos relatórios de RSC.

A evolução do grau de abrangência dos relatórios de RSC da empresa brasileira foi observada ao verificar-se níveis de abrangência significativamente superiores em períodos mais recentes. Apesar deste avanço do grau de abrangência observa-se também que uma baixa proporção de relatórios (9,8%) apresenta nível de abrangência superior a 50%. A mensuração do grau de abrangência leva em consideração visão e objetivos (VO), abordagem gerencial (AG) e indicadores de desempenho socioambiental (ID). O baixo grau de abrangência é explicado pela reduzida proporção de relatórios que apresentaram, simultaneamente, os três tipos de informação (VO, AG e ID) (26,4%) ou uma combinação de dois tipos de informação

(36,2%). Observa-se que a empresa tende a reportar mais informação relativa à realização de ações efetivas do desempenho social, como indicadores de desempenho e abordagem gerencial, em detrimento a visão e objetivos. Assim, pode-se dizer que as empresas brasileiras ainda têm espaço para avançar na divulgação de seu comportamento em relação à RSC.

Outra constatação relativa à evolução do grau de abrangência é que o nível de abrangência dos relatórios varia significativamente entre as áreas da GRI, sendo as áreas “econômica”, “práticas trabalhistas e trabalho decente” e “ambiental” as que apresentam maiores níveis de abrangência. Estes resultados sugerem que as empresas estão preocupadas em gerenciar suas relações com grupos-chave, tais como, funcionários, governo e outros grupos, o que pode afetar a realização de algumas ações de RSC, como prevê a Teoria dos *Stakeholders*.

Dentre os fatores que contribuem para o grau de abrangência dos relatórios de RSC merece menção a influência positiva observada para o tamanho da empresa, a presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), a presença de um acionista majoritário. Como esperado, o tamanho da empresa tem uma relação direta com o grau de abrangência do relatório de RSC, o que está de acordo com a argumentação relativa à melhor infraestrutura da empresa, tanto do ponto de vista de possibilidade de empreender ação social como também de ter recursos para dedicar à divulgação destas ações. Adicionalmente, empresas maiores têm mais preocupação com sua imagem e reputação, o que também é um fator que pode contribuir para uma maior atenção aos relatórios de sustentabilidade.

Como sugerido, há evidência de que empresas mais preocupadas com sustentabilidade, aí considerados aspectos ambientais, sociais, e de gestão, aproximados pela presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), apresentam mais elevado nível de abrangência dos relatórios de RSC. A empresa que compõe a carteira ISE, de fato, preenche vários requisitos associados a sua preocupação social e com sustentabilidade. Empresas com estas características tendem a elaborar melhores relatórios de RSC que serão assim mais abrangentes, completos e compreensíveis. Esta atenção ao relatório de RSC pode ter reflexo positivo para a legitimidade das ações da empresa como para sua reputação e imagem.

Os resultados relativos à concentração da propriedade indicam que a presença de um acionista majoritário tem efeito positivo sobre o grau de abrangência dos relatórios de RSC. Este resultado estaria no sentido contrário ao esperado sob o argumento de que mais concentração de propriedade estaria associada a mais elevada assimetria informativa. No entanto, a literatura também tem proposto que grandes acionistas controladores podem ter



mais elevada preocupação com reputação e imagem da empresa que está muito próxima da imagem e reputação deles próprios.

É importante também relatar que empresas de setores considerados como de mais elevado impacto ambiental, de acordo com a Lei 10.165/2000, apresentam mais alto nível de abrangência na divulgação de informações da área ambiental. Embora a Lei 10.165/2000 não trate da divulgação de informações sociais, o fato de elencar um conjunto de setores mais potencialmente agressivos ao meio ambiente pode estar motivando estas empresas a terem preocupação ambiental mais efetiva como a literatura tem sugerido. Neste sentido, este possível efeito *enforcement* pode ter também reflexo na qualidade dos relatórios de RSC que, assim, apresentam mais abrangência, ou completude, na divulgação de informações relativas à preocupação ambiental.

Contrariamente ao esperado, empresas com mais elevado padrão de governança corporativa, aproximado pela presença em níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa, não apresentaram mais alto padrão de nível de abrangência dos relatórios de RSC. Este resultado pode ser explicado como uma indicação de que os gerentes não consideram que as ações de RSC possam afetar as decisões dos *stakeholders* participantes do mercado, como acionistas, investidores e controladores, já que as regras de governança visam assegurar direitos e garantias aos acionistas, tendo como foco a avaliação e redução de riscos.

Os resultados obtidos com este trabalho ampliam o conhecimento sobre o *disclosure* de informações voluntárias, uma vez que avaliam a divulgação de um conjunto de empresas que adotam práticas de divulgação por meio das diretrizes GRI, as quais se constituem, atualmente, no principal referencial para divulgação no campo da responsabilidade social corporativa no Brasil.

A análise de conteúdo aqui apresentada fornece uma indicação da abrangência e completude dos relatórios de RSC divulgados por empresas brasileiras e pode ser usada para avaliar uma variedade de outras questões. Todavia, o estudo apresenta algumas limitações que oferecem algumas oportunidades para futuras pesquisas. Em primeiro lugar, o estudo concentra-se apenas na avaliação de requisitos que teoricamente caracterizam a abrangência da informação quanto à capacidade de prestar contas aos *stakeholders*, não avaliando a qualidade geral nem a credibilidade das divulgações. Mediante pesquisa de opinião e entrevistas em profundidade, estudos futuros poderão avaliar a medida em que os *stakeholders* sentem que suas necessidades de informação estão sendo atendidas.

Em segundo lugar, a análise contempla apenas relatórios de responsabilidade social elaborados conforme as diretrizes GRI. Estudos futuros poderão analisar informações de RSC contidas em outros instrumentos de comunicação, principalmente, *websites* das empresas, levando-se em conta que a Internet é uma poderosa ferramenta de comunicação que vem sendo cada vez mais utilizada pelas organizações. Em terceiro lugar, os itens de RSC analisados restringem-se a uma lista elaborada seguindo as diretrizes da GRI, que pode não contemplar alguns itens de RSC que podem ser relevantes para algumas empresas, bem como para determinados *stakeholders*. Estudos futuros baseados em análise de conteúdo poderão contemplar outros itens, que não sejam necessariamente uma lista completa de itens de RSC que a empresa deverá divulgar. Por fim, a amostra contempla apenas empresas listadas e a análise longitudinal contempla apenas quatro períodos. Estudos futuros poderão ampliar o horizonte temporal e incluir empresas não listadas na Bolsa de Valores.

O trabalho contribui para a crítica de relatórios de RSC, adicionando evidências empíricas da qualidade das informações divulgadas e, ainda, para o avanço dos estudos relacionados à divulgação das ações de RSC ao identificar tipos de informações que podem melhor descrever as práticas de atuação social e de avaliação dos resultados destas ações, tendo em vista a eficácia da comunicação com os *stakeholders*.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Carol A. The ethical, social and environmental reporting: performance portrayal gap. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 17, n. 5, p.731-757, 2004.
- ADAMS, Carol A.; EVANS, Richard. Accountability, completeness, credibility and the audit expectations gap. *Journal of corporate citizenship*, v. 2004, n. 14, p. 97-115, 2004.
- ADAMS, Carol A.; HILL, Wan-Ying; ROBERTS, Clare B. Corporate social reporting practices in western europe: legitimating corporate behaviour? *British Accounting Review*, n. 30, p. 1-21, 1998.
- ADAMS, Carol A.; HILL, Wan Ying; ROBERTS, Clare B. *Environmental, employee and ethical reporting in Europe*. London: Certified Accountants Educational Trust, 1995.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014. *Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da política de responsabilidade socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014>>. Acesso em: 23 maio 2016.
- AERTS, Walter; CORMIER, Denis; MAGNAN, Michel. Intra-industry imitation in corporate environmental reporting: an international perspective. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 25, p. 299-331, 2006.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Despacho nº. 3.034, de 21 de dezembro de 2006. *Aprova a alteração do Manual de Contabilidade do Serviço Pública de Energia Elétrica, institui um novo modelo para o Relatório de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica*. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2016.
- AKHTARUDDIN, Mohamed; HOSSAIN, Monirul Alam; HOSSAIN, Mahmud; YAO, Lee. Corporate Governance and Voluntary Disclosure in Corporate Annual Reports of Malaysian Listed Firms. *Jamar*, v. 7, n. 1, 2009.
- ALI, Waris; RIZWAN; Muhammad. Factors influencing corporate social and environmental disclosure practices in the developing countries: an institutional theoretical perspective. *International Journal of Asian Social Science*, v. 3, n. 3, p. 590-609, 2013.
- ALNAIMI, Hend Abdulla; HOSSAIN, Mohammed; MOMIN, Mahmood Ahmed. Corporate social responsibility reporting in Qatar: a descriptive analysis. *Social Responsibility Journal*, v. 8, n. 4, p. 511-526, 2012.
- AMORIM, Vera; BRÁS, Filomena Antunes. Estudo da divulgação de informação sobre a responsabilidade social empresarial. *Inf. & Soc.*, João Pessoa, v.21, n.2, p. 65-86, jan./abr. 2011.
- AMRAN, Azlan; LEE, Shiau Ping; DEVI, S. Susela. The influence of governance structure and strategic corporate social responsibility toward sustainability reporting quality. *Business Strategy and the Environment*, v. 23, p. 217-235, 2013.

ARCHEL, Pablo; FERNÁNDEZ, Manuel; LARRINAGA, Carlos. The organizational and operational boundaries of triple bottom line reporting: a survey. *Environmental Management*, v. 41, n. 1, p. 106-117, 2008.

ARCHEL, Pablo; HUSILLOS-CARQUÉS, Francisco Javier; LARRINAGA, Carlos; SPENCE, Crawford. Social disclosure, legitimacy theory and the role of the state. *Accounting, Auditing and Accountability*, v. 22, n. 8, p. 1284-1307, 2009.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M.W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (Tradução de Pedrinho A. Guareschi). Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BELKAOUI, Ahmed; KARPIK, Philip G. Determinants of the corporate decision to disclose social information. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 2, n. 1, p. 36-51, 1989.

BEUREN, Ilse Maria; BOFF, Marines Lucia. Predominant strategies of legitimacy in environmental. Management Research: *The Journal of the Iberoamerican Academy of Management*, v. 9, n. 1, p. 56-72, 2011.

BM&FBOVESPA. Comunicado Externo 017/2011-DP de 23 de dezembro de 2011. Proposta de adesão ao modelo “Relate ou Explique” para relatórios de sustentabilidade ou similares para empresas listadas. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/download/CE-017-2011-Relate-ou-Explique.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BOUTEN, Lies; EVERAERT, Patricia; LIEDEKERKE, Luc Van; DE MOOR, Lieven; CHRISTIAENS, Johan. Corporate social responsibility reporting: a comprehensive picture? *Accounting Forum*, v. 35, p. 187- 204, 2011.

BOUTEN, Lies; EVERAERT, Patricia. Social and environmental reporting in Belgium: pour vivre heureux, vivons cachés. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 33, p. 24-43, 2015.

BRAGA, Josué Pires; OLIVEIRA, José Renato Sena; SALOTTI, Bruno Meirelles. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade Ufba*, Salvador, v. 3, n. 3 p. 81-95, set./dez. 2009.

BRAMMER, Stephen; PAVELIN, Stephen. Building a good reputation. *European Management Journal*, v. 22, n. 6, p. 704-713, 2004.

\_\_\_\_\_. Factors influencing the quality of corporate environmental disclosure. *Business Strategy and the Environment*, v. 17, p. 120-136, 2008.

\_\_\_\_\_. Voluntary environmental disclosures by large UK companies. *J Bus Finan Account*, v. 33, n. 7-8, p.1168-1188, 2006.

BRANCO, Manuel Castelo; RODRIGUES, Lúcia Lima. Factors influencing social responsibility disclosure by portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, v. 83, p. 685-701, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10165.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10165.htm)>. Acesso em: 27 jul. 2014.

BROWN, Halina Szejnwald; JONG, Martin de; LEVY, David L. Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, v. 17, p. 571-580, 2009.

CAMPOPIANO, Giovanna; MASSIS, Alfredo De. Corporate social responsibility reporting: a content analysis in family and non-family firms. *Journal of Business Ethics* (Online), 2014. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s10551-014-2174-z>> Acesso em: 26 mar. 2015.

CAMPOS, L. M. S.; MELO, D. A. Indicadores de desempenho dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA): uma pesquisa teórica. *Produção*, v. 18, n. 3, p. 540-555, 2008.

CARROLL, Archie B.; BUCHHOLTZ, Ann K. *Business & society: ethics and stakeholder management*. 7 ed. Mason: South-Western College Publishing, 2008.

CARROLL, Archie B. Corporate social responsibility evolution of a definitional construct. *Business & Society*, v. 38, n. 3, p. 268-295, set. 1999.

\_\_\_\_\_. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 34-48, jul./ago. 1991.

\_\_\_\_\_. Three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAPMAN, R.; MILNE, M. J. The triple bottom line: how New Zealand companies measure up. *Corporate Environmental Strategy: International Journal for Sustainable Business*, v.1, n. 2, p. 37-50, 2004.

CHAU, Gerald K.; GRAY, Sidney J. Ownership structure and corporate voluntary disclosure in Hong Kong and Singapore. *The International Journal of Accounting*, v. 37, p. 247-265, 2002.

CLARCKSON, Max B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

CLARKSON, Peter M.; LI, Yue; RICHARDSON, Gordon D.; VASVARI, Florin P. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*. v. 33, p. 303-327, 2008.

COCHRAN, Philip L. The evolution of corporate social responsibility. *Elsevier-Business Horizons*, Indianapolis, v. 50, p. 449-454, 2007.

CONCEIÇÃO, Sérgio Henrique da; DOURADO, Gilson Barbosa; BAQUEIRO, Ana Gabriela; FREIRE, Simone; BRITO, Pauline das Chagas. Fatores determinantes no disclosure em responsabilidade social corporativa (RSC): um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa. *Gestão & Produção*. São Carlos, v. 18, n. 3, p. 461-472, 2011.

CORRÊA, Rosany; SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; RIBEIRO, Henrique César Melo; RUIZ, Mauro Silva. Evolução dos níveis de aplicação de relatórios de sustentabilidade (GRI) de empresas do ISE/Bovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2012.

COUTINHO, Renata Buarque Goulart; MACEDO-SOARES, T. Diana L. v. A. Gestão estratégica com responsabilidade social: arcabouço analítico para auxiliar sua implementação em empresas no Brasil. *RAC*, v. 6, n. 3, p. 75-96, set./dez. 2002.

COWEN, Scott S.; FERRERI, Linda B.; PARKER, Lee D. The impact of corporate characteristics on social responsibility disclosure: a typology and frequency-based analysis. *Accounting, Organizations and Society*, v. 12, n. 2, p. 111-122, 1987.

CRESWELL, John W. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 2 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2003.

CRISÓSTOMO, V. L.; LÓPEZ-ITURRIAGA, F. J.; VALLELADO, E. Nonfinancial companies as large shareholders alleviate financial constraints of Brazilian firm. *Emerging Markets Review*, v. 18, p. 62-77, 2014.

CRISÓSTOMO, Vicente; PRUDÊNCIO, Priscila; FORTE, Hyane. Uma análise da adesão à GRI como meio de divulgação de informações de ação social e de sustentabilidade. *CSEAR South America Conference*, Brasil, mai. 2015. Disponível em: <<http://www.csearsouthamerica.net/events/index.php/csear/CSEAR2015/paper/view/170>>. Acesso em: 12 Jul. 2015.

CRISÓSTOMO, Vicente Lima; FREIRE, Fátima de Souza; VASCONCELLOS, Felipe Cortes. Responsabilidade social corporativa, o valor da empresa e desempenho financeiro no Brasil. *Social Responsibility Journal*, v. 7, n.2, p. 295-309, 2010.

CRISÓSTOMO, V. L.; OLIVEIRA, M. R. An Analysis of the Determinants of Corporate Social Responsibility of Brazilian Firms. *BBR - Brazilian Business Review*, v. 13, n. 4, p. 72-93, 2016.

CRISÓSTOMO, Vicente Lima; SOUZA, Jackeline Lucas; PARENTE, Paulo Henrique Nobre. Possível efeito regulatório na responsabilidade socioambiental da empresa brasileira em função da Lei nº 10.165/2000. *Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA*, v. 6, p. 154-167, 2012.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileira. *Revista de Administração Eletrônica*, São Paulo, v.1, n.1, jan./jun. 2008.

DA COSTA, Magdalena Inglês; TORRES, Lucina Silva; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho de; DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Classification of the contents of

sustainability reports in companies winners of socioenvironmental accountability awards. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 7, n. 2, p. 143-161, apr./jun. 2013.

DAHLSTRUD, A. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 15, p. 1-13, 2008.

DEEGAN, C., RANKIN, M. do. Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully by the Environmental Protection Authority. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 9, n. 2, p. 52-69, 1996.

\_\_\_\_\_. The legitimising effect of social and environmental disclosures: a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 15, n. 3, p.282-311, 2002.

DEEGAN, C.; UNERMAN, J. *Financial Accounting Theory*. UK: McGraw-Hill, 2006.

DE VILLIERS, C.; STADEN, C. J. VAN. Shareholders requirements for corporate environmental disclosures: a cross country comparison. *British Accounting Review*, v. 42, n. 4, p. 227-240, 2010.

DIERKES, M.; PRESTON, L. E. Corporate social accounting reporting for the physical environment: a critical review and implementation proposal. *Accounting, Organizations and Society*, v. 2, n. 1, p. 3-22, 1977.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, p. 147-160, 1983.

DONALDSON, Thomas; DUNFEE, W. Thomas. Towards a unified conception of business ethics: integrative social contracts theory. *Academy of Management Perspectives*, v. 19, n. 2, p. 252-284, 1994.

DONALDSON, Thomas; PRESTON, Lee E. The *stakeholder* theory of the corporation: concepts, evidence and implications. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 69-91, jan. 1995.

DUFFTY, Morf; FLESHER, Dale L.; HAYEK, Mario; PANE, Stephanie; HAYEK, Caroline. Shifts in corporate accountability reflected in socially responsible reporting: a historical review, *Journal of Management History*, v. 19, n.1, p. 87-113, 2013.

DYE, Ronald A. An evaluation of essays on disclosure and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, p. 181-235, 2001.

ELIJIDO-TEN, E. Determinants of environmental disclosure in a developing country: an application of the *stakeholders* theory. In: Asia Pacific Interdisciplinary Research in Accounting Conference, 4., Singapore, 2004. *Anais...*Singapore, p. 1-27, 2004.

ENG, Li Li; MAK; Yuen Teen. Corporate governance and voluntary disclosure. *Journal of accounting and public policy*, v. 22, n. 4, p. 325-345, 2003.

ESTRUTURA INTERNACIONAL PARA RELATO INTEGRADO. Integrated Reporting<IR>*Framework*.2014. Disponível em: <<http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portuguese-final-1.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2016.

EVERAERT, Patricia, BOUTEN, Lies, VAN LIEDEKERKE, Luc, DE MOOR, Lieven; CHRISTIAENS, Johan. Discovering patterns in corporate social responsibility (CSR) reporting: a transparent framework based on the Global Reporting Initiative's (GRI) Sustainability Reporting Guidelines, *Accounting Forum*, v. 35, n. 3, p. 187-204, 2009.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? uma abordagem crítica. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 1, p. 7-33, 2008.

FEDATO, Maria Cristina Lopes. *Responsabilidade social corporativa: benefício social ou vantagem competitiva?* 2005. 140 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FEIJOO, Belen Fernandez; ROMERO, Silvia; RUIZ, Silvia. Commitment to Corporate social responsibility measured through global reporting initiative reporting: factors affecting the behavior of companies. *Journal of Cleaner Production*, v. 81, p. 244-254, 2014.

FERRELL, O. C.; FRAEDRICH, John; FERRELL, Linda. *Business ethics*. 9 ed. Mason: Cengage Learning, 2013.

FIELDS, Thomas D.; LYS, Thomas Z.; VINCENT, Linda. Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, p. 255-307, 2001.

FREEMAN, R. Edward; MCVEA, John. A stakeholder approach to strategic management. Darden Business School Working Paper, n. 01-02, 2001. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=263511> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.263511>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

FREEMAN, R. Edward; PHILLIPS, Robert A. Stakeholder theory: a libertarian defense source. *Business Ethics Quarterly*, v. 12, n. 3, p. 331-349, Jul. 2002.

FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is to increase its profits. *The New York Times Magazine*, n. 32, p. September 13, 1970.

FROOMAN, J. Stakeholder influence strategies. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 2, p. 191-205, 1999.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; SOUZA, Jackeline Lucas; Torres, SILVA, Luciana; COSTA, Magdalena Inglês da. Qualidade informacional dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental: uma análise com base nos indicadores da ONU. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*, v. 7, n. 3, p. 298-311, 2012.



GAO, Simon S.; HERAVI, Saeed; XIAO, Jason Zezheng. Determinants of corporate social and environmental reporting in Hong Kong: a research note. *Accounting Forum*, v 29, p. 233-242, 2005.

GARRIGA, E.; MELÉ, D. Corporate social responsibility theories: mapping the territory. *Journal of Business Ethics*, v. 53, n. 1-2, p. 51-71, 2004.

MOHD GHAZALI, Nazli A. Ownership structure and corporate social responsibility disclosure: some Malaysian evidence. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, v. 7, n. 3, p. 251-266, 2007.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, Alan D.; DE LUCA, Marcia M. M.; VASCONCELOS, Alessandra C. de. Determinantes da divulgação dos indicadores de desempenho da GRI nas empresas do Brasil e da Espanha. *Revista Ambiente Contábil*, v. 7. n. 1, p. 155-175, jan./jun. 2015.

GUTHRIE, J.; CUGANESAN, S.; WARD, L. Industry specific social and environmental reporting: the australian food and beverage industry. *Accounting Forum*, v. 32, n. 1, p. 1-15, 2008.

GAMERSCHLAG, Ramin; MÖLLER, Klaus; VERBEETEN, Frank. Determinants of voluntary CSR disclosure: empirical evidence from Germany. *Rev Manag Sci*, v. 5, p. 233-262, 2011.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. *Diretrizes para relatório de sustentabilidade*. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary>>. Acesso em: 13 set. 2014.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes para relatório de sustentabilidade*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary>>. Acesso em: 13 set. 2014.

GONÇALVES, Rodrigo de Souza; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de; NIYAMA, Jorge Katsumi; WEFFORT, Elionor Farah Jreige. Social disclosure e custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil. *Revista Contabilidade e Finanças*. São Paulo, v. 24, n. 62, p. 113-124, maio/jun./jul./ago. 2013.

GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.

GRAY, Rob; JAVAD, Mohammed; POWER, David M.; SINCLAIR, C. Donald. Social and environmental disclosure and corporate characteristics: a research note and extension. *Journal of Business Finance & Accounting*, v. 28, n. 3-4, p. 327-356, april/may. 2001.

GRAY, Rob; OWEN, Dave; ADAMS, Carol. *Accounting e accountability: changes and challenges in corporate social and environmental reporting*. Prentice Hall, 1996.

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v.9, n.1, p. 77-108, 1996.

HANIFFA, R.M.; COOKE, T.E. Culture, corporate governance and disclosure in Malaysian corporations. *Abacus*, v. 38, n. 3, p. 317-48, 2002.

\_\_\_\_\_. The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 24, p. 391-430, 2005.

HOLDER-WEBB, Lori; COHEN, Jeffrey R., NATH, Leda; WOOD, David. The supply of corporate social responsibility disclosures among US firms. *Journal of Business Ethics*, v. 84, n. 4, p. 497-527, 2009.

HOPWOOD, A. G. Accounting and the environment. *Accounting, Organizations and Society*, v. 34, n. 3-4, p. 433-439, 2009.

HOU, Jiran; REBER, Bryan H. Dimensions of disclosures: corporate social responsibility (CSR) reporting by media companies. *Public Relations Review*, v. 37, p. 166-168, 2011.

HUNG, Humphry. Directors' roles in corporate social responsibility: a stakeholder perspective. *Journal of Business Ethics*, v. 103, p. 385-402, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 5. ed. IBGC: São Paulo, 2015.

JENSEN, Michael C; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v.3, p. 305-360, 1976.

JIZI, Mohammad Issam; SALAMA, Aly; DIXON, Robert; STRATLING, Rebecca. Corporate governance and corporate social responsibility disclosure: evidence from the US banking sector. *Journal of Business Ethics*. v. 125, n. 4, p. 601-615, 2013.

JO, Hoje; HARJOTO, Maretno A. The causal effect of corporate governance on corporate social responsibility. *Journal of Business Ethics*, v. 106, p. 53-72, 2012.

KPMG. Pesquisa Internacional da KPMG sobre Relatórios de Responsabilidade Corporativa: Sumário Executivo, 2013.

KRIPPENDORFF, Klaus. *Content analysis: an introduction to its methodology*. 3. ed. 2013 (on-line). Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 13 maio 2015.

LA PORTA, R.; LÓPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. The quality of government. *Journal of Law, Economics and Organization*, v. 15, n. 1, p. 222-279, 1999.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; PRATES, Lorene Alexandre; GUIMARÃES, Thiago Neiva. Análise os níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 3, n. 7, p. 43-59, set-dez.2009.

LIU, Xianbing; ANBUMOZHI, V. Determinant factors of corporate environmental information disclosure: an empirical study of Chinese listed companies. *Journal of Cleaner Production*, v. 17, p. 593-600, 2009.

- MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; MOURA, Geovanne Dias de; DAGOSTINI, Luciane; HEIN, Nelson. Evidenciação ambiental voluntária e as práticas de governança corporativa de empresas listadas na Bm&Fbovespa. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 16, n. 1, p. 3-18, jan./abr. 2013.
- MAHONEY, L. S.; THORNE L.; CECIL, L.; LAGORE, W. A research note on standalone corporate social responsibility reports: signaling or greenwashing? *Critical Perspectives on Accounting*, v. 24, n. 4-5, p. 350-359, 2013.
- MAIGNAN, Isabelle; FERRELL, O. C. Corporate social responsibility and marketing: an integrative framework. *Journal of the Academy of Marketing Science*, v. 32, n. 1, p. 3-19, 2004.
- MALLIN, Christine; MICHELON, Giovanna; RAGGI, Davide. Monitoring intensity and stakeholders orientation: how does governance affect social and environmental disclosure? *Journal of Business Ethics*, v. 114, n. 1, p. 29-43, 2013.
- MARCONDES, A. W.; BARCAJI, C. D. ISE: sustentabilidade no mercado de capitais. 1. ed. São Paulo: Report, 2010.
- MEEK, Gary K.; ROBERTS, Clare B.; GRAY, Sidney J. Factors influencing voluntary annual report disclosures by US, UK and continental European multinational corporations. *Journal of International Business Studies*, v. 26, n. 3, p. 555-572, 1995.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, p. 340-363, 1977.
- MICHELON, G.; PILONATO, S.; RICCERI, F. CSR reporting practices and the quality of disclosure: an empirical analysis. *Critical Perspectives on Accounting*, 2014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2014.10.003>>. Acesso em: 22/out. 2015.
- MICHELON, Giovanna. Sustainability disclosure and reputation: a comparative study. *Corporate Reputation Review*, v. 14, n. 2, p. 79-96, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MORSING, M; SCHULTZ, M. Corporate social responsibility communication: stakeholder information, response and involvement strategies. *Business Ethics: A European Review*, v. 15, n. 4, p. 323-338, 2006.
- MURCIA, Fernando Dal-Ri. *Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil*. 2009. 181 p. Teses (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.
- MURCIA, Fernando Dal-Ri; ROVER, Suliani; LIMA, Iran; FÁVERO, Luiz Paulo; LIMA, Gerlano Augusto Sampaio Franco de. Disclosure verde nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 11, n. 1-2, p. 260-278, 2008.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo dos. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SOUZA, Flávia Cruz de; SANTOS, Ariovaldo dos. Social and environmental reporting in Brazil. *Revista de Economia e Administração*, v.9, n.4, p. 469-492, out./dez. 2010

NASCIMENTO, Sabrina do; KROENKE, Adriana; BEZERRA, Francisco A. Nível de evidenciação das empresas de papel e celulose que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16, 2009, Fortaleza. *Anais...* São Paulo: USP, 2009.

NEU, D.; WARSAME, H.; PEDWELL, K. Managing public impressions: environmental disclosures in annual reports. *Accounting, Organizations and Society*, v. 23, n. 3, p. 265-282, 1998.

NIKOLAEVA, Ralitzia; BICHO, Marta. The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards. *Journal of the Academy of Marketing Science*, v. 39, p.136-157, 2011.

NOSSA, Valcemiro. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. 2002. 246f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

NOVELINI, Carolina P.; FREGONESI Mariana S. F. A. Análise da divulgação de informações sobre investimentos sociais por empresas que se declaram socialmente responsáveis. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 17, p. 89-101, 2013.

O'DONOVAN, Gary. Environmental disclosures in the annual report. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

OH, W. Y.; CHANG, Y. K.; MARTYNOV, A. The effect of ownership structure on corporate social responsibility: empirical evidence from Korea. *Journal of Business Ethics*, v. 104, n. 2, p. 283-297, 2011.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. *RAE-eletrônica*, v. 4, n. 1, jan./jul. 2005.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; ARAÚJO JÚNIOR, Jonas Ferreira; OLIVEIRA, Oderlene Vieira; PONTE, Vera Maria Rodrigues. Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da teoria institucional. *Advances in Scientific and Applied Accounting*. São Paulo, v.5, n.1, p. 2-26, 2012.

OLIVEIRA, Marcelle C.; PONTE JUNIOR, João E.; OLIVEIRA, Oderlene V. Corporate social reporting practices of French and Brazilian Companies: a comparison based on institutional theory. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 18, p. 61-73, 2013.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; PONTES JUNIOR, João Ésio; OLIVEIRA, Oderlene Vieirade; SENA, Augusto Marcos Carvalho de. Análise comparativa da divulgação social de empresas

francesas e brasileiras segundo a teoria dos *stakeholders*. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 11, n. 4, p. 304-317, out./dez. 2014.

ORO, Ieda Margarete; RENNEN, Sirlei; BRAUN Marli. Informações de natureza socioambiental: análise dos balanços sociais das empresas integrantes do índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBovespa. *Revista de Administração UFSM*, Santa Maria, v. 6, Edição Especial, p. 247-262, maio, 2013.

OTHMAN, Suaini; DARUS, Faizah; ARSHAD, Roshayani. The influence of coercive isomorphism on corporate social responsibility reporting and reputation. *Social Responsibility Journal*, v. 7, n. 1, p. 118-135, 2011.

PATTEN, D. M. Exposure, legitimacy, and social disclosure. *Journal of Account and Public Policy*, v. 10, n. 4, p.297-308, 1991.

PEREIRA, Antonio Gualberto; BRUNI, Adriano Leal; DIAS FILHO, José Maria. Legitimidade corporativa em empresas pertencentes a indústrias ambientalmente sensíveis: um estudo empírico com empresas que negociam ações na Bovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez. 2010.

REVERTE, Carmelo. Determinants of corporate social responsibility disclosure ratings by spanish listed firms. *Journal of Business Ethics*, v. 88, p. 351-366, 2009.

REYNOLDS, M.; YUTHAS, K. Moral discourse and corporate social responsibility reporting. *Journal of Business Ethics*, v. 78, n. 1-2, p. 47-64, 2008.

RIBEIRO, Alex M.; CARMO, Carlos H.S.; CARVALHO, Luiz Nelson G. de. Evidenciação ambiental: regulamentar é a solução para falta de comparabilidade e objetividade? *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 7, n. 17, p. 6-19, 2013.

ROBERTSON, Diana C.; NICHOLSON, Nigel. Expressions of corporate social responsibility in U.K. firms. *Journal of Business Ethics*, v.15, p.1095-1106, 1996.

ROBERTS, Robin. W. Determinants of corporate social responsibility disclosure: an application of *stakeholder* theory. *Accounting, Organizations and Society*, v.17, n. 6, p. 595-612, 1992.

ROVER, Suliani; SANTOS, Arioaldo dos. Revisitando os determinantes do disclosure voluntário socioambiental no Brasil: em busca de robustez na mensuração da variável socioambiental. *Contabilometria*, v. 1, n. 2, 2014.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; MURCIA, Fernando Dal Ri. Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v.7, n. 1, p. 23-36, jan./jun. 2009.

ROVER, Suliani; TOMAZZIA, Eduardo Cardeal; MURCIA, Fernando Dal-Ri; BORBA, José Alonso. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, v.47, n.2, p.217-230, São Paulo: abr./maio/jun., 2012.

- ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SAID, Roshima; ZAINUDDIN, Yuserrie Hj; HARON, Hasnah. The relationship between corporate social responsibility disclosure and corporate governance characteristics in Malaysian public listed companies. *Social Responsibility Journal*, v. 5, n. 2, p. 212-226, 2009.
- SCOTT, W. Richard. *Institutions and organizations*. London: Sage, 1995.
- SOUSA FILHO, José Milton de; WANDERLEY, Lilian Soares Outttes. Divulgação da responsabilidade social empresarial: como os websites empresariais vêm sendo utilizados por empresas de energia e varejo. *Cadernos EBAPE*, v. 5, n. 2, jun. 2007.
- STADEN, Chris. J. Van; HOOKS, Jill. A comprehensive comparison of corporate environmental reporting and responsiveness. *British Accounting Review*, v. 39, n. 3, p. 197-210, 2007.
- SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.
- SUFIAN, Mohammad; Abu; ZAHAN, Muslima. Ownership structure and corporate social responsibility disclosure in Bangladesh. *International Journal of Economics and Financial*, v. 3, n. 4, p. 901-909, 2013.
- SUTANTOPUTRA, Aries Widiarto. Social disclosure rating system for assessing firms' CSR reports. *Corporate Communications: An International Journal*, v. 14, n. 1, p. 34-48, 2009.
- TSCHOPP, Daniel; HUEFNER, Ronald J. Comparing the evolution of CSR reporting to that of financial reporting. *J Bus Ethics* (Online), jan. 2014.
- TOMS, J. S. Firm resources, quality signals and the determinants of corporate environmental reputation: some UK evidence. *The British Accounting Review*, v. 34, n. 3, p. 257-282, 2002.
- TRIBESS-ONO, F. Z.; PANUCCI-FILHO, L. Relatórios de adesão e de divulgação das informações de natureza social e ambiental por empresas brasileiras. *Biblionline*, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 27-40, 2013.
- UNERMAN, Jeffrey. Methodological issues: reflections on quantification in corporate social reporting content analysis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 13, n. 5, p. 667-681, 2000.
- VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, p. 97-180, 2001.
- VUONTISJÄRVI, Taru. Corporate social reporting in the european context and human resource disclosures: an analysis of finnish companies. *Journal of Business Ethics*, v. 69, p. 331-354, 2006.

WARTICK, Steven L; COCHRAN, Philip L. The evolution of the corporate social performance model. *The Academy of Management Review*, v. 10, n. 4, p. 756-769, Oct. 1985.

WOOD, Donna J. Corporate social performance revisited. *Academy of management review*, v. 16, n. 4, p. 691-718, 1991.

WOODWARD, D. G.; EDWARDS, P.; BIRKIN, F. Organizational Legitimacy and Stakeholder Information Provision. *British Journal of Management*, v. 7, p. 329-347, 1996.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YOUNG, S.; MARAIS, M. A multi-level perspective of CSR reporting: the implications of national institutions and industry risk characteristics. *Corporate Governance: An International Review*, v. 20, n. 5, p. 432-450, 2012.

YOUNG, Suzanne; THYIL, Vijaya. Corporate social responsibility and corporate governance: role of context in international settings. *Journal of Business Ethics*, v. 122, n. 1, p. 1-24, 2014.

ZARO, Elise Soerger. *Análise comparativa de relatos integrados das Empresas brasileiras a luz da estrutura conceitual*. 2015. 170p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.